



HAL
open science

**História de João VI, Rei de Portugal, desde seu
nascimento até sua morte, em 1826; com
particularidades sobre sua vida privada e sobre as
principais circunstâncias de seu reino**

Julio Ernesto Souza de Oliveira, Marie-Anne Adélaïde Lenormand

► **To cite this version:**

Julio Ernesto Souza de Oliveira, Marie-Anne Adélaïde Lenormand. História de João VI, Rei de Portugal, desde seu nascimento até sua morte, em 1826; com particularidades sobre sua vida privada e sobre as principais circunstâncias de seu reino. 2020. hal-04855639

HAL Id: hal-04855639

<https://hal.science/hal-04855639v1>

Submitted on 7 Jan 2025

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Copyright

LENORMAND, Marie-Anne Adélaïde. *Histoire de Jean VI, Roi de Portugal, depuis sa naissance jusqu'à sa mort, en 1826 ; avec des particularités sur sa vie privée et sur les principales circonstances de son règne.* Tradução de Júlio Ernesto Souza de Oliveira. Paris: Ponthieu et Compagnie, 1827. 148 p.

1814¹

¹N.T.: selo na capa.

HISTÓRIA
DE JOÃO VI,
REI DE PORTUGAL.

O FILHO QUE REGE, GRÁFICA DO REI,
RUA DO SENA, nº 8, F. S. C.

HISTÓRIA
DE JOÃO VI,
REI DE PORTUGAL,

DESDE SEU NASCIMENTO ATÉ SUA MORTE, EM 1826;

COM

PARTICULARIDADES SOBRE SUA VIDA PRIVADA E SOBRE AS PRINCIPAIS
CIRCUNSTÂNCIAS DE SEU REINO.

[SELO – BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA]

[A.34.883 – ESCRITO À MÃO]

PARIS.

PONTHIEU E COMPANHIA, LIVRARIAS,
PALÁCIO REAL, GALERIA DE MADEIRA.

LEIPZIG. - MESMA CASA.

1827.

AVISO DO EDITOR

A História de João VI, composta por documentos autênticos, faz parte do primeiro caderno dos *Anais biográficos*. A importância do sujeito, nas circunstâncias atuais, nos decidiu a imprimi-lo separadamente.

OS *Anais Biográficos* são a continuação do *Anuário Necrológico*, ou melhor essa é a mesma obra sob um título diferente, redigida com um plano mais claro. Como o *Anuário Necrológico*, os *Anais Biográficos* conterão notícias sobre os personagens franceses ou estrangeiros, célebres na Política, na Literatura, nas Ciências, nas Artes, etc, que virão a morrer a cada ano : eles conti-

nuarão assim formando o complemento natural de todas as Biografias e Dicionários históricos, que a morte e o tempo descomplementam incessantemente.

Eis que agora em que consistem as modificações que se creu dever fazer a um empreendimento que a benevolência do público encomendava de aperfeiçoar.

O objetivo principal que se é proposto, é, mantendo aos *Anais Biográficos* a utilidade que os homens de gabinete bem quiseram reconhecer ao *Anuário Necrológico*, de fazer ao mesmo tempo uma leitura atraente às pessoas do mundo ; uma coletânea que contem realmente os arquivos da história de nosso tempo. Nesse sentido, creu-se dever adotar um título que permite dar aos manuais biográficos importantes o tom e os desenvolvimentos do gênero histórico, que goza aos nossos dias de um ato de graça merecido. Assim poder-se-á enriquecê-los seja muitas vezes de Cartas curiosas ou inéditas, seja de Memórias originais ou autobiográficas. Em sequência à esta extensão do plano da obra, no lugar de publicar um só volume à cada ano, parecerá como ca-

dernos que comportarão a importância dos artigos e a abundância dos sujeitos, cerca de quatro cadernos por ano, formando dois volumes. Qual sujeito pode melhor que a história contemporânea, tão rica de eventos importantes, e de anedotas curiosas, oferecer um campo vasto e variado ao talento dos escritores, à recreação e à instrução dos leitores? Uma grande diversidade de colaboradores franceses e estrangeiros será chamada a concorrer à confecção da nova obra. O autor do *Anuário Necrológico* permanecerá de seu nome. A justificativa, no lugar de ser composta em duas colunas, como nos livros unicamente destinados a fazer pesquisas, será doravante composta em página inteira, o que será mais agradável aos olhos e de uma leitura mais fácil.

Aí se limitam as mudanças que o editor dos *Anais Biográficos* traz ao plano do *Anuário Necrológico*; ele espera que elas não insatisfarão os leitores ordinários da obra, que continue realmente parecendo sob uma forma mais adequada, e recomeça simplesmente uma nova série de publicações.

Subscreve-se, *sem nada pagar antecipadamente*, segundo

VIII

AVISO DO EDITOR

Ponthieu e Companhia, Livrarias, Palácio Real,
galeria de Madeira e cais Malaquais, nº 1*.

Cada caderno se vende à parte [por] 6 fr[ancos].

Os subscritores [ou *assinantes*] para quatro cadernos, formando
dois volumes, pagarão somente 20 fr[ancos], no lugar
de 24 fr[ancos].

A. S.

Paris, 15 de julho de 1827.

* Encontram-se nos mesmos endereços as coleções completas do
Anuário Necrológico, de 1820 a 1825, formando 6 vol[umes] in-8º,
ornados de 24 porta-retratos. Preço : 44 fr[ancos].

JOÃO VI,

REI DE PORTUGAL.

Para conhecer bem e apreciar João VI, rei de Portugal e dos Algarves, é indispensável dar uma olhada sobre o estado onde se encontrava a monarquia portuguesa no momento em que esse príncipe agarrava as rédeas do governo, como resultado da doença que destituía sua mãe incapaz de reinar.

João VI (Maria-José-Luís) nasceu em Lisboa, em 13 de maio de 1769, e foi o segundo filho de Maria I e do infante D. Pedro, tio e esposo dessa princesa, que por cortesia concedeu-lhe o título de Rei, e até fez gravar sua efígie sobre as moedas, ao lado da sua própria, depois que ela tivesse um filho dele. Essa princesa sucedeu a seu pai José I, em 24 de fevereiro de 1777, à idade de quarenta e três anos ; ela havia estado prestes a ser despojada de seus direitos ao trono, pelo marquês de Pombal, que, de acordo com o rei José, concebeu o projeto de passar a sucessão ao jovem príncipe, filho primogênito de Maria, de quem ele havia dirigido a educação com o maior cuidado, com o objetivo de fazer dele um monarca realizado, digno de comandar os Portugueses, e capaz de fazer

sua felicidade, seguindo os traços de seu avô, e aproveitando as lições de seu ministro. Pombal, conhecendo o caráter fraco da princesa Maria, sua tendência à uma devoção indignada e o ascendente que havia sobre ela de uma mãe imperiosa, temeu com razão de ver o Portugal retroceder sob o império de uma nobreza orgulhosa, ávida e subversiva, e de um clero fanático, imediatamente que José teria cessado de reinar. É por isso que o Rei decidiu empenhar sua filha a renunciar à coroa e a negociar o matrimônio de seu neto com uma princesa de França (a infortunada Senhora Elisabete). Tudo se mostrou disposto pela execução desse plano salutar cujo segredo só era conhecido pelo Rei, pelo embaixador de França, por Pombal e pelo ministro do interior, José de Seabra, sua criatura e seu confidante. Esse último traiu seus deveres, e fez fracassar o projeto comunicando-o à Rainha, que defendeu imediatamente a sua filha de assinar qualquer papel sem seu consentimento, mesmo ele sendo apresentado pelo Rei seu pai. Maria, mais obediente às vontades de sua mãe, arrogante e severa, que àquelas de um pai gentil, recusou assinar o ato de renúnciação, quando ele foi apresentado pelo Rei, que, se vendo desempenhado, foi obrigado a renunciar ao projeto. Seabra, cego pela ambição, tinha provavelmente acreditado poder substituir seu protetor e tornar-se o mestre absoluto do Rei, poupando-se de reinar um dia sob o nome da tímida Maria ; fez-se exilado nas costas de Angola e de lá enviado em Pedras Negras, onde ele só escapou de uma morte quase certa, devido aos cuidados afetuosos de uma negra compassiva.

Por conseguinte, Pombal colocou toda sua esperança na duração da vida do Rei, e no caráter do príncipe José, que se tornaria, dia após dia, mais caro à nação por sua afabilidade, sua instrução sólida e variada, e sobretudo por

um amor ardente de justiça ; e um ódio acentuado contra os monges, a superstição e os resquícios da feudalidade nobiliária. Não faltaria a esse jovem príncipe que um pouco mais de energia afim de ser tal o que faltava à nação para terminar de extirpar os abusos que haviam produzido a desgraça do Portugal durante um século, e que o havia reduzido ao estado deplorável de abjeção no qual ele se encontrava imerso no aparecimento do rei José. Mas esperanças se bem fundadas não chegam a se realizar. O Rei morreu em 24 de fevereiro de 1777, e o príncipe José sucumbiu, em 1788, à uma varíola muito maligna. Sua morte consternou toda a nação, que fez romper sua dor de mil maneiras ; só os monges não compartilharam do luto geral, e se felicitaram de não ter mais a se preocupar com um inimigo tão temível : ele repetia frequentemente com Pombal, que os monges seriam *o parasita mais pernicioso para um Estado*. Maria ascendeu ao trono, mas só foi Rainha em nome ; os nobres, os padres e a funesta influência espanhola tomaram acima, e o Portugal se encontrou novamente entregue a seus mortais inimigos. Pombal teve a dor de ver renascer as cabeças da hidra que ele não pode abater, e brevemente reconheceu o quanto são transitórias e efêmeras as reformas e as criações dos reis despóticos e de seus ministros, e a necessidade indispensável de instituições livres para que uma nação possa avançar de um passo firme e contínuo no caminho das melhorias sucessivas e duráveis.

À [duras] penas Maria foi proclamada Rainha, que a face dos negócios mudou inteiramente; sua mãe, a rainha viúva,¹ filha de Filipe V e ligada aos interesses da Espanha, tendo um império absoluto sobre sua filha, se serviu dele em primeiro lugar para afastar Pombal de quem ela temia tanto os dotes² e o ascendente, que ela a Rainha decidiu a não conceder a ele a audiência que esse ministro

¹Nota do Tradutor (N.T.): no original, “la reine douairière” : viúva nobre dotada de bens.

²N.T.: no original, “les talens” : os dotes. Termo do francês arcaico (ortografia anterior a 1835).

solicitou para colocá-la de fato nos assuntos do Estado, que somente ele conhecia a fundo. Essa recusa foi seguida de uma ordem de exílio em suas terras, e também de um processo criminal que instruiu-se contra ele, mas que foi rapidamente abandonado, tanto pela bondade e doçura do caráter de Maria, estranho a todo sentimento de vingança, que pela firmeza que dedicou esse grande homem em suas respostas aos primeiros interrogatórios, e pela influência do grande número de magistrados e outros funcionários formados em sua escola, e que a ele continuaram fiéis.

Um dos primeiros atos que a Rainha foi de colocar em liberdade os prisioneiros do Estado comprometidos no famoso atentado dos nobres contra a vida do falecido rei. O aspecto dessas vítimas do poder arbitrário¹, dentre aqueles se distinguiam os grandes do reino, respeitáveis por seus dotes, seus conhecimentos, e que seus sofrimentos tornava-os ainda mais interessantes, forneceu aos nobres e aos monges uma ocasião favorável para excitar entre a população,² encorajada e provocada por seus servos³ e aderentes, um clamor geral contra o ministro que foi acusado de despotismo e concussão.⁴ No entanto, essa expressão fictícia dos sentimentos do povo foi de curta duração, e desde os primeiros atos do novo governo, percebeu-se a grande perda que acabava de apresentar, embora poucas pessoas tivessem compreendido tudo claramente. Pombal não mais deixou sua reforma, onde ele viveu muitos anos como filósofo,⁵ e teve antes de sua morte a consolação de ver a imensa maioria da nação prestar uma justiça inteira à suas raras qualidades e a seus eminentes serviços. Ele morreu em 1782, em sua terra de Pombal, em idade muito avançada.

As diferenças que existiam entre a Espanha e o Por-

¹Não tendo sido julgados, devia-se presumi-los inocentes.

²N.T.: no original, “la populace” : a população ou o populacho.

³N.T.: no original, “leurs valets” : seus servos.

⁴N.T.: no original, “de concussion” : concussão, peculato.

⁵N.T.: no original, “vivre en philosophe” : *viver em* ou *como filósofo*.

tugal, sobre os limites de suas possessões em América, e que haviam ainda dado lugar à hostilidades nessa parte do mundo, foram rapidamente ajustadas de forma amigável por dois tratados concluídos no Pardo, um de 1º de outubro de 1777, e o outro de 24 de março de 1778. Embora pouco importantes em si mesmos, eles começaram na sequência pelos funestos efeitos da aliança defensiva estipulada entre as duas coroas. Essa estipulação não poderia, em caso algum, ser lucrativa ao Portugal, e esse reino se encontraria pelo contrário, deste modo, exposto aos perigos de toda guerra na qual a Espanha se encontrasse envolvida. É isso o que aconteceu de fato em 1793, e desde então essa ligação não-política com o gabinete de Madrid não cessou de ter os mais funestos efeitos sobre o destino do Portugal.

O ministério que sucedeu a Pombal foi composto de elementos heterogêneos, e cada ministro não pensou que em seus interesses; esse foi o início de toda potência dos secretários de Estado e da anarquia à qual o Portugal não cessou de ser entregue até os nossos dias. Seabra, recordado de seu exílio, retomou ao departamento do interior, e não se ocupou que de sua fortuna; Aires de Sá, homem honesto, mas fraco e de uma capacidade medíocre, definiu durante alguns anos nos assuntos estrangeiros; Martinho de Mello teve o departamento da marinha, e aí desenvolveu mais atividades do que conhecimentos práticos; enfim o marquês de Angeja foi, à sua vez, primeiro ministro e teve a carteira das finanças. Esse último só pensou em enriquecer sua família e a nobreza em geral, às custas do Tesouro, no qual ele encontrou cofres cheios, como resultado da excelente administração de Pombal ; ele se apressou de esvaziá-los ao benefício de sua casta, e em detrimento do reino. As somas muito consideravelmente acumuladas sob o reinado precedente provinham da supressão

de um grande número de despesas inúteis, dos rendimentos das comendadorias e vagos benefícios, dos bens confiscados dos Jesuítas e dos nobres condenados por crime de alta traição, e da economia introduzida em todas os ramos da administração. Angeja encontrou o Portugal no estado o mais próspero; o comércio, a navegação e a cultura do Brasil haviam adquirido um grande desenvolvimento, as fábricas numerosas estavam em plena atividade no reino, e a agricultura se estava melhorando e alargando consideravelmente. A nação portuguesa havia cessado de ser o objeto de desprezo dos povos da Europa, e seu governo, há pouco tão inútil, era respeitado lá fora e tinha quebrado o julgo da Inglaterra que pesava desde tão longo tempo sobre o Portugal. A educação tinha experimentado úteis reformas, as luzes fizeram rápidos progressos, e as ciências e as artes começaram a florescer de novo nesse país outra igual às nações as mais esclarecidas, e a quem a superstição havia feito perder até o sonho de sua antiga ilustração. O poder usurpado dos Papas foi combatido com sucesso ; a igreja nacional retomou em seus direitos, os Jesuítas tinham desaparecidos, os monges iriam se entender sem abalos e sem esforço nem injustiça, pela defesa feita às comunidades de admitir noviças, e a temível Inquisição foi reduzida a não ser que um vão nome ; a nobreza, forçada a respeitar as leis, não mais tiveram o poder de oprimir os cidadãos, nem a posse exclusiva de todos os empregos lucrativos ; enfim os rendimentos eclesiásticos e aqueles das ordens militares não foram mais prestadas aos grandes do reino, nem vistas por eles como seu patrimônio.

Eis o que Pombal tinha feito em poucos anos, por meio de uma autoridade sem limites e constantemente sustentada por um rei incapaz de reinar por si mesmo, mas que

REI DE PORTUGAL.

7

teve a rara sorte de encontrar um ministro tal que Carvalho, e o mérito não menos raro de ter sabido apreciá-lo.

Maria juntava às qualidades as mais amáveis muita instrução e um julgamento seguro, mas sua razão constantemente obscurecida por fantasmas religiosos e provocada pelo medo de descontentar os cortesãos, a moveu à impotência de fazer o bem e de impedir o mal : ela não demonstrou caráter tão logo só se tratava de rejeitar os projetos que a ele pareciam contrários ao bem do Estado ou que repugnavam à sua consciência. Não obstante os erros do marquês de Angeja e suas prodigalidades avessas à alta nobreza, o início do reinado de Maria foi feliz. O Portugal, durante a guerra da América, continuou a se enriquecer pelo comércio, ao passo que a situação da Grã-Bretanha não lhe permitiu de retomar a funesta ascendência que ela havia outrora exercido sobre esse país desde o tratado de Methuen. A Rainha acendeu assim mesmo, em 13 de julho de 1780, à famosa neutralidade armada ; porém o gabinete de Saint-James não tardou a se vingar das afrontas que havia recebido de Pombal e sobretudo do espírito de independência que esse ministro deixara os germes dentre seus compatriotas.

Nenhum evento remarcável sinalizou o reinado de Maria até o início da revolução francesa.

Entregue inteiramente aos exercícios de devoção e aos atos de beneficência, ela passou uma grande parte de seu tempo com os religiosos e não se ocupou que de construir conventos, à dotar fundações pias, ao passo que seus ministros governavam o Estado ao sabor de seus caprichos e preparavam a ruína da nação ao desconhecimento de sua soberana. Muitas coisas úteis foram não obstante executadas nessa época¹, entre as quais é necessário

¹Sob seu reino enviou-se pensionistas a países estran-

colocar na primeira linha a fundação da Academia real de Ciências que deve-se ao duque de Lafoëns , tio da Rainha, apoiado pelo célebre abade Correa de Serra seu protegido. Esse senhor, tendo percorrido toda a Europa durante o ministério de Pombal, estaria voltando em sua pátria depois da morte do rei José ; desde seu retorno, ele foi elevado ao nível de general chefe da armada portuguesa, e começou a desfrutar de um grande crédito depois da Rainha; ele não o usou que para proteger as ciências, a literatura, todas as artes úteis e aquelas que o cultivam. Ele tinha relatado de suas viagens muitos conhecimentos, e tinha merecido por todo lado a estima dos estudiosos e dos personagens os mais distinguidos; o imperador filósofo José II não cessou de dar-lhe os testemunhos os mais retumbantes de afeição. Esse senhor cumpriu, e sob todos relatos digno de servir de modelo aos nobres de todos os países, se mostrou constantemente o defensor dos interesses de seu país, mas ele não pode preservar o Portugal dos males nos quais o provocaram os ministros incapazes e imprevisíveis, joguetes das intrigas dos gabinetes estrangeiros.

Maria, constantemente afetada aos terrores religiosos, não teve a conservação temporária de sua razão que aos cuidados verdadeiramente paternais do arcebispo de Tessalônica, seu confessor, homem de bem, e embora monge, mas vinculado a seu soberano e a seu país que aos interesses da superstição. Enquanto ele viveu, ele combateu com sucesso a exaltação e os fantásticos escrúpulos do cérebro doente de sua penitente, mas sua morte privou

geiros, para estudar as ciências e as artes e para se aperfeiçoar em todos os ramos dos conhecimentos úteis. Construiu-se uma deslumbrante cordoaria, um belo estaleiro de construção ; aumentou-se a marinha com inúmeras embarcações, e derrotou-se os Barbarescos [*Piratas da Barbária/Berbéria*].

brevemente a infeliz Maria de um consolador, e todos seus terrores vão reapareceram com mais energia que anteriormente. É nessas circunstâncias que a influência de vários grandes do reino fez escolher para substituir esse digno prelado, D. José Maria de Mello, bispo do Algarve, padre fantástico e ambicioso, e mais, parente próximo de várias famílias aliadas àquelas de Aveiro, de Távora e de Atouguia, que tinham perecido no patíbulo como culpados de terem atentado à vida do rei José. O novo confessor tinha ao coração de fazer reabilitar a memória desses nobres, que seus parentes reclamaram terem sido condenados injustamente, e sobretudo de obter a restituição de suas imensas propriedades confiscadas em proveito da coroa. Nesse propósito, ele fez conveniente alarmar a consciência de sua real penitente, a quem ele persuadiu que ela seria condenada às penas eternas, se ela não corrigisse as humilhações cometidas por seu pai. Desde esse momento, a infortunada Maria não teve mais repouso, pois tinha consultado sobre esse importante assunto os magistrados os mais respeitados e cujas luzes e integridade eram conhecidas, e ela só recebeu como única resposta a garantia a mais formal que o ato que exigia-se dela era impraticável, injusto e ilegal, e que ele murcharia a memória de um pai e de um rei que não tinha punido que grandes culpados, cujos crimes não eram que demasiado comprovados. Colocada na cruel alternativa de trair seus deveres de rainha, ou de desobedecer ao que se anunciava como as vontades do Firmamento, essa virtuosa princesa se entregou ao mais horrível desespero, crendo-se devotada às penas eternas, e não cessou de se representar em todo momento o inferno se abrindo para recebê-la. Não obstante esse detestável fanático, discípulo de Torquemada, afiliado à Companhia de Jesus, contando com seu triunfo, e nomeado

há pouco Grande Inquisidor, se apressou em fazer construir um grande número de covas que ele contava em breve encher de vítimas que haviam expiado no auto da fé o crime de ter cultivado sua razão e combatido as doutrinas da superstição e o poder usurpado dos padres. Muita precipitação fez malograr seus horríveis desígnios, e o Portugal estava novamente acender as fogueiras da atroz Inquisição e ser entregue aos dissimulados Jesuítas, se a Rainha tivesse conservado uma aparência de razão durante alguns meses a mais. Já no começo de seu reino, havia-se visto figurar em um auto da fé a elite dos homens de letras e dos sábios portugueses, entre os quais se encontrava o célebre matemático José Anastásio da Cunha. Não houve então, é verdade, condenações à morte, mas era já muito só fazer reviver um tão horrível espetáculo, e de ter dado aos ferozes Dominicanos o poder de sufocar a razão e de perseguir qualquer um que ousar duvidar de sua infalibilidade.

O Grande Inquisidor, virado o objeto da indignação pública e visto por toda a nação como o carrasco da Rainha, recebeu a ordem de não mais reaparecer na corte. Viu-lhe mais tarde figurar, em 1808, entre os nobres portugueses que, depois de ter sido assinada a perda da Casa de Bragança, refugiada no Brasil, vieram a França demandar um rei a Napoleão.

A doença da Rainha parecia incurável, mas é certo que não se tentou nenhum meio eficaz para reestabelecer sua razão. Fez-se vir a grandes custos da Inglaterra o doutor Willis, famoso então pelo tratamento das alienações mentais, mas contrariou-se suas opiniões, e os cortesãos se opuseram à viagem da Inglaterra que ele propôs como um meio essencial para operar a recuperação da Rainha. Foi rapidamente devolvido preenchido de riquezas,

mas oprimido de desgostos; depois de inúmeras consultas médicas, a Rainha foi declarada incapaz de reinar, e seu filho tomou as rédeas do governo, em 10 de março de 1792. Ainda assim todos os atos continuaram a portar o nome de sua mãe.

João não creu-se convocado a reinar; satisfeito com a posição e os grandes rendimentos ligados aos filhos mais novos dos reis de Portugal, ele não pensou em cultivar seu espírito. Desde a infância entregue aos monges, dirigido pelo supersticioso Pedro seu irmão, ele contraiu em boa hora hábitos monásticos; ele se deleitava nas cerimônias religiosas, e gostava muito da música de igreja, sobretudo quando ele era muito barulhenta. Ele era ainda muito versado na liturgia e se agradava ao cantar no púlpito. Um tal príncipe, chegado ao poder supremo em tempos são tempestuosos, dificilmente não poderia ser que um instrumento de seus ministros; desprovido de conhecimentos e de experiência, foi por uma necessidade de se livrar deles; e si, nessa época, os monges não retornaram toda sua funesta influência sobre o espírito de um príncipe que eles haviam moldado e então eles se acreditaram os mestres, e havia então lá no ministério mais de um inimigo da superstição, a quem ademais a tentativa recente e odiosa do confessor da Rainha havia fornecido as armas contra o fanático partido. As perseguições foram assim adiadas, e para o momento, a política exterior ocupou quase exclusivamente o gabinete composto de elementos diversos, mas no qual predominavam os partidários da Inglaterra. Foi em vão que a Convenção nacional enviou, no início de 1793, um agente diplomático ¹ para oferecer ao governo português as condições as mais vantajosas para engajá-lo a

¹Sr. Darbeau.

manter a neutralidade na guerra que acabava de estourar entre a Inglaterra e a República Francesa ; ele foi muito mal recebido e provou vexações inauditas da parte do célebre Manique, superintendente de polícia. Sr. Pinto, então ministro dos assuntos estrangeiros, o recebeu com cortesia, mas recusou de entrar em negociação. Como devia-se esperar, a influência inglesa, apoiada pelos inúmeros emigrados franceses que estavam apreendidos pelo espírito do inepto Ponte de Lima, ministro das finanças, que tinha sucedido a Angeja, e bem servido por Pinto e Martinho de Mello, todos os dois antigos enviados próximos da corte de São James, o levou sem esforço após o parecer de Seabra e as enérgicas repreensões do honeste e patriótico duque de Lafoëns ; a ascensão do Portugal à primeira coalizão contra a França foi decidida, e o tratado de adesão foi assinado em Londres , em 26 de setembro de 1793. O Portugal foi assim levado a uma guerra onde ele tinha muito a perder e nada a ganhar, e na qual a fraqueza de seus meios não permitia-o nem mesmo de dar às potências coalizadas serviços importantes, enquanto que ele se expunha a ver seu comércio arruinado, e suas finanças, já muito embaraçadas uma a uma de delapidações e de despesas loucas e extravagantes, inteiramente esgotadas. O duque de Lafoëns e Seabra tiveram bom fazer valer as razões as mais sólidas em favor de uma neutralidade, que só poderia reparar os erros já cometidos, garantir a prosperidade nacional e prevenir o descontentamento, precursor das revoluções ; foi em vão que eles insistiram nas vantagens que o comércio e a navegação tirariam de um sistema que a Suécia e a Dinamarca tinha adotado, bem como os Estados Unidos, e sobre a segurança que resultaria para o Príncipe da prosperidade das cidades de Lisboa e de Porto, cujo

o espírito não poderia faltar de ser favorável ao governo se ele obteria aos negociantes e às classes industriais os meios de se enriquecer no meio da conflagração geral da Europa, e da luta de opiniões muito pouco comuns nesse época entre os Portugueses ; mas o partido inglês prevalecia. Pitt formando a coalização, teve ainda mais em vista a ruína da França e o aniquilamento de sua marinha e de seu comércio, que o triunfo das castas privilegiadas ; não contente de ter armado contra a República todas as grande potências, fora a Rússia, que se contentou em ameaçar em agir, ele não desprezou os socorros dos pequenos Estados, se abraçando muito pouco com o destino que a ele se preparava ; e quanto ao Portugal, ele convenia à Inglaterra de atar novamente a seu tanque e dispô-lo como uma colônia. Ademais, a Grã-Bretanha, sempre ávida e insatisfeita, olhava desde muito tempo com olhar ciumento a prosperidade crescente de Lisboa e de Porto, e o comércio de suas duas cidades passar rapidamente às mãos dos nacionais, desde o impulso que Pombal soube dar a seus compatriotas anteriormente reduzidos a não ser mais que carteiros dos negociantes ingleses em Portugal.

De seu lado, a Espanha, lançada no abismo por uma aliança monstruosa com a Inglaterra, reclamou do Portugal a execução do tratado da aliança do Pardo, e obteve o envio de um corpo de armada auxiliar de seis mil homens efetivos, que participaram da guerra, demonstrou uma grande bravura na campanha de Roussillon e prestou serviços significativos à armada espanhola. Esse corpo foi comandado pelo general Forbes, oficial inglês ao serviço do Portugal ; ele estava sob suas ordens o bravo e infeliz Gomes Freire, o marquês de Alorna e outros distinguidos oficiais. As tropas portuguesas sa-

íram de Lisboa em 16 de setembro de 1793, desembarcaram em Rosas no primeiro dia de novembro, se colocaram em marcha ao 11 e 16 e entraram imediatamente em campanha.

Apesar disso o governo francês, querendo poupar o Portugal, abstendo-se de declará-lo a guerra, e apesar do socorro dado à Espanha, os cruzadores franceses respeitaram durante vários meses a bandeira portuguesa ; mas desde que o tratado com a Inglaterra foi conhecido, os navios portugueses tornaram-se a presa de diversos corsários franceses, que cobriam os mares. Desde 1794, época das primeiras hostilidades da parte da França contra os Portugueses, as perdas que eles registraram até a paz de Madrid, em 1801, foram elevadas a mais de 200 milhões de francos. Enquanto que os ricos navios do Brasil tombavam assim ao poder dos Franceses, o governo português não considerava estabelecer cruzeiros e a fornecer comboios para proteger sua navegação ; ele esgotou todos seus recursos para equipar uma pequena esquadra que se rendeu a Portsmouth, e cujos os Ingleses desprezariam os serviços, tendo eles parecido desejar preferivelmente um socorro em dinheiro.

Os custos ocasionados por esses fracos armamentos foram excessivos, como resultado do sistema de corrupção introduzido em todos os departamentos do serviço público, e esse excesso de despesa coincidente com a diminuição do produto das minas do Brasil e dos direitos de entrada sobre os gêneros coloniais e sobre as mercadorias inglesas, que os contrabandistas introduziram de todas as partes em fraude, reduziram rapidamente o Tesouro a uma tal angústia, que, desde 1797, foi necessário criar um papel moeda para fazer frente às necessidades do Estado. Os ministros mais hábeis puderam facilmente reestabelecer as finanças sem ter recurso a um expediente também funesto, e inutilmente necessário em um país que não tinha ponto de dívida nacio-

nal, e cujos números recursos não tinham necessitado que de uma administração sábia e de um sistema de economia semelhante a aquele que, sob Pombal, tinha feito florescer o reino e permitido a esse grande ministro de deixar nos cofres do Estado a soma de 78 milhões de cruzados (cerca de 200 milhões de francos), ao fim de um reino de vinte e seis anos e apesar dos terríveis efeitos do terremoto que destruiu Lisboa e engoliu tantas riquezas, não obstante as taxas de uma guerra e as enormes despesas das imensas construções executadas durante seu ministério. Em menos de quinze anos de paz e de prosperidade comercial, um ministério ávido e incapaz, e uma rainha supersticiosa consumiram os tesouros acumulados por Pombal. Esse papel moeda portava o interesse de 6 para 100, isto é 1 para 100 acima da taxa legal e mesmo do interesse usual, e a emissão foi feita com tão pouca ordem, que não pode-se jamais saber ao certo o quanto tinha sido criado; foi aliás tão grosseiramente executado, que se fez brevemente inúmeras falsificações, e um muito hábil mestre de escrita imitou-a igual à mão. Não deveria ser admissível que para a metade dos pagamentos, mas, no dia seguinte mesmo à primeira emissão, o Tesouro violou essa disposição e teve de continuar a pagar em proporções variáveis em numerário e em papel, fazendo entrar quase diariamente o último para muito mais da metade. Apesar dessa cláusula saudável, observada nas transações entre particulares, foi operado poderosamente para apoiar o crédito desse papel no meio das mais funestas crises políticas e comerciais. O governo, crendo-se de repente muito rico, forneceu as notas como se tivesse fornecido dinheiro metálico ; reembolsou-se uma massa enorme de antigas obrigações de dívidas às quais os portadores de título tinham renunciado

há muito tempo ; liquidou-se de outros, e por meio de presentes à pessoas em exercício, tornou-se até fácil de obter o pagamento de dívidas fantásticas. Desde essa época, a corrupção fez progressos tais, que rapidamente viu-se o reino de Maria como aquele da alegria e da justiça.

O Portugal vinha sentindo a mais negra ingratidão da parte da Espanha ; essa potência, aterrorizada pelos brilhantes sucessos das armadas francesas, e temerosa em ver estourar em seu seio uma revolução democrática, se apressou em fazer a paz, e assinou em Basileia, em 22 de julho de 1795¹, o tratado com a República Francesa, no qual nenhuma menção foi feita do Portugal, que retirou as fraquezas remanescentes de suas tropas ; mas não manteve-se menos submisso às vontades da Inglaterra, e não pensou em seguir o exemplo da Espanha, ao se separar da coalização, em 1797.

Nessa época, os sucessos da França e os retrocessos da coalizão tinham reestabelecido em parte o crédito do ministro Seabra e do duque de Lafoëns, eles conseguiram persuadir o Príncipe a começar uma negociação com o Diretório, e introduziram o momento que seguiu o armistício de Léoben, entre a Áustria e a França. Sr. d'Araújo, então ministro próximo da República da Holanda, foi escolhido para essa importante missão ; ele se rendeu em Paris, e, aproveitando habilmente da revolução do 18 fructidor², conseguiu concluir um tratado que não oferecia nenhuma vantagem à França, e que manteria os privilégios acordados em Portugal ao comércio inglês. Por esse singular tratado os lençóis franceses eram ainda excluídos do Portugal³. Os limites entre as possessões das duas nações na Guiana

¹ Ver Martens. Coletânea dos Tratados [Recueil des Traités], tomo VI, pág. 656.

² N.T.: Frutidor ("fructidor" em francês) era o décimo segundo e último mês do Calendário Revolucionário francês que esteve em vigor de 22 de setembro de 1792 a 31 de dezembro de 1805.

³ Ver o art. X , § 3 desse tratado, assinado em Paris, ao 20 thermidor do ano V (10 de agosto de 1797), e que tornou-se obsoleto pela não ratificação do Portugal em tempo útil.

foram fixados de uma maneira vantajosa para o Portugal, e a França não ganhou absolutamente nada com esse tratado, se não for para provar a Europa suas disposições pacíficas.

Iria também ser rejeitado pelo conselho dos Quinhentos ;

Sr. Barbé Marbois, nomeado relator da comissão encarregado de examiná-lo, tinha feito um volumoso relatório, no qual, depois de ter demonstrado como o tratado foi contrário aos interesses da República, e humilhante para a nação francesa, ele concluiu que não deveria ser ratificado. Tendo a revolução do 18 fructidor proscrito o partido cujo Sr. Barbé Marbois era membro, o tratado foi aprovado pelas duas Câmaras da legislatura. Por uma bizarrice que, à primeira vista, pode parecer inexplicável, esse tratado, tão vantajoso para o Portugal, tão humilhante para a França e tão inocente para a Inglaterra, não foi ratificado em Lisboa no prazo estipulado :

Sr. d'Araújo foi ainda acusado no conselho de Estado de ter traído seu príncipe e sua pátria, e precisou de todo o crédito de seus protetores Seabra e Lafoën para não se encontrar proscrito de sua pátria, ao mesmo tempo que ele estava em Paris vítima da indiscrição de seus agentes, que proclamavam altamente a venalidade do Diretório, e se crendo seguros de fazê-lo aceitar a ratificação, mesmo a mais tardia, da parte de Portugal. Sr. d'Araújo se encontrou constituído prisioneiro de Estado na prisão do Templo, e ameaçado de um processo criminal. Esse foi o resultado de uma intriga do ministro dos assuntos estrangeiros, Pinto, devotado à Inglaterra, tal como quase todos seus colegas e a maior parte dos conselheiros de Estado, formando um partido cujo principal objetivo era perder o duque de Lafoëns no espírito do Príncipe ; eles temiam a nobre franqueza com a qual, em toda ocasião, dizia-se a verdade ao Regente, que respeitava seus cavalos brancos e conhecia a probidade desse ente, cujo o desinter-

se e a pouca ambição eram constantes. Seus esforços não tiveram, dessa vez, um pleno sucesso, pois João sabia bem que a negociação conduzida por Sr. d' Araújo não havia sido iniciada que devido às ordens explícitas que ele havia dado a esse diplomata, pela intervenção de Seabra e do duque de Lafoëns, e sem o conhecimento de Pinto ; o Regente não buscou, entretanto, justificar Araújo, e sofreu que Pinto o sacrificou a seu ressentimento. Não obstante, tudo o que se pode obter do carácter covarde de João, foi de retardar a ratificação ; ela foi enfim dada pelo Príncipe, e teria certamente sido aceita pelo Directorio, sem a ruptura estrondosa determinada pela detenção do negociador português à Paris, que, tendo sido colocado em liberdade alguns meses depois, retornou a Haia.

Sobre esses acontecimentos, o gabinete de São James, que a vitória estrondosa do almirante Jervis sobre a frota espanhola, próximo do capitão São Vicente, tinha chegado mais orgulhoso, aproveitou da divisão no ministério português, da fraqueza do Príncipe, e, apoiado pelos ministros que o estavam devotados, fez ocupar os fortes de Lisboa pelas tropas inglesas, e garantido assim para algum tempo sua dominação sobre esse gabinete. O ministério sentiu ao mesmo tempo mudanças favoráveis às suas vistas. D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro à Turin, vindo substituir à marinha Martinho de Mello, que acabava de falecer ; mais tarde, D. João de Almeida voltou de Londres, e foi encarregado do departamento dos assuntos estrangeiros. O primeiro era um homem de bem, cheio de patriotismo, possuidor de conhecimentos entendidos e variados, inimigo da superstição ; mas essas boas qualidades foram manchadas pela violência do carácter, a falta de prumo, a precipitação em suas resoluções, que o renderam o juguete de inúmeros lisonjeiros e formadores de projetos com os quais ele estava envolvido e não o

permittedam refletir antes de empreender, e de amadurecer seus planos antes de colocá-los em execução. Ademais, inteiramente oposto à influência da França, e partidário zeloso da monarquia absoluta, ele era por convicção devotado à Inglaterra, sem ser no entanto o vil complacente do gabinete de São James, como seu colega Sr. d'Almeida. Este, dotado de pouca capacidade, de costumes liberados, desdenhoso de seus compatriotas, e cego instrumento da Inglaterra, não pensou que a servir de todos os seus meios, afastando toda ideia de uma acomodação com a França, tornou-se ainda mais necessária, que a aliança ofensiva e defensiva entre essa potência e a Espanha, assinada em 19 de agosto de 1796, tinha previsto uma futura liga das duas nações contra esse Estado, à qual ele não resistiria, como aquela chegada de fato. A última tentativa de negociação entre o Portugal e a França teve lugar em 1798 ; mas D. Diogo de Noronha, da conta de Villaverde, que o fez encarregado, não tinha que poderes insuficientes e ilusórios, não permaneceu que alguns dias em Paris, e retornou ao Portugal, pela Espanha, sem nada ter efetuado. Foi muito mais para sondar o Diretório que ele vindo da França, pois não se podia crer na veracidade das aberturas do gabinete de Portugal, enquanto os Ingleses fossem mestres de Lisboa.

Essa cidade foi ocupada por uma divisão de tropas a soldo da Inglaterra, composta principalmente de inúmeros regimentos de imigrados franceses e de Suíços, destinados preferivelmente a apoiar o ministério que a defender o país contra um ataque da França, e da Espanha tornar sua aliada. Não pode existir a mínima dúvida a esse respeito, pois logo que esse ataque teve lugar, em 1801, a Inglaterra abandonou o Portugal a suas próprias forças no momento do perigo, porque ela tinha então reconhecido a im-

possibilidade de prolongar a luta sem recorrer à uma paz provisória com sua rival.

Em 1799, João, cansado de não ser que joguete de seus ministros, cujos muitos, e sobretudo Seabra, o tratavam muito cavalheirescamente, tomou a resolução de exercer o poder supremo e de não mais se deixar conduzir como uma criança à ourela. Pode ser que essa resolução o tenha sido sugerida por qualquer um de seus favoritos, na esperança de se apropriar de uma autoridade que eles queriam proceder aos ministros. De qualquer forma, é consensual que pela primeira vez em sua vida, João mostrou caráter e dedicou uma firmeza que ninguém até então o havia crido capaz. Seabra, não obstante sua sagacidade e sua longa experiência, foi o primeiro a enganar-se ; havia adquirido o hábito de olhar João como um ser tímido, ignorante e fácil de ser conduzido, e atribuindo constantemente o mais profundo desprezo por ele ; mas logo que ele quis se opor ao projeto do Príncipe, e insistiu pela convocação das Cortes, ele ficou muito surpreendido de encontrar essa criança, há pouco tão dócil, manifestar e sustentar uma firme resolução. O velho ministro foi dispensado de seu cargo e exilado em Caldas da Rainha, à cerca de dezesseis léguas da capital. Pinto substituiu Seabra ao interior ; D. Rodrigo de Souza passou às finanças, o visconde de Anadia, convocado em Berlim em 1800, foi colocado na marinha, e D. João de Almeida teve os assuntos estrangeiros, reunidos desde há muito tempo no departamento de guerra. O duque de Lafoëns foi nomeado generalíssimo e assessor real¹, encarregado vacante pela morte do marquês de Ponte de Lima.

Inicialmente não houve nenhuma mudança notável no funcionamento do governo ; ninguém lamentou Seabra, cujos dotes e precisão de análise na política não poderiam desculpar a cobiça e os abusos de autoridade. A elevação do duque de Lafoëns satisfez todos os amigos da

¹ No original, “grand-chambellan”.

pátria e da liberdade ; a integridade de D. Rodrigo fazia bem antever sua administração. Quanto a Pinto, ninguém se iludiria sobre sua capacidade ; seu caráter astuto e dissimulado constituía-o lugar de conhecimento e de dotes. Para Almeida, que viria a esposar uma sobrinha da duquesa de Lafoëns, esperava-se que ele não se mostrasse inimigo do duque ; esse senhor estava bajulando a si próprio, pois sua franqueza natural não cessava de enganá-lo sobre a consideração de seus maiores inimigos. Senhor d'Araújo foi nomeado ministro em Prússia ; o marquês de Nisa, embaixador em Petersburgo ; de Lima, embaixador em Londres ; e Senhor Correia de Serra foi fixado nessa última delegação na qualidade de conselheiro da embaixada. Esse sábio residia desde vários anos em Londres, onde ele havia se refugiado para escapar da perseguição de Manique, intendente de polícia, que, não podendo acertar o duque de Lafoëns, buscou atingir o Senhor Correia, acusando-o de jacobinismo : essa acusação estaria fundada unicamente sobre a generosa proteção que o duque, à solicitação do Senhor Correia, tinha acordada ao sábio Broussonnet, que, fugindo do terror que assolava sua pátria, buscava um asilo em Portugal, onde ele chegou pela costa da Berbéria sob um nome suposto. O duque o pôs algum tempo escondido num quarto do palácio da Academia de ciências, onde os estudiosos dos mais distintos se apressaram em consolá-lo e aproveitar de suas luzes. É certo que emigrantes franceses tinham descoberto sua reforma, fazendo parte da intendência de política ; este, encantado de ter encontrado um pretexto para perseguir o amigo do duque, se dispôs a parar, logo que o Senhor Correia teve a felicidade de se retirar ao perigo que o ameaçava, passando na Inglaterra : o respeitável sir Joseph Banks o acolheu com afeição, e o nomeou membro da Sociedade real de Londres.

Manique desempenhou uma função tão importante em Portugal durante uma grande parte do reino do Regente, que ele merece muito um lugar num artigo consagrado à biografia desse monarca.

Diogo Inácio de Pina Manique, magistrado ignaro, mas de uma grande atividade, foi empregado por Pombal para caçar os contrabandistas ; ele cumpriu às mil maravilhas, bem como as muitas expedições de política, que lhe valeram em seguida o cargo de intendente-geral desse departamento. Ele aí se mostrou um ruim administrador, pois fazendo uma grande exibição de seu amor ao bem público, ele pensou demais em seus interesses que em cumprir seus deveres. Durante seu longo ministério, as ruas de Lisboa foram as mais sujas de toda Europa, infestadas de ladrões e de assassinos, e jamais o contrabando se fez tão abertamente ; ele tentou iluminar a cidade, após ter a grande custo estabelecido os postes, mas a iluminação não durou que poucos meses e só tornou-se permanente que sob o ministério de D. Rodrigo, a quem se é igualmente responsável pela criação de uma guarda de polícia a pé e a cavalo. Em contrapartida, Manique esboçou inúmeros estabelecimentos, tais como a casa de correção de Lisboa, chamada *Casa Pia*, onde os homens e as mulheres trabalhavam em diversas manufaturas, em escolas de desenho, em colégios etc. ; ele até enviou aos custos da polícia, internos para estudar medicina e cirurgia na Inglaterra e na Escócia ; em poucas palavras, ele empregou os imensos rendimentos atribuídos ao seu departamento a toda outra coisa que ao objeto ao qual elas foram destinadas pelas leis e regulamentos. Nisso ele encontrou a dupla vantagem de se subtrair à toda verificação de emprego dos fundos, e de adquirir a reputação de um zeloso patriota, protetor das

artes e da indústria. É assim que ele conseguiu deixar a seu filho, criado barão, uma casa das mais ricas do Portugal. Mas para se resguardar de toda investigação sobre o uso que se fez dos fundos da polícia, devia-lhe adquirir um ascendente marcante sobre o espírito do Regente ; ele conseguiu pelo conhecimento aprofundado que ele tinha do caráter do Príncipe ; aproveitando de sua fraqueza, ele não cessou de fortalecer em suas preocupações, e o fez crer que ele estava rodeado de inimigos, de conspiradores e de jacobinos, cuja vigilância somente um homem devotado poderia garantir. Desde esse momento, o infeliz João tornou-se cada vez mais reservado, desconfiado e dissimulado, e concebeu, após o parecer de seu ministro, um expressivo distanciamento para os homens de espírito, de dote, e [àqueles] que se beneficiavam de uma grande reputação. No excesso de seus inúteis temores, ele imaginou que os homens de mérito eram os inimigos do trono, e que os tolos, os malignos e mesmo os seres os mais corrompidos, estavam apoiando-os ! Manique perseguiu sem cessar os nacionais, os estrangeiros e sobretudo os Franceses, geralmente sem nenhum motivo razoável : ele inundou Lisboa de espiões, e encorajou os mais vis delatores ; ele inventou conspirações, cuja falsidade foi demonstrada a todo o público e cujo o Príncipe teve a convicção, sem entretanto poder se separar de Manique, de quem ele desculparia os deslizes e manejos culpados, atribuindo-os a um excesso de zelo ! Entre os meios que ele empregou para confirmar sua maestria nesses horrores, é impossível de passar em silêncio a cena realmente cômica cuja toda Lisboa foi testemunha no dia de Corpus Christi. No momento onde o Príncipe se dispunha a sair da igreja de São Domingos, para ir se juntar à procissão de grande solenidade que se celebra todos os anos em Lisboa, Ma-

Manique se empalideceu, chegando a suplicar que não seguisse a procissão e que retornasse ao seu palácio, pois, ele acrescentou, acabo de descobrir a mais horrível conspiração contra V. A. R., e sei com toda certeza que as ruas pelas quais V. A. deve passar estão cheias de pólvora para explodir V. A. O Príncipe tomado de pavor, partiu imediatamente, e o público totalmente espantado, só conheceu a causa de seu sumiço súbito e inconcebível quando, após a procissão, começou-se as buscas nas fossas de todas as ruas que seguiam o cortejo. É inútil dizer que só foram encontradas provas da negligência com a qual a limpeza da cidade se fazia. Essa cena ridícula diminuiu um pouco a confiança do Príncipe em seu intendente de polícia, mas não a destruiu imediatamente, e ele o perdoou por ter feito disso a fábula do público de Lisboa numa circunstância tão estrondosa. A ignorância fez muitas vezes cometer a Manique os mais singulares enganos ; mais de uma vez ele fez parar e expulsar do reino pessoas não somente inocentes, mas cujas as opiniões políticas eram precisamente contrárias àquelas que ele supunha-se. Inúmeros Franceses estavam entre eles, e mais de um emigrado extremamente ligado aos Búrbons, foi tratado como jacobino. Esse opressor tinha adquirido um tal poder, que de sua plena autoridade ele deportava pessoas pertencentes até a famílias honestas, às Índias Orientais, à África e ao Brasil. Jamais em uma monarquia foi visto um tal grau de despotismo exercido impunemente durante um tão grande sequência de anos por um funcionário subalterno.

Manique foi, não obstante, o único homem que teve sobre o espírito do Príncipe um ascendente contínuo e que soube nele inspirar uma confiança prolongadamente cega. Desde

o instante que João se declarou Príncipe Regente e começou a governar em seu próprio nome, avistou-se que à sua natural indecisão juntava-se muita dissimulação e destreza ; sentindo-se totalmente incapaz de firmeza e raramente ousando resistir às vontades de seus ministros, ninguém estaria, entretanto, mais cioso do poder e nem temeria como ele de se ver subjugado por um ministro preponderante. Tal foi a origem do sistema que adotou-se desde então e que ele não cessou de acompanhar até seus últimos dias, de não conceder jamais uma confiança inteira a seus conselheiros, e de tê-los sempre divididos entre si, afim de minar seu poder e de fortificar o de si próprio : o mesmo sucedeu para seus favoritos, tais como o abade João, conhecido geralmente sob o nome de *Padre João*, seu afilhado e amigo de juventude ; os Lobato seus *valets de chambre*¹, e José Egídio, Brasileiro hábil, seu secretário íntimo. Em poucas palavras, João desconfiava de todo mundo ; ele nunca gostou da nobreza e se comprazia em humilhá-la em todas as ocasiões ; foi em parte para diminuir o brilho que ele criou tantos novos títulos os quais ele gratificou como *rôturiers*², frequentemente indignos de semelhantes favores, pois no lugar de terem servido o Estado, eles não tinham sido que de sanguessugas. Basta citar Quintella, Bandeira, agricultores-gerais³ criados barões, o filho de Manique e muitos outros cujo número aumentou-se desmesuradamente durante a residência da coroa no Brasil.

As pessoas que tinham ocasiões frequentes de ver e de estudar o Príncipe Regente, começaram igualmente a perceber seus sensíveis progressos em termos de instrução, e reconheceram que ele estava longe de ter um espírito demasiado limitado que se tinha suposto tão gratuitamente. O fato é que ele havia adquirido muitos conhecimentos sobre o estado da Europa e sobre os

¹ N.T.: Optamos por manter a nomenclatura original, devido a sua inconsistência conceitual em língua portuguesa. A saber: Valet de chambre, ou varlet de chambre, foi uma nomeação judicial introduzida no final da Idade Média, comum a partir do século 14 em diante. Famílias reais tinham muitas pessoas nomeadas em qualquer momento. Enquanto alguns valetes simplesmente esperavam no patrão, ou cuidavam suas roupas e outras necessidades pessoais, potencialmente uma posição poderosa e lucrativa, outros tinham funções mais especializadas. No nível mais prestigioso, poderia ser semelhante a uma secretária pessoal de monarca ou governante, como foi o caso de Anne de Montmorency na corte de Francis I da França. In: <https://educalingo.com/pt/dic-en/valet-de-chambre>. Acesso em: 30 set. 2019.

² N.T.: Optamos por manter a nomenclatura original, devido a sua inconsistência conceitual em língua portuguesa. A saber: plebeus recém ricos. In: SZABO, Franz A. J. *The Seven Years War in Europe 1756-1763*. New York: Routledge, 2013, p. 32.

³ N.T.: No original, “fermiers-généraux”.

principais personagens que dirigiam os gabinetes ; ele estava perfeitamente ciente de todas as intrigas de seus cortesãos, e sabia até os mínimos detalhes de suas vidas privadas. Em mil circunstâncias, ele mostrou uma grande precisão de raciocínio e uma penetração pouco comum. Apesar de supersticioso em aparência, ele estava longe de ser fanático, e parecia mesmo que seu gosto para as cerimônias religiosas era muito mais o efeito do hábito que de uma convicção íntima : nos últimos anos de sua vida constantemente ele negligenciou muito as práticas de devoção. O que há de seguro, é que desde que ele tornou-se regente, ele jamais encorajou a superstição nem a força do clero e dos monges. A censura mesma, restituída após a doença de sua mãe a uma tripla autoridade, cujos dois principais membros eram o patriarca de Lisboa e a Inquisição, foi exercida de um maneira muito suave, e jamais cessou-se de poder obter-se facilmente os livros os mais temidos dos opressores do pensamento. É talvez o soberano que passou mais tempo na sociedade dos monges e que menos foi seu dissimulado : sem dúvida ele os conhecia tão bem para se orgulhar deles. Jamais ele teve confessor confidente, e ele não foi mesmo tão assíduo no tribunal da penitência, sobretudo desde sua partida para o Brasil.

Retomemos o rumo dos acontecimentos. A França coberta de louros desejava a paz, e a Grã-Bretanha cansada da guerra, tinha a mais imediata necessidade de respirar depois de uma luta que tinha esgotado seus recursos e aumentado sua dívida numa soma assustadora. Pitt reconheceu o erro de seu sistema, e essa dolorosa convicção abreviou seus dias. No lugar de ter aniquilado a França, ele tinha forçado a desenvolver suas forças, e a se erguer acima de todas as potências do continente.

REI DE PORTUGAL. 27

Esse ministro, grande homem apesar de seus erros, reconhecendo a necessidade de ceder, foi bastante patriota para se retirar do ministério e aconselhou fazer a paz com o primeiro Cônsul da França. Esse homem extraordinário, cujo gênio e os desvios surpreenderão a posteridade, apresentando o término da guerra com a Inglaterra, quis fazer Portugal pagar seus delitos perante a França e sua tão grande condescendência para a Inglaterra, que ele gostaria ao mesmo tempo de forçar, fazendo guerra a seu aliado, a vir em seu socorro ou a acelerar a pacificação geral, tão desejada para consolidar a autoridade ainda vacilante de Bonaparte. Para tanto, forçou a Espanha a declarar guerra ao Portugal, e o general Leclerc foi enviado à frente de um conjunto de tropas francesas, apoiar as operações da Espanha, cuja armada penetrou em Portugal pelo Alentejo, sob o comando nominal do Príncipe da Paz ; enquanto os Franceses se aproximavam da fronteira de Beira, muito mais para intimidar que para guerrear seriamente.

A resistência era impossível, não somente pela desproporcionalidade das forças, mas sobretudo pelo estado de total desorganização da armada portuguesa cuja moral era inteiramente nula, por falta de entrepostos, a necessidade de um general hábil e um número suficiente de chefes experientes. Ademais a Inglaterra colocou à disposição do Portugal 300,000 [£] liv. st.¹ e quatro fracos regimes de infantaria compostos de emigrantes franceses : isso era de certa maneira autorizar a paz separada de sua antiga aliança com a França. Todo mundo estando de acordo sobre a necessidade de evitar a guerra por uma pronta adesão às vontades de Bonaparte, foi-se acordado no conselho de Estado, sobre a proposição do duque de Lafoëns, que o ministro Luiz Pinto de Souza Coutinho se renderia em Badajoz munido de plenos poderes para assinar

¹ N.T.: Liv. st.: *livre sterling*, ou libra esterlina.

um tratado de paz com os plenipotenciários espanhóis e franceses. O duque de Lafoëns, cujas previsões se encontravam enfim cumpridas, pareceu precisar de um ascendente decidido e triunfar sobre seus inimigos que tinham constantemente adiado a ideia de separar-se dos interesses da Inglaterra. Não foi assim, e o hábil manejo de Pinto que, em 1799, fez com que o vantajoso tratado assinado pelo cavaleiro de Araújo com o Diretório, não fosse cumprido, venceu a franca probidade do tão negligente Lafoëns, estranho à intriga, confiante pelo caráter e rodeado de pérfidos conselheiros vendidos aos seus inimigos e especialmente a Pinto. Deixou-se convencer que era da sua dignidade como generalíssimo mostrar-se à frente do exército que, não tendo de lutar, se limitava a executar algumas marchas e contra-marchas. Ele deixou a capital e foi para o acampamento de Abrantes ; mas tendo o astuto Pinto atrasado deliberadamente as negociações, os Espanhóis atravessaram a fronteira, e após duas escaramuças insignificantes, em que a incapacidade dos chefes e não do inimigo, lançou a desordem entre os Portugueses, e a tomada de três lugares pouco importantes, e que não estavam em estado de defesa, a paz foi concluída em termos bastante onerosos para o Portugal, que cedeu à Espanha Olivença e o seu território. O tratado foi assinado em Badajoz a 6 de janeiro de 1801 por Lucien Bonaparte pela França, o príncipe da Paz pela Espanha e Luiz Pinto pelo Portugal ; foi ratificado imediatamente pelo rei de Espanha, mas a paz definitiva entre a França e o Portugal só foi concluída a 6 de junho do mesmo ano, com um novo tratado assinado em Madrid por Cypriano Ribeiro Freire pelo Portugal, e por Lucien Bonaparte pela França. Por este tratado, o Portugal cedeu à República francesa cerca de 60 milhas de território na Guiana ; a

rio *Caparana-Tuba* foi fixado para o limite de bens das duas nações ; os bens franceses foram colocados em pé de igualdade que os ingleses para os direitos de entrada ; o Portugal concordou em fechar os seus portos a navios britânicos e, além disso, obrigou-se a pagar à França uma soma de 25 milhões de francos, que foi forçada a pedir emprestada na Holanda. Pinto, a fim de privar o duque de um conselheiro, tinha enviado Araújo ao Oriente para tentar lidar diretamente com a França : ele logo voltou, e nem sequer foi autorizado a desembarcar.

No entanto, Pinto e seus seguidores, aproveitando o distanciamento do ingênuo Lafoëns, aproveitaram uma ocasião tão favorável para tirar para sempre o favor do Príncipe ; eles atribuíram à sua incapacidade a debandada do exército português após o confronto em frente a Portalegre. Naquele dia, 1500 Portugueses foram derrotados por alguns milhares de cavaleiros espanhóis, e quando fugiram, soaram um tal alarme que toda a armada portuguesa se retirou precipitadamente e na maior desordem, para grande espanto dos generais espanhóis, que, tomando esse movimento como um ardil de guerra, apenas avançaram com a maior cautela, e não preocuparam os portugueses em sua fuga. O duque foi culpado pelo estado lamentável da armada, pela sua indisciplina, pela falta de alimentos e de munições ; foi atribuída à incapacidade do general a inépcia dos chefes de corpo ; tentaram mesmo convencer o Príncipe de que talvez o duque tivesse traído deliberadamente o seu país para o entregar aos seus inimigos, e foi afirmado que, se a armada tivesse sido mais forte, a paz teria sido obtida em condições menos desfavoráveis para o Portugal. O Príncipe estava convencido da inocência do duque e não ignorava os verdadeiros motivos dos seus acusadores ; mas, fiel ao

curso que havia adotado, ele estava à vontade para se livrar de um censor indesejável, que, apoiado pela França, podia tornar demasiado império a nação e controlá-la ele mesmo. Ele se prestou, então, sem pena, aos desejos de seus conselheiros ; o duque, privado de seus empregos e honras, confinado em seu palácio, morreu alguns anos depois, numa idade muito avançada, consumido pela dor e abandonado por quase todos os seus bajuladores que tinha enchido de bens. Ele devia a sua desgraça à falta de firmeza de que muitas vezes se acusava nos seus desabafos com os seus verdadeiros amigos. “O que você quer?”, disse-lhes ele, “não posso mudar meu caráter, eu tenho o sangue de Bragança em minhas veias ; tenho família”. D. João de Almeida, que o bom duque nem sequer suspeitava de ser seu inimigo, foi um dos que mais se esforçou pela sua perda. Pinto foi feito visconde de Balsemão.

Poucos meses após a conclusão do Tratado de Madrid, a paz de Amiens restabeleceu a calma na Europa, que há tanto tempo estava agitada ; Portugal rapidamente viu o seu comércio tornar-se muito florescente e, apesar da renovação da guerra, em 1803, entre Inglaterra e França, este estado de bem-estar só foi interrompido no final de 1807, após a invasão do país pela armada francesa, comandado pelo general Junot. Portugal foi, é verdade, obrigado a comprar a sua neutralidade e, novamente, em 1804, pagou à França¹ 15 milhões de francos para o obter; este sacrifício dificilmente teria sido sentido, se o país tivesse gozado de boa administração, sob um ministério ativo e patriótico; mas, para desgraça do Príncipe e do povo, foi bastante diferente, como veremos.

¹ Como resultado do Tratado assinado em Lisboa entre o Sr. Pinto e o General Lannes.

A influência de Bonaparte em Portugal só ficou assegurada quando o Marechal Lannes veio a Lisboa pela segunda vez como embaixador francês. Este ilustre guerreiro, em quem o talento natural e o tato requintado compensaram a falta de instrução, foi capaz de agradar ao Regente e ganhar seu afeto de uma forma difícil de acreditar por parte de um monarca tão suspeito, reservado e desconfiado ; e o que parece ainda mais surpreendente é que o General Lannes, em sua primeira embaixada, inspirou grande terror por seus modos abruptos e seu tom então excessivamente militar. Ele não era mais o mesmo quando voltou ao Regente ; flexível, hábil, mas sempre franco, serviu bem o seu país e nunca enganou o Príncipe, que o banhou com honras e riquezas e o considerou toda a sua vida como seu amigo. A confiança que o Marechal Lannes tinha sido capaz de inspirar nele era tal que, durante a invasão de Portugal sob Junot, o Príncipe regente declarou altamente que, se o primeiro estivesse à frente do exército francês, nada o poderia fazer decidir abandonar o seu reino. Por sua vez, Lannes tinha recusado a embaixada portuguesa, assim que reconheceu que não se tratava de trazer Portugal para a liga contra Inglaterra, mas de lhe retirar a independência e despojar o seu soberano. Foi por sua recusa que o General Junot foi nomeado embaixador em Lisboa, em 1805.

A mudança no sistema de Portugal foi susceptível de influenciar a composição do ministério ; Almeida, dedicado à Inglaterra, e D. Rodrigo, que se opunha à França, dificilmente poderia ficar lá. O Marechal Lannes exigiu e obteve a demissão do primeiro, que no entanto manteve os seus vencimentos, sob o pretexto da sua nomeação para a embaixada em Viena; o segundo demitiu-se sem ter estado presente. Pinto morreu pouco

tempo depois e foi substituído pelo conde de Villaverde ; Araújo, trazido de Petersburgo, para onde havia sido enviado como ministro plenipotenciário, teve o departamento de relações exteriores e guerra ; e Luiz de Vasconcellos, ex-Vice-Rei do Rio de Janeiro, foi nomeado ministro das finanças e do Tesouro. Antes de falar sobre os novos ministros, vale a pena apreciar os antigos.

Pinto, como já percebemos, era ignorante, enganador, e todo o seu talento consistia em enganar, esconder e sofrer os confrontos mais ressentidos com uma aparente resignação, esperando a oportunidade de se vingar com certeza. A sua extrema reserva e silêncio misterioso fez com que estranhos, além de homens de inteligência e experiência, acreditassem que Pinto era um grande diplomata. Este é um erro grosseiro, e que só aqueles que só tinham relações passageiras com ele poderiam ter cometido. Almeida era como nós já o retratamos ; a sua moral tinha até enfraquecido desde sua entrada no ministério, e só a sua anglomania tinha se fortalecido. Quanto a D. Rodrigo de Souza, desde que foi nomeado conde de Linhares, seria injusto confundi-lo com seus dois colegas. Vamos acrescentar ao que já dissemos sobre ele, alguns detalhes para torná-lo bem conhecido. Este ministro sempre mostrou não só o desejo mas a raiva de fazer bem, e no meio de muitas medidas inoportunas e de projetos gigantescos ou mal concebidos, ele prestou reais serviços a sua pátria, seja enquanto tinha a carteira naval ou desde que se tornou ministro das finanças e do Tesouro. Fundou a Academia da marinha, protegeu o comércio português através de comboios, incentivou as artes e as ciências, contratou vários estrangeiros de renome para virem instalar-se em Portugal, e fez bom uso dos talentos daqueles que lá já se encontravam. Entre

os primeiros, basta mencionar o cavaleiro Napion, a quem confiou a direção do arsenal militar de Lisboa ; o Sr. Hase, aluno de Ramsden, excelente fabricante de instrumentos matemáticos e físicos, e o famoso gravador Bartolozzi. Entre estes últimos, limitar-nos-emos a nomear o Sr. Conde de Novion, a quem devemos a organização da guarda policial, à qual Lisboa devia a cessação dos crimes e desordens que fizeram desta cidade um verdadeiro degolador à noite, e que logo se tornou uma das cidades mais pacíficas e seguras de toda a Europa. O Ministro e o Sr. de Novion tiveram de lutar durante algum tempo contra a autoridade e influência de Manique, e especialmente contra a de vários dos principais senhores que tinham pouca preocupação com a segurança dos cidadãos, pois, rodeados de lacaios insolentes e armados, nada tinham a temer dos bandidos que infestavam as ruas, e podiam, pelo contrário, prosseguir tranquilamente as suas aventuras noturnas e muitas vezes criminosas. Além disso, como os anfitriões de muitos dentre eles eram os depósitos de contrabando aos quais seus servos se entregaram abertamente, e cujos lucros por vezes partilhavam com os seus senhores, o estabelecimento de uma guarda vigilante, comandada por um líder tão ativo, deve ter despertado o clamor daqueles que estavam interessados neste tráfico. A firmeza do Sr. de Souza superou todos os obstáculos, e a guarda permaneceu apesar do comissário de polícia e dos nobres. A nação também deve a este ministro ter escapado a várias perseguições meditadas por Manique, uma das quais foi dirigida contra as sociedades maçônicas, que tinham se tornado bastante numerosas nos últimos anos.

O Sr. de Souza não foi menos zeloso, enquanto chefe das finanças, na restauração da ordem no Tesouro e em todos os ramos da receitas e das

despesas ; mas ele pensou demais em aumentar a primeira do que em reduzir a segunda, e recorreu a uma série de expedições mais ou menos violentas para compensar o deficit que a prodigalidade, a desordem e os subsídios à França tinham introduzido nas receitas públicas. Ele foi bem sucedido apenas em parte em seus planos ; mas deve-se admitir que ele foi incessantemente perturbado, e que não reteve a direção deste departamento por tempo suficiente para ter sido capaz de operar um bem sensível e permanente.

D. Diogo de Noronha era um homem fino, ávido de poder, pouco delicado com os meios para obtê-lo e cobiçoso de riqueza para dissipá-lo através do jogo, que ele amava com paixão e que sempre foi sua principal ocupação. Sucessivamente embaixador em Madrid e em Roma, teve pouca educação, e foi atacado por uma surdez que o obrigou a usar uma corneta para entender o que lhe foi dito. Além disso, como um hábil cortesão, ele tinha as qualidades essenciais para ganhar ascendência sobre um príncipe irresoluto e desconfiado. A partir deste personagem pode-se julgar que ele não se preocupou com a felicidade da nação e se preocupou apenas em estabelecer seu crédito junto ao Rei e obter dinheiro. Todos os trabalhos foram postos em leilão e, em geral, foram dados ao maior licitador, ou aos protegidos dos obscuros favoritos da câmara do Rei, que Noronha precisava poupar. Ele teve sucesso além das suas expectativas, e um incidente imprevisto aumentou ainda mais o seu poder. O Príncipe Regente, que há muito tempo estava sujeito a hemorroidas, experimentava frequentemente tonturas e episódios de melancolia : em 1805, a sua doença habitual agravou-se, as suas tonturas redobram, a sua pusilanimidade natural aumentou ao ponto de o fazer temer montar até os cavalos mais gentis, e os seus terrores melancólicos depressa se tornaram tão

intensos que ele desistiu de caçar e até de fazer exercício, acreditando que via precipícios por todo o lado sob seus pés. Deixou Queluz, impressionado com a ideia de que foi neste lugar de prazer que a sua mãe mostrou os primeiros sinais da sua alienação ; deixou Mafra e os seus monges, e, ao cuidado de um médico incompetente, começou a viajar pelo Alentejo. O mistério que o rodeava, não permitindo que ninguém se aproximasse dele, ajudou a substanciar os boatos da loucura do Príncipe, e eles se espalharam ao público depois de terem passado pela corte. A nação, que então estava pouco interessada no destino do Regente, acolheu-os com indiferença ; mas um partido poderoso, cujos elementos dispersos nunca tinham deixado de se agitar, aproveitou a oportunidade para provocar uma mudança favorável à alta nobreza, que nunca tinha perdido a esperança de recuperar a antiga preponderância da qual Pombal a tinha despojado. Olhos foram lançados sobre a princesa Carlota, que há muito perdera o afeto de seu marido, e foi planejado colocá-la à frente do governo na qualidade de Regente. Entre os conspiradores estavam vários dos mais distintos senhores de nascimento, chefes militares, magistrados, e contou-se com a confissão do povo, cuja opinião, naquela época, era bastante favorável à Princesa ; mas todos esses projetos formados e liderados por homens fracos, sem talento, e revelados com indiscrição pueril, desapareceram repentinamente pelo retorno quase repentino da saúde do Príncipe, operado por alguns medicamentos apropriados. Villaverde, que havia sido abertamente ameaçado pelos descontentes, aproveitou a ocasião para reprimir os culpados e, por meio de uma investigação conduzida por um magistrado inteligente e hábil, logo obteve as provas da culpa dos conspiradores ; proclamações impressas

e outras provas foram apreendidas. O Príncipe não estabeleceu limites à sua gratidão, proclamou Villaverde seu salvador e seu único amigo ; mas, sempre relutante em punir os maiores culpados, limitou-se a exilar alguns deles para suas terras, e nenhuma outra ação foi tomada. O marquês de Alorna, inicialmente privado do vice-reinado do Rio de Janeiro, para o qual tinha sido nomeado, foi nomeado governador do Alentejo ; o conde de Sabugal e o marquês de Ponte de Lima foram enviados para as suas terras, e algumas pessoas menos proeminentes foram destituídas. Entretanto, o juiz de instrução do julgamento logo morreu com todos os sinais de ter sido envenenado : seu nome era José Anastásio de Figueiredo. O conde de Villaverde não sobreviveu a ele por muito tempo. Este ministro incompetente e profundamente imoral esbanjou o Tesouro em favor dos seus parentes e aboliu o *porto livre* criado sob Ponte de Lima. Esta instituição, apesar dos vícios da sua organização e administração, tinha prestado grandes serviços ao comércio português, atraindo para Lisboa, durante vários anos, todos as mercadorias das colônias espanholas. Em poucas palavras, Villaverde precipitou Portugal à sua ruína, sem ter deixado uma única memória que pudesse mitigar o mal que ele fez à nação.

Vasconcellos só era conhecido por suas extorsões enquanto era vice-rei no Rio de Janeiro ; ignorante, supersticioso e ganancioso, ele sempre foi alheio aos interesses do Estado, e todos os seus esforços se limitaram à extração do dinheiro circulante, para acumulá-lo no Tesouro, seguindo o curso já adotado por seu antecessor Souza, mas ele acrescentou aos meios empregados por este último, a mais gritante injustiça, e foi somente atraindo todos os pagamentos aos credores do Estado e aos infelizes funcionários que ele conseguiu encher os cofres.

Ele era o maior gulão do reino ; os seus excessos deste tipo acabaram por lhe causar um derrame que foi seguido por imbecilidade. A miséria dos oficiais da terra e do mar chegou a tal ponto sob este ministro que não era raro vê-los nas ruas pedindo esmola aos transeuntes.

Araújo era um homem amável, com uma mente culta e maneiras envolventes, e antes de entrar no ministério gozava de grande reputação em Portugal e no estrangeiro ; tinha sido sempre amigo das letras e da liberdade e estava livre de quaisquer preconceitos religiosos ou nobiliárquicos ; mas, ao chegar ao ministério, ele não justificava as esperanças da nação e, desde o início, tinha mais inveja de agradar a Villaverde e aos cortesãos, e de enriquecer a sua família, do que de servir o seu país e o seu príncipe. Ele não fez absolutamente nada de real utilidade em Portugal ; nem a sua conduta no Brasil é motivo de louvor.

No início do mês de Junho de 1806, o Príncipe Regente instalou-se no Palácio de Mafra, adjacente ao mosteiro, a seis léguas de Lisboa, e só deixou esta residência no final do ano seguinte. Embora perfeitamente recuperado, quanto ao seu físico, sua moral estava visivelmente afetada, não por uma alienação mental da qual ele nunca sentiu o menor afeto, mas por uma profunda melancolia resultante de várias causas. Sua autoconfiança, o medo de ser enganado, traído ou levado a alguma armadilha, e a necessidade de um amigo, que ele procurou em vão entre seus cortesãos, redobrando seus medos, aumentou sua desconfiança, e ele não ousou mais confiar em ninguém. Por outro lado, as dores domésticas agravaram ainda mais a sua posição, e tiraram-lhe tanto o desejo como o poder de se entreter ; ele desistiu

da caça, e quase nunca mais montou a cavalo.

Raramente vinha a Lisboa para dar uma audiência no palácio Bemposta, segundo o seu antigo costume ; infelizmente passava os dias no seu apartamento ou na igreja, trabalhando regularmente com os seus ministros, caminhando apenas à noite com Francisco Lobato, seu *valet de chambre*. Para evitar ver a cada dia nobres que o desagradavam e de quem ele desconfiava ainda mais desde a conspiração de 1805, ele manteve os mesmos assessores reais e outros oficiais do palácio em Mafra, sem que fossem substituídos a cada semana, seguindo o velho costume. Esta conduta foi muito prejudicial à sua popularidade, pois ao distanciar-se de seus súditos e tornando muito difícil e caro para eles o acesso à sua pessoa, ele só alienou seus afetos.

É tempo de dar ao leitor alguns detalhes sobre a Princesa, esposa do Regente, que desempenhou um papel importante nas convulsões políticas de Portugal. Casada aos dez anos de idade com João, então um infante, e unida ao marido em 1790, tornou-se sucessivamente mãe de nove filhos. Apesar de tantos sinais de amor conjugal, essa união nunca foi feliz, e desde o ano de 1793 a boa harmonia deixou de reinar entre os dois augustos esposos ; em 1806, sua separação tornou-se pública e durou até a morte de João VI, sem outra interrupção que as aparentes e ilusórias demonstrações de aproximação que se seguiram à contrarrevolução de 1823. João, vendo sua esposa como a líder da conspiração de 1805, nunca a perdoou por procurar tirar-lhe o trono, enquanto a conduta desta princesa, que era, no mínimo, leve e imprudente, despertou suspeitas violentas em seu marido e despertou seu ciúme. Não nos cabe decidir se a princesa Carlota era culpada, mas se era,

é demasiado para nós estarmos sujeitos às suspeitas de um marido e de um rei.

Aproximava-se o momento da crise que ameaçava Portugal ; todos previam que Napoleão, tendo triunfado no Norte, iria virar a sua mira e a sua incansável atividade para o Sul, a fim de tirar de Inglaterra todo o continente da Europa ; o gabinete português, sozinho¹, parecia não ter consciência disso, e de fato nada fez para evitar o perigo, e não tomou medidas para estar em posição de tomar um partido decisivo, quando todos os meios para salvar a monarquia portuguesa na Europa estariam esgotados. Entregue a uma

¹ No entanto, ele tinha sido avisado já no ano anterior por ameaças feitas pelo Sr. de Talleyrand ao lorde Lauderdale. É assim que o Sr. de Funchal se refere a eles no seu panfleto, intitulado as *Quatro coincidências de datas* :

“Na verdade foi apenas um estratagemma do Sr. de T. para assustar o Sr. Fox para ceder em alguns pontos da negociação. O Sr. de T. declarou formalmente ao Senhor Lauderdale que se a paz não fosse feita, o exército de Bayonne partiria imediatamente para conquistar Portugal e anunciou-lhe a divisão deste reino, mais ou menos como estabelecido no ano seguinte no tratado de Fontainebleau. O Sr. de Lima apressou-se a defender a causa de Portugal junto do lorde Lauderdale e deu-lhe uma nota muito urgente sobre o assunto. O Sr. Fox estava quase a morrer quando esta comunicação chegou a Inglaterra ; os seus colegas assustados, em vez de vacilarem nas negociações, enviaram ao Senhor São Vicente a ordem de render-se imediatamente em Lisboa com um destacamento do esquadrão que estava a bloquear Brest. Lorde Rosslyn foi imediatamente enviado para lá como seu enviado extraordinário ; o general Simcoe acompanhou-o, todos os três para cooperarem com o governo português sobre as medidas a serem tomadas. ... Em Inglaterra foi suspensa a partida de dez mil homens destinados à Sicília, e foi-me proposto que os enviasse imediatamente para Portugal, o que não aprovei. Foi algum tempo antes de Sr. de Araújo e eu convencermos o ministério inglês de que tudo isto era um falso alarme : mas nós queríamos tirar partido disso, e a extraordinária missão em Lisboa tentou envolver S. A. R. para tomar medidas para o futuro ; pois a forma como o Sr. de T. havia se explicado provou, pelo menos, quão pouca

[Próxima pg.:]

substância precisava ser feita sobre o tratado de neutralidade. Foi dito a S. A. R. que a decadência do seu exército e do seu tesouro eram objetos de conhecimento público. Implorou-se e suplicou-se para aceitar as ofertas pecuniárias ilimitadas da Grã-Bretanha para colocar estes dois departamentos em ordem. Foi-me pedido que transmitisse à minha corte as mesmas ofertas, e eu, com Lord Grenville, redigi os termos das mesmas da maneira a mais ampla e clara. Tudo foi recusado com o argumento de que isso só comprometeria a neutralidade.”

segurança imprevisível, e mal servido pelo Sr. de Lima, então embaixador em Paris, o Sr. d'Araújo nem sequer suspeitou das negociações que levaram ao Tratado de Fontainebleau¹, pelo qual a divisão de Portugal foi estipulada, e já o exército francês destinado a invadir Portugal avançava sobre Bayonne. A resistência era impossível, e aqueles que a aconselhavam antes do embarque do Regente tinham a certeza disso, pois Portugal nunca poderia nem poderá defender-se contra as forças unidas da França e Espanha, a menos que seja *totis viribus* apoiado pela Grã-Bretanha ; e este poder, em 1807, estava longe de querer competir no continente com o exército francês, que tinha acabado de derrotar as formidáveis legiões russas, e ao mesmo tempo que Napoleão tinha arrastado Alexandre para a liga contra a Inglaterra, depois de ter obtido a admissão do autocrata para a reunião de Espanha e Portugal com o Império Francês. É de supor que o gabinete inglês estava, portanto, ciente deste tratado, ou pelo menos suspeitava da sua existência. De qualquer forma, era impossível para a Inglaterra defender o seu antigo aliado, e só

¹ Este tratado foi assinado em Fontainebleau em 27 de outubro de 1807 pelo marechal Duroc e D. Eugenio Izquierdo. Estabelecia a divisão de Portugal entre a infanta de Espanha, rainha da Etrúria, o príncipe da Paz sob a suserania de Espanha e a Coroa de França, que devia guardar Lisboa, a Estremadura portuguesa, a Beira e Trás-os-Montes até à paz geral. *Veja* os documentos de apoio.

podia pensar em decidir que o Príncipe Regente deveria mudar-se para o Brasil, tornando-se o protetor deste belo país. Quanto ao governo português, não lhe restava outro recurso senão aceder francamente a tudo o que lhe era exigido, e submeter-se a todas as condições, assumindo que desconhecia completamente o destino que lhe estava reservado ; ou então, rejeitando todas as propostas contrárias à honra e aos interesses nacionais, tinha de fingir resistir e preparar-se para partir, começando, nas primeiras ameaças, a enviar para os Açores e para o Brasil todos os objetos materiais e preciosos que não quisesse deixar para trás. Nenhum dos dois foi feito ; prometeu-se, tergiversou-se, eludiu-se, e após uma hesitação prolongada, a Família real conseguiu escapar apenas pelo efeito do acaso, e pela jactanciosa precipitação de Napoleão. As propostas francesas foram: 1º que o Portugal feche imediatamente os seus portos aos ingleses ; 2º que o Portugal declare guerra à Inglaterra o mais tardar no dia 1 de setembro e que esteja preparado para unir as suas forças marítimas às da França e da Espanha ; 3º que todos os súbditos britânicos sejam detidos e as suas propriedades sequestradas, para que sirvam de compensação pelas perdas que os ingleses possam infligir ao comércio português. Se recusassem, ameaçavam ocupar Portugal e colocavam guarnições francesas nos seus portos. Estas propostas foram apresentadas ao governo português em 12 de agosto por Sr. de Rayneval, então encarregado de negócios da França em Lisboa, e pelo conde de Campo Alange, Embaixador da Espanha. O gabinete português deu apenas uma resposta evasiva : recusou-se a confiscar propriedades e assuntos ingleses ; concordou com as outras propostas, mas pediu tempo para executá-las. Três dias antes da apresentação das notas

pelos Senhores de Rayneval e Campo Alange, o ministério tinha recebido garantias do gabinete de Saint-James de que o Portugal não seria prejudicado pelo fechamento dos portos, desde que não fossem tocadas as propriedades inglesas. Esta comunicação, que foi o resultado de um movimento muito oportuno do ministro de Portugal em Londres, Sr. de Souza, desde que se tornou conde do Funchal¹, tranquilizou um pouco o Príncipe. O despacho do ministro foi respondido, com um pedido de agradecimento ao governo inglês pela sua condescendência indulgente, e aceitou-se a sua oferta de um esquadrão que se reuniria à portuguesa, caso o Príncipe fosse forçado a deixar Portugal : foi feita uma promessa de respeitar as propriedades e os súbditos ingleses, e foi dada uma garantia de que a marinha portuguesa não se juntaria às marinhas de França e Espanha contra a Inglaterra. No entanto, enquanto as deliberações decorriam em Lisboa, o exército francês estava a ser organizado em Bayonne, e no dia 18 de Outubro entrou em Espanha. Entretanto, o governo português permitiu que quatro grandes comboios deixassem Lisboa e Porto, levando consigo a maioria das propriedades inglesas e, para facilitar o seu embarque, concedeu aos proprietários um período de tempo ilimitado para o pagamento das taxas de saída, ou melhor, não foi exigido deles. Foi após a partida destes quatro comboios, e de quase todos os ingleses, que o Príncipe Regente publicou o decreto de 22 de Outubro de 1807, pelo qual fechou os seus portos a todos os navios ingleses.

A conduta do ministério português em tal crise revelou a sua incapacidade absoluta. Desde 6 de setembro,

¹ *Veja o escrito intitulada as Quatro coincidências das datas*. Bruxelas, Veissenbruck, 1823. Em 8º de vinte páginas, sem nome do autor. É pelo Conde do Funchal.

época em que o Regente começou a vir frequentemente de Mafra para a Ajuda, onde finalmente veio para estabelecer a sua residência, os conselhos seguiram-se uns aos outros e os projetos mais ou menos absurdos foram formados e abandonados um após outro. O ministro inglês Strangford tinha avisado e obtido que D. Pedro, então príncipe da Beira, seria enviado como vice-rei ao Brasil sob a direção de D. Fernando de Portugal da Casa de Valência, homem de mérito que tinha chegado recentemente da América onde tinha sido vice-rei durante vinte anos. Um navio da linha estava de fato equipado, mas quando tudo estava pronto, houve hesitação, e a medida foi abandonada. Contudo, os ingleses, cada vez mais alarmados, apressaram-se a deixar o país e realizar os seus bens, fazendo enormes sacrifícios ; o desconto do papel-moeda subiu em 30 por cento ; a ansiedade tornou-se geral, e aumentou ainda mais com a partida do embaixador espanhol e da legação francesa que o acompanhou de perto. Araújo, acreditando ter encontrado uma forma de satisfazer Napoleão sem ofender a Inglaterra, ofereceu-se para participar do sequestro, compensando os súditos ingleses, e até tomou algumas medidas para descobrir o valor das propriedades britânicas em Portugal. Era muito considerável e, no estado empobrecido do Tesouro, era uma medida que só um homem totalmente desprovido de bom senso poderia propor. Além disso, a menos que aqueles que seriam roubados ficassem satisfeitos imediatamente com o dinheiro, nenhum deles teria a mínima confiança nas promessas do governo português. D. Rodrigo de Souza, com seu ardor cavalheiresco queria que lutássemos, e João de Almeida, não menos beligerante no gabinete, juntou-se a ele, mas em vão; seu conselho insensato foi rejeitado. Nessa altura, a sua adoção só teria agravado a situação da Família real e da nação sem

oferecer a mínima hipótese de sucesso ou vantagem sólida, e só poderia ter servido para dificultar os preparativos para a partida, único meio de salvação para o Regente. O Marquês de Marialva foi enviado à França com plenos poderes e diamantes para tratar com Napoleão ; foi-lhe mesmo permitido propor uma aliança entre a sua família e a do Regente¹. Era um senhor amável, gentil e culto, mas faltava-lhe toda a experiência, delicadeza e firmeza, e nem sequer um secretário hábil foi colocado com ele: talvez confiassem em M. de Brito, que, depois da partida de M. de Lima, tinha permanecido em Paris². No entanto, não foi chamado o conde d'Ega de Madrid, onde era embaixador, e foram dadas ordens para equipar apressadamente todos os edifícios de guerra e de serviço, o que foi muito difícil de realizar até o último pormenor. Por outro lado, pensava-se em adormecer Napoleão, colocando o exército em pé de guerra e limpando as fortalezas e a fronteira para colocar todas as tropas em Lisboa e arredores, com o aparente propósito de defender as costas contra os ingleses : apenas uma guarnição muito pequena foi deixada em Elvas. Finalmente, lorde Strangford retirou-se e rendeu-se ao esquadrão inglês que navegava em frente ao porto, mas voltou a terra várias vezes para conferir secretamente com o Regente. Foi ele quem, tendo recebido o Monitor do 11 de novembro contendo a famosa decadência da Casa de Bragança pronunciada por Napo-

¹ Seria o casamento entre o Príncipe da Beira, atual Imperador do Brasil, e uma filha de Murat, então Grão-Duque de Berg.

² Sr. de Marialva fixou-se em Madrid, e deixou essa cidade apenas para vir a Bayonne para aderir ao desejo expresso pela deputação da nobreza portuguesa de receber um rei da mão de Napoleão. O seu órgão principal era o Sr. de Lima. *Ver* Documentos de apoio, no final deste artigo.

leão, trouxe este jornal ao Regente. A partir desse momento, a partida foi resolvida e João compreendeu a necessidade de ir e reinar além dos mares, já que o imperador dos Franceses declarou que *a Casa de Bragança havia deixado de reinar* (na Europa). A partida foi marcada para 27 de novembro, às nove horas da manhã ; já era hora de o exército francês, tendo, desde 18 de outubro, atravessado duzentas léguas por uma marcha rápida por todos os obstáculos do terreno, especialmente em Portugal, onde as chuvas tinham inchado os rios e tornado as más estradas desse país quase intransitáveis, já tinha a sua vanguarda na noite de 28, em Azambuja, e podia entrar em Lisboa no dia 29 ou 30. A partir daquele momento, tudo não passou de confusão ; servos, mulheres, soldados, objetos preciosos e os móveis mais grosseiros e inúteis foram levados para bordo em uma confusão. O cais de Belém ofereceu um espetáculo à sua vez triste e grotesco ; o Regente chegou numa carruagem com o Infante de Espanha e apenas um servo, e não encontrou ninguém para o receber ; dois cabos da legião policial atiraram tábuas ao pé da carruagem para impedir o Regente de descer na lama que cobria o cais, e apoiaram-no pelo braço e o Infante até ao cais. A Princesa Carlota chegou em outra carruagem com todos os seus filhos, e a Rainha em uma terceira carruagem com apenas uma dama de honra ; ela entrou em uma liteira¹, gritando como de costume, e teve que ser forçada a embarcar. As duas princesas e suas irmãs chegaram por último e foram seguidas por uma multidão de pessoas que embarcaram atrás delas. Tentaram conseguir que alguns regimentos partissem, mas alguns recusaram, e a 13^a infantaria, tendo-se apresentado em vários navios onde não podiam ser recebidas por falta de espaço, descontrolou-se. À meia-noite, de 28 a 29, tivemos de abrir as

¹ N.T.: No original, “chaise à porteurs”.

lojas para comprar manteiga e outros artigos indispensáveis que nos tínhamos esquecido de comprar. Enfim, no dia 29, o vento que havia soprado no dia anterior, vindo do sudoeste, de repente virou para norte ; aproveitaram esta mudança para zarpar, o esquadrão saiu e ficou o dia todo ao leme ; no dia 30 da manhã o vento voltou para o sudoeste, e às sete horas do mesmo dia Junot entrou em Lisboa. Se o vento tivesse permanecido contrário, o Regente e toda a frota teriam caído no poder dos Franceses. O exército francês tinha levado apenas três dias e três horas para cobrir a distância de quarenta e oito léguas francesas de poste desde Abrantes a Lisboa, por caminhos terríveis e caminhando na lama ; chegou sem artilharia, e em tal estado de desespero, que alguns batalhões teriam sido suficientes para parar a sua marcha durante vários dias numa multidão de pontos entre esta cidade e a capital. Isto teria pelo menos dado ao Regente tempo para embarcar à vontade ; mas o ministério tinha perdido a cabeça, e foi apenas por acaso que Lisboa foi informada da chegada dos Franceses a Abrantes no dia 26. Então, quando Araújo quis embarcar, foi saudado pelas vaias da multidão, e tomou a sábia decisão de não subir a bordo até o anoitecer. O povo estava num torpor monótono, preocupado com o futuro, e muito descontente por ver o tribunal tirar considerável riqueza em ouro e diamantes, estimada em mais de 200 milhões de francos, enquanto os cofres ficavam vazios e os infelizes funcionários e credores do Estado sem recursos e sem esperança.

O Príncipe, ao sair, tinha nomeado uma Regência presidida pelo antigo marquês de Abrantes, e ordenado por proclamação a receber os Franceses como amigos. Os regentes convocaram imediatamente o conde de Novion, chefe da guarda policial, e ordenaram-lhe que assegurasse

a tranquilidade pública ; ele absolveu-se perfeitamente, e não houve desordem quando o exército francês entrou. Foi só no dia 13 de dezembro, numa revisão na praça principal do Rocio, onde Junot quis inaugurar com grande pompa a bandeira tricolor francesa, que começou a fermentação. O povo se aglomerou enquanto os soldados passavam : o meio-dia soou, uma salva de artilharia do castelo dos Mouros ; os olhos se voltaram para as velhas muralhas que se precipitam sobre o Rocio e dominam a cidade. De repente o estandarte às armas de Portugal, que flutuava sobre a mais alta das torres, cai e as cores estrangeiras sobem no seu lugar, superadas pela águia imperial. Um homem foi morto no dia seguinte ; algumas demonstrações militares logo restauraram a ordem, e tudo permaneceu calmo até 1 de fevereiro, quando Junot mandou substituir as armas de Portugal pelas águias da França, até que fosse conhecido o decreto de Milão, que impôs aos portugueses uma contribuição de 100 milhões *para o resgate das propriedades dos privados*¹. Não era tanto a

¹ Eis esse decreto imperial :

« Napoleão, etc., nós decretamos e ordenamos o seguinte:

» Art. 1. Uma contribuição de guerra extraordinária de cem milhões de francos * será colocada sobre o Reino de Portugal para servir de resgate às propriedades dos particulares, seja qual for a sua denominação.

» 2. Esta contribuição será distribuída pelas províncias e cidades, de acordo com as faculdades de cada uma, aos cuidados do general chefe do nosso exército, que tomará as medidas necessárias para garantir o seu pronto retorno.

» 3. Todos os bens pertencentes à Rainha de Portugal, ao Príncipe Regente e aos Príncipes de apanágio serão sequestrados.

» Todos os bens pertencentes àqueles que acompanharam o Príncipe

* Depois de uma deputação enviada a Napoleão, esta contribuição de guerra foi reduzida a cinquenta milhões.

[próxima pg.:]

Regente quando ele abandonou o país e que não retornaram ao Reino até 15 de fevereiro de 1808, serão igualmente sequestrados.

» Feito no Palácio Real em Milão, a 23 de Dezembro de 1807.

» NAPOLEÓN". »

soma exigida, mas a arrogância de tratar como um povo conquistado uma nação que o seu soberano proíbera de resistir. A partir de então, todos os Portugueses¹ estavam unidos num só espírito, e o desastre de Baylen tendo dissipado o prestígio da invencibilidade das tropas francesas, a insurreição irrompeu por todos os lados, e a nação, apoiada pelas forças inglesas e pelos espantosos esforços dos Espanhóis, logo se viu livre do exército de Junot.

A frota portuguesa que trouxe a Família real ao Brasil consistia nos seguintes navios : *o Príncipe Real*, com 80 canhões, nos quais embarcou o Príncipe Regente, com a rainha sua mãe, seu filho mais velho D. Pedro, e o infante de Espanha D. Pedro Carlos, seu genro ; *a Rainha de Portugal*, em que embarcou a princesa Carlota, esposa do Regente, e seus filhos ; *o Príncipe do Brasil* carregou a irmã da Rainha Princesas. A corte e os ministros dispersaram-se pelos outros cinco navios da linha, que eram *a Medusa*, *o D. João de Castro*, *o Afonso de Albuquerque*, *o Conde D. Henrique* e *o Martim de Freitas*. Três fragatas, dois bricks, três corvetas de guerra e vários navios mercantes armados por comerciantes, formaram o restante desta frota, que transportava cerca de quinze mil indivíduos, e metade do dinheiro em circulação no reino. Os conselheiros do governo, prevendo a catástrofe, tinham

¹ Quando o brasão de armas de Portugal esculpido na fundição e em outros edifícios públicos ia ser retirado, nem um único trabalhador português concordou com o martelar : foram os soldados franceses que o fizeram.

amontoado durante vários anos a moeda de ouro nos cofres privados do Regente. No dia da sua partida não havia mais 10 mil cruzadas no Tesouro. Os oficiais do exército não tinham recebido pagamento durante três meses ; o pagamento da dívida pública estava em atraso, assim como os salários dos administradores, empregados e juizes. A maioria das pessoas que acompanhavam o Regente estava ligada à corte ; apenas um pequeno número de nobres seguia o Príncipe ; estes eram o duque de Cadaval, sua esposa e filhos ; os marqueses de Alegrete, Angeja, Belas, Lavradio, Pombal, Torres Novas e Vagos, com suas famílias ; as marquesas de S. Miguel e de Lumiares ; os condes de Belmonte, Caparica, Cavaleiros, Pombeiro e Redondo ; o visconde de Anadia, Sr. de Araújo, D. Fernando José de Portugal, D. João de Almeida e D. Rodrigo de Souza, os dois últimos com suas esposas.

Entre as pessoas de mérito sem título estavam o general Forbes, o marechal de campo Napion, o médico Vieira e o professor Picanço, cirurgião da corte. Podemos ver nesta lista como poucas pessoas de mérito seguiram o Regente ; o pequeno número de nobres que estavam ligados ao seu destino, tão prova o estado da opinião nacional naquela época.

Imediatamente após a partida do Regente, sir Sidney Smith, que comandou a esquadra inglesa em frente a Lisboa, ordenou o bloqueio deste porto, e os cruzadores negociaram e continuaram durante vários meses a apreender todos os navios portugueses, apesar da ordem do conselho de 25 de novembro de 1807, pelo qual o gabinete inglês concordou em ver o encerramento dos portos do Portugal como um movimento forçado, garantindo a livre navegação para todos os navios mercantes portugueses, e

apesar da partida do Príncipe para o Brasil, que sempre foi considerada pelo gabinete de Santiago como um penhor da boa harmonia entre as duas nações e um garante da segurança do comércio português. Estas hostilidades foram motivadas pelos decretos tardios e ilusórios de 8 e 11 de novembro, pelos quais o Regente tinha finalmente ordenado a detenção dos súditos ingleses e o sequestro das suas propriedades, quando não restava nenhuma. O governo do Brasil teve grande dificuldade em obter a restituição dos navios apreendidos ; e o comércio português sofreu grandes prejuízos como resultado da má-fé da Inglaterra para com os armadores daquela nação.

Sr. Funchal, então ministro em Londres, tendo reivindicado num panfleto¹ a parte que afirma ter tido na resolução que o Príncipe tomou para abandonar o Portugal, pensamos que devemos parar por um momento para examinar se o serviço que prestou ao seu soberano nesta circunstância foi de fato muito importante. É do conhecimento geral que o projeto de partida e os preparativos para a sua execução tinham começado já na primeira quinzena de setembro, e não é menos certo que a aproximação do exército francês, o medo de cair nas mãos do impetuoso Junot, e especialmente a visão do famoso Monitor do 11 de novembro, decidiram o Príncipe a embarcar. Então o que de bom saiu da abordagem do Sr. de Funchal ? De que forma a tolerância do gabinete inglês no fechamento dos portos contribuiu para que o Regente tomasse a sábia e única resolução que poderia salvá-lo ? Se tal comunicação teve algum efeito, foi para pôr o governo a dormir e dar-lhe falsa segurança; pois, ao instá-lo a cumprir os desejos de Bonaparte num ponto essencial, não foi

¹*As Quatro coincidências de datas.*

para o fazer acreditar na possibilidade de permanecer em Portugal ? e não foi esta esperança tão vã quanto fatal numa situação como esta ? Ousamos mesmo dizer que esta foi uma das causas que, durante várias semanas, paralisou os preparativos para a partida, e que sem a certeza adquirida pelo artigo do Monitor, o Regente talvez tivesse ficado em Lisboa.

Vamos agora seguir o Príncipe até ao Brasil, e depois voltaremos aos eventos que tiveram lugar em Portugal.

A frota portuguesa, muito mal equipada e mal munida dos itens mais necessários, devido à extrema precipitação e desordem que tinha prevalecido nos preparativos para a partida, sofreu uma violenta tempestade alguns dias depois de deixar Lisboa ; mas o tempo ficou mais calmo e pôde continuar o seu caminho e chegou sem acidentes em 21 de janeiro de 1807 [sic], na Bahia, onde o Príncipe e toda a família real desembarcaram e foram recebidos com demonstrações de entusiasmo universal. Após uma estadia de mais de dois meses, a corte embarcou novamente e seguiu para o Rio de Janeiro, onde foi estabelecida a nova sede do governo. O Regente e toda a família real desembarcaram no dia 8 de março, em meio ao sincero e prolongado aplauso de todos os habitantes. Parte do esquadrão inglês que tinha acompanhado a frota portuguesa também entrou na Bahia e seguiu o Regente até o Rio de Janeiro. Os habitantes da primeira destas cidades tinham feito todos os esforços para manter o seu soberano e, a fim de o induzir a fixar-se ali, ofereceram-se para lhe construir um palácio ; mas o Príncipe decidiu, com razão, pelo Rio de Janeiro, que era então e ainda hoje é a principal cidade do Brasil, e a saída natural das províncias mais ricas e populosas.

Assim foi realizado um projeto muitas vezes sugerido aos

reis de Portugal, em circunstâncias em que a monarquia na Europa estava ameaçada por um perigo iminente : adoptado anteriormente, poderia ter produzido apenas pequenos resultados ; executado em 1807 [sic], foi o sinal de uma das revoluções mais importantes que o Novo Mundo tinha sofrido desde a sua descoberta, e cujos efeitos já gigantesco são apenas o prelúdio de um futuro que deve mudar a face do mundo civilizado, completando o que a revolução das antigas colônias inglesas havia começado tão brilhantemente.

A necessidade e a frequência das coisas, mais do que a previsão dos conselheiros do Regente, ditaram uma série de medidas, muitas das quais foram muito vantajosas para o Brasil. A partir de 28 de janeiro de 1808, seus portos foram abertos a todas as nações amigas, e as mercadorias estrangeiras foram admitidas pagando 24 por cento de imposto. A exportação de todos os produtos não liberados foi permitida tanto para estrangeiros como para nacionais. Assim que estas medidas foram conhecidas na Inglaterra, enormes remessas de todos os tipos de mercadorias foram imediatamente feitas para o Brasil, e comerciantes e outros especuladores desta nação empreendedora vieram para este belo e rico país para explorá-lo para seu próprio lucro. Tão pouco se sabia na Inglaterra sobre a natureza do consumo do Brasil, que foi embarcado para todos os seus portos uma quantidade de fogões, orirens e outros objetos adequados para o aquecimento de apartamentos. Em 12 de outubro, o Regente criou um banco de depósitos e descontos no Rio de Janeiro, que prestava serviços reais ao Estado e ao comércio, mas que, como resultado de medidas arbitrarias do governo e da má administração dos diretores, tornou-se uma fonte de infortúnio e descrédito, e foi realmente utilizado apenas para o estabelecimento do papel-moeda. Em 25 de novembro do mesmo ano, foi promulgado um

decreto prometendo concessões gratuitas de terras a estrangeiros que quisessem se estabelecer no Brasil e se engajar na agricultura. Esta medida não teve um resultado muito feliz, porque num país onde todo o trabalho de cultivo é feito por escravos e é considerado pelos brancos como uma desonra, e onde, além disso, é preciso muito capital para comprar estes desafortunados Africanos, a posse de terra é uma vantagem de pouca importância, especialmente porque as terras mais fáceis de cultivar, localizadas perto de rios navegáveis, que oferecem meios de transporte baratos, têm proprietários há muito tempo. As colônias de agricultores suíços que foram atraídos para o Brasil chegaram tarde demais para aprender seu erro e, apesar da ajuda do governo, eles só vegetaram e definharam. Quanto aos Alemães que mais tarde foram recrutados sob o pretexto de transformá-los em agricultores, foi apenas uma forma inteligente de adquirir soldados ; e a aquisição de algumas centenas de condenados sicilianos, que o ministério brasileiro teve a inépcia de comprar do rei de Nápoles, só serviu para aumentar o número de criminosos e ociosos em um país tão necessitado de trabalhadores laboriosos e honestos. Uma escola de medicina e cirurgia também foi criada no Rio de Janeiro, que até hoje continua incompleta; os jovens Brasileiros preferem vir estudar medicina e outras ciências na Europa e especialmente em Paris¹. Uma gráfica real foi estabelecida na mesma cidade, que antes não tinha, e mais tarde um laboratório de química, um gabinete de história natural, uma escola militar e naval, depó-

¹Há atualmente mais de duzentos brasileiros em Paris, cuja maioria frequenta as aulas, e muitos deles são muito esperançosos.

sitos de pólvora e até algumas fábricas, quase todas de propriedade ou operação estrangeira ; entre outras, fábricas de faiança, uma fábrica de vidro na Bahia, operações de mineração de ferro etc. Foram instituídos tribunais supremos, que, juntamente com todos os ramos da administração, foram organizados da mesma forma que em Portugal : o Brasil deixou finalmente de ser uma colônia e tornou-se um Estado independente.

Em 2 de Maio de 1808, o Regente enviou um Manifesto às potências amigas, declarando nulos e sem efeito todos os tratados celebrados entre Portugal e o imperador dos Franceses, nomeadamente os de Badajoz e Madrid em 1801, e o da neutralidade em 1804, acrescentando que só faria as pazes em concertação com o seu mais antigo e fiel aliado, o rei da Grã-Bretanha, e que em caso algum consentiria na rendição de Portugal, a primeira e mais antiga porção da herança da Casa de Bragança. No ano seguinte, no mês de agosto, em resposta a um Memorando que lhe foi apresentado pela princesa sua esposa, na qualidade de infanta de Espanha, e pelo infante D. Pedro Carlos, seu genro, implorando sua proteção para a manutenção dos direitos da Casa de Bourbon à coroa espanhola, usurpada por Napoleão, o Príncipe Regente emitiu uma declaração na qual se comprometeu a cooperar com todo o seu poder no triunfo desses direitos, “esquecendo”, disse ele, “meu justo ressentimento contra a conduta da Espanha que concedeu passagem às tropas francesas e se juntou à França na invasão de Portugal.” Os embaixadores das potências estrangeiras vieram residir com o Regente. Lorde Strangford foi para lá alguns meses após a chegada do Príncipe como embaixador de Sua Majestade Britânica, e mais tarde foi seguido por aqueles das outras cortes amigas.

Quando o Príncipe Regente atravessou o Oceano e lançou as bases de um novo império, o exército francês que tinha ocupado Portugal foi forçado a evacuá-lo como resultado da Batalha do Vimeiro, travada a 20 de agosto de 1808, e da convenção de Cintra assinada entre o general Junot e sir Hew Dalrymple, comandante-chefe do exército inglês, que aprovou os preliminares acordados entre sir Arthur Wellesley, desde então duque de Wellington, e o general-chefe do exército francês. Este acordo, igualmente desaprovado pelo povo inglês e pelos Portugueses, foi muito vantajoso para os Franceses e fez a maior honra ao general Kellermann, que tinha todo o mérito da negociação ; este oficial disfarçou habilmente a fraqueza do exército, fazendo soar muito alto os seus meios de resistência e ameaçando destruir Lisboa se as suas propostas não fossem aceites. O fato é que o exército francês, extremamente pequeno, estava cercado de um lado por forças inglesas muito superiores, que cresciam a cada dia, e do outro por um exército português muito grande, embora mal organizado ; suas comunicações com as forças francesas na Espanha, que acabavam de passar por um terrível fracasso com a rendição do general Dupont em Baylen, em 20 de julho, tinham se tornado muito difíceis, e o exército de Junot estava perdido sem recursos, se o general inglês tivesse sido mais clarividente. No entanto, é preciso admitir que, embora tenha negligenciado completamente os interesses dos portugueses nesta convenção, ele salvou Lisboa dos terríveis males ameaçados por um enxame de pessoas armadas que fugiam das províncias, estranhos a qualquer disciplina, respirando apenas pilhagem e vingança sangüinária¹. Apesar da boa ordem

¹Esta tropa indisciplinada tinha começado por matar o seu General Bernardino Freire de Andrade.

que os ingleses estabeleceram em Lisboa, era impossível para eles evitarem muitos vexames e assassinatos dos quais até alguns dos seus compatriotas foram vítimas. Foi criada uma regência provisória, que o Príncipe substituiu mais tarde por uma permanente : ambas se distinguiram pela perseguição aos franceses estabelecidos em Lisboa e aos portugueses acusados de serem seus amigos e apoiantes da França. Portugal permaneceu em estado de estu- por até 1809 quando o Marechal Soult entrou pelo norte e conseguiu tomar a cidade do Porto no dia 24 de março ; mas não sendo apoiado, foi obrigado a evacuar o país em meados de maio, após uma ação entre a sua divisão e o exército inglês sob o comando de Wellesley no dia 11. Em 1810, Napoleão, tendo derrubado a Áustria, preparou-se para reconquistar Portugal. Contra o seu curso habitual, ele foi inexplicavelmente lento a enviar um exército para Portugal e confiou ao Marechal Masséna o seu comando. Se, após a paz concluída em Viena em 10 de outubro, os Franceses tivessem marchado sobre Lisboa, teriam entrado sem um golpe ; pois a organização do exército português mal foi esboçada, e o gabinete de Santiago, não acreditando ser possível manter-se em Portugal, estava preparado para evacuá-lo ; mas quando viu que Bona- parte estava a adiar a invasão, teve grandes esforços para colocar o país em estado de defesa, e confiou ao general Beresford a organização definitiva do exército português, uma comissão que realizou com grande inteligência e zelo, e que foi um sucesso completo. Masséna, sob o comando do marechal Ney e do general Junot, não apareceu nas fronteiras de Portugal até agosto de 1810 ; apreendeu Almeida no dia 24 desse mês, tendo o carregador de pólvora naquela praça sido rebentado, e marchou sobre Lisboa pelo Bussaco com um exército de quarenta e cinco

mil homens, demasiado fraco para conquistar e sobretudo para se manter num país cujos habitantes eram fanáticos contra os Franceses e apoiados por um exército inglês de trinta mil homens e uma força nacional regular de mais de sessenta mil, sem contar com as tropas irregulares, e isto no país mais fácil de defender e o menos dotado de subsistência e de estradas praticáveis. A escolha de um guerreiro desgastado e descontente, que aceitou o comando com relutância, tornou o sucesso ainda menos provável. Entre os que seguiram o exército francês estavam vários oficiais portugueses, dos que tinham feito parte da divisão que Junot enviou de Portugal para França¹ em 1808. Entre esses oficiais estavam o marquês d'Alorna, alguns outros senhores, e o general Pamplona (agora conde de Subserra), conhecido pela versatilidade de sua conduta política e que desempenhou tantos papéis diferentes antes e depois do período de que estamos falando agora. O Marquês dirigiu, em seu nome, proclamações ao povo português,

¹Junot, tendo dissolvido o exército português no início de 1808, formou um corpo de oito mil homens e enviou-os para França, onde só chegaram cerca de três mil, tendo o restante desertado em Espanha. Estas tropas eram comandadas pelo tenente-general marquês de Alorna, cuja popularidade e espírito dinâmico Junot temia. O general Gomes Freire, os brigadeiros Pamplona e Souza ; os coronéis Pego, Vasconcellos, J. Freire, Blanc, marquês de Loulé, de Ponte de Lima ; majores, chefes de batalhão ou de esquadrão, marquês de Valença, conde de Sabugal, Candido Xavier, Balthasar Ferreira, Trindade, estavam entre os mais destacados oficiais deste corpo. Napoleão organizou estas tropas em uma legião que ele nomeou *Lusitana* ; eles serviram com distinção e se cobriram de glória em Wagram e Smolensko. Esta legião permaneceu ao serviço da França até à Restauração, e vários dos seus oficiais fazem agora parte do exército francês.

aconselhando-o a submeter-se à vontade do Imperador. A nação recebeu-os com desprezo misturado com indignação ; todos os oficiais portugueses que estavam então nas fileiras francesas em Portugal foram declarados traidores e condenados à morte. A pasta do general Pamplona, tomada pelos Ingleses com outras bagagens, caiu no poder de Beresford, e o seu conteúdo contribuiu muito para a sentença de morte deste general, que desde então tem sido visto como um Bourbonista mais do que zeloso, patriota e constitucionalista, ministro da guerra, então membro das Cortes portuguesas em 1821, e mais tarde ajudante de campo do infante D. Miguel, quando derrubou a Constituição, primeiro-ministro do rei absoluto e objeto de ódio deste mesmo soldado de infantaria, finalmente conde de Suberra, embaixador em Madri, e agora voltou à vida privada. O que é realmente estranho é que a Sra. Pamplona também foi condenada à morte pelos magistrados responsáveis por decidir o destino dos Portugueses que tinham servido contra o seu país após a declaração de guerra do Príncipe Regente contra a França, que é conhecida em toda a Europa há dois anos. Uma das acusações contra esta senhora era que ela se tinha autodenominado *rainha de Portugal* : nada poderia ser mais falso e não poderia ser mais absurdo¹.

O destino da expedição de Masséna é conhecido de todos. Este general, depois de cometer o erro de atacar a posição quase inacessível de Bussaco, em vez de virá-la primeiro como acabou por fazer, marchou sobre Lisboa, e parou diante das linhas de Torres Vedras sem se atrever a atravessá-las, por falta de ousadia,

¹Este general, assim como todos aqueles a quem o Rei ainda não perdoara, foram anistiados pelas Cortes de 1820, e depois por João VI ; honras e propriedades lhes foram restituídas.

pois, embora estivesse armado com grande força numérica, eram demasiado extensos para serem defendidos com sucesso, enquanto a desordem de um retiro apressado para Lisboa, onde tudo estava pronto para o embarque do exército inglês, teria causado confusão da qual os franceses não podiam deixar de tirar partido. Masséna perdeu tempo, e sua hesitação salvou Portugal ; a retirada do exército francês foi no entanto gloriosa, e o marechal Ney mostrou-se tão calmo e intrépido como um bom general ; finalmente, após a batalha de Fuentes d'Onor, conquistada primeiro pelo valor incomparável do corpo do general Montbrun, e depois perdida pela conduta indigna do general Loison, Portugal foi evacuado definitivamente. O exército português, unido desde então com as tropas inglesas, lutou com a maior coragem durante todas as campanhas que se seguiram em Espanha e até à batalha de Toulouse, distinguiu-se em todas as ocasiões e contribuiu poderosamente para o sucesso das armas britânicas. Os Portugueses fizeram milagres valiosos na batalha dos Arapiles e no assalto a San Sebastian. Foi observado que os Ingleses não ganharam nenhuma vantagem decisiva onde eles lutaram sozinhos.

Em 1810 o Gabinete Britânico concluiu um tratado de comércio e navegação com o Príncipe Regente ; foi assinado no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro por lorde Strangford e D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, e ratificado em Londres no dia 19 de junho do mesmo ano. Este tratado, cujas disposições foram todas em benefício da Inglaterra, nada fez para prejudicar os interesses do Brasil, mas foi pernicioso para Portugal. O conde de Linhares, com a sua leveza vulgar, acreditando que Portugal perdeu para sempre, sacrificou os interesses do sua

pátria e consentiu no que quer que fosse proposto pelo hábil negociador britânico. O tratado reduziu os direitos de entrada de mercadorias inglesas em 15 por cento, enquanto os de Portugal pagaram 16 por cento. Além disso, a redação foi tão ambígua que os bens que pareciam estar sujeitos a uma taxa de entrada de 24 por cento por um dos artigos do tratado (XXVI) também pareciam estar incluídos na taxa geral de fixação de 15 por cento. Este ato singular ainda traz uma cláusula (art. XXXII) que o torna perpétuo, por assim dizer, permitindo apenas mudanças em detalhes e não nas bases fundamentais. O Portugal está ainda hoje sob o jugo deste desastroso tratado¹. Em 1814, o Príncipe Regente nomeou três ministros para o congresso de Viena, acedeu aos seus atos e o Sr. conde do Funchal em nome do seu soberano aderiu ao tratado de Paris. O Príncipe Regente prometeu devolver Caiena, que os portugueses tinham tomado aos franceses, e restaurar o rio Oyapoc como limite da Guiana, que tinha sido fixado pelo Tratado de Utrecht ; os aliados comprometeram-se a usar os seus bons ofícios para que a Espanha devolvesse Olivença a Portugal, o que se recusou a fazer. Além disso, os interesses de Portugal foram inteiramente sacrificados pelo duque de Wellington, que o tinha escolhido como seu árbitro ; apenas uma pequena compensação foi estipulada para Portugal, fora de toda a proporção dos sacrifícios que os Portugueses tinham feito pela causa dos aliados, e dos prejuízos que tinham sofrido. O presente que a regência de Lisboa fez ao duque de Wellington foi de um valor talvez superior à indemnização que ele concedeu a Portugal. Em 1815, o Príncipe Regente ratificou as duas convenções feitas em Viena pelos seus ministros com os

¹ Ver *Coleção Hertlet's de Tratados*, etc. Londres, 1820.

da Grã-Bretanha, uma para fixar a compensação concedida por aquela potência a Portugal pela captura ilegal de um grande número de navios negreiros, e a segunda estipulando as condições a que Portugal estava sujeito como preço pela possibilidade de continuar o comércio de escravos, agora limitado a certas partes da costa africana a sul da linha.

Também aderiu à lei de 25 de março do congresso de Viena relativa a Napoleão.

Por decreto publicado em 17 de dezembro de 1815, com a data do dia anterior, o Príncipe Regente elevou o Brasil à categoria de reino, dando aos seus Estados o título de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves etc.

Todos as potências apressaram-se a reconhecer este novo título e, pelos seus embaixadores e ministros, felicitaram o Regente pela sabedoria desta medida. Em 16 de março de 1816, a rainha Maria terminou seus dias, e o Regente tomou o título de rei, mas não foi coroado e proclamado até 6 de fevereiro de 1818.

No final de 1815, este príncipe tinha concluído com a corte espanhola o duplo casamento das duas princesas suas filhas, uma com o rei Fernando VII, a outra com o infante D. Carlos, irmão do rei. Apesar destes novos laços familiares, em 20 de janeiro de 1817, a corte do Rio de Janeiro teve suas tropas ocupando a praça de Montevideu e o território espanhol na margem leste do Rio da Prata, após dar garantias oficiais ao gabinete de Madrid de que não pretendia disputar nenhum de seus direitos sobre o país ocupado, mas declarou que estava na necessidade de tomar posse militar para a segurança de seu próprio território até que as disputas entre as colônias nas margens do Rio da Prata e a pátria mãe fossem resolvidas¹.

¹ O Marquês de Marialva, que foi embaixador português

A origem deste caso remonta ao ano de 1811, quando o Rei de Portugal foi convidado pela regência de Cádiz, com o consentimento de uma princesa da família reinante de Espanha, para preservar a praça de Montevideú, então ocupada pelo governador monarquista Élio, de cair nas mãos dos insurgentes americanos que a sitiavam. No entanto, a Espanha não aceitou a declaração do gabinete do Rio de Janeiro e remeteu aos tribunais da Áustria, França, Rússia, Prússia e Inglaterra, que se declararam mediadores entre os dois Estados em uma nota assinada em Paris pelos respectivos ministros em 26 de março de 1817. Hoje a mesma disputa existe entre o Brasil e a República de Buenos Ayres, e dá origem a uma guerra séria.

Em 6 de março de 1817, uma conspiração ameaçou o trono americano de João VI. Um Português chamado Domingos José Martins, um comerciante que vivia há muito tempo em Londres, parecia ser o líder da conspiração ; cujo objetivo era estabelecer um governo republicano. A insurreição irrompeu em Pernambuco, de onde ameaçou se espalhar para a Bahia e até mesmo para outras cidades, onde os conspiradores tinham muitas inteligências. Medidas rápidas e vigorosas foram tomadas para abafar este movimento ao seu nascimento. O conde dos Arcos, governador da Bahia, encarregado dessa tarefa, emitiu uma proclamação ameaçadora ; ao mesmo tempo em que sitiou Pernambuco por terra e mar, com tal atividade que

na corte francesa em 1817, teve várias cartas sobre o caso Montevideú inseridas no *Times* (meses de janeiro, maio e junho desse ano). Ele também os mandou imprimir em francês em Paris e os distribuiu entre o corpo diplomático. O conde de Palmella, ministro de Portugal em Londres, também teve outras cartas inseridas no mesmo jornal nos meses de fevereiro e março de 1818, que também foram traduzidas para o francês.

os insurgentes saíram da praça para se encontrar com as tropas reais que vinham para atacá-los por terra, a marinha aproveitou a ausência dos chefes para tomar a cidade, enquanto os rebeldes, após pouca resistência, foram derrotados ou dispersos.

Os principais líderes foram levados e executados, apenas um (um monge) se matou quando viu os insurgentes serem derrotados. Um grande número de comerciantes, proprietários ricos e habitantes da Bahia foram salvos nesta ocasião apenas pelo Conde dos Arcos, que fez tudo o que pôde para manter o assunto quieto e limitar o número de vítimas.

Mais ou menos ao mesmo tempo foi descoberta outra conspiração em Lisboa, cujo objetivo era incerto, quer para tornar Portugal independente da corte do Rio de Janeiro, quer, o que várias circunstâncias tornam ainda mais provável, para libertar o país do domínio inglês. O resultado foi a prisão de um grande número de conspiradores, entre os quais apenas o general Gomes Freire de Andrade e o barão de Eben, um oficial hanoveriano que tinha passado do serviço da Inglaterra para o serviço de Portugal. Os outros indivíduos eram oficiais de baixa patente, a maioria deles reformados e insatisfeitos com o marechal Beresford. Onze foram executados na Praça Sant'Ana depois de um procedimento secreto. O general Freire foi baleado no talude do Forte São Julião, e o barão de Eben foi demitido do serviço e do país. Não se sabe até hoje qual foi o verdadeiro propósito dos conspiradores, ou mesmo se eles tinham um plano bem definido. O general Freire era um bom oficial, de uma família nobre, tinha servido com distinção na Rússia sob Catarina, e foi um dos primeiros a montar o assalto a Oczakow. Tinha-se distinguido na campanha de Roussillon, tinha servido sob o comando de Napoleão na

legião lusitana, mas não seguiu o exército de Masséna para Portugal. Ele era, além disso, um homem muito leve e inconsequente, pouco capaz de formar um plano, muito menos de executá-lo. Em qualquer caso, há fortes razões para acreditar que a firma de Madrid não era estranha à conspiração, e é muito provável que Freire e os seus associados fossem meros instrumentos de uma conspiração cuja fonte e verdadeiro propósito não conheciam nem a fonte nem o verdadeiro objectivo. Beresford foi até suspeito de tentar se livrar de um rival perigoso montando uma armadilha para ele : o que é certo é que quando Freire estava prestes a passar pela sua provação, ele pediu um adiamento para fazer revelações, e foi recusado.

Em fevereiro do mesmo ano, João VI, através do marquês de Marialva, seu embaixador em Viena, concluiu o casamento de seu filho mais velho, D. Pedro de Alcântara, com uma das filhas do imperador da Áustria, a arquiduquesa Leopoldina, casada em Viena, em nome do Príncipe, pelo embaixador português ; ela navegou do porto de Livorno para o Rio de Janeiro em agosto do mesmo ano. Os jornais daquela capital deram um relato detalhado da magnificência com que ela foi recebida. Esta jovem princesa morreu no Brasil em 11 de dezembro de 1826, para o pesar de toda a nação.

Desde a queda de Napoleão, o gabinete de São Tiago tinha mais de uma vez aconselhado João VI a regressar a Portugal, e tinha-lhe oferecido todos os edificios necessários para a sua passagem ; pois tal era a desordem das finanças e de todos os ramos da administração no Brasil, que a marinha estava quase aniquilada, os navios estavam podres ou a necessitar de reparações demasiado caras para o estado de escassez do Tesouro. O Rei, aparecendo finalmente para ceder aos aborrecimentos da Inglaterra, aceitou as suas ofertas ;

mas quando em 1816 sir John Beresford chegou ao Rio de Janeiro, comandando uma esquadra inglesa para transportar o Rei e a sua comitiva para Lisboa, recusou-se a embarcar. Nenhuma outra razão para essa recusa deve ser procurada, a não ser a inércia natural de João VI e sua relutância em mudar lugares e hábitos : aqueles que ele havia contratados no Brasil eram perfeitamente adequados ao seu caráter ; ele estava bem e queria ficar lá, e foi necessária uma combinação irresistível de causas impetuosas para obrigá-lo, em 1821, a voltar para a Europa. Vejamos agora o estado relativo do Brasil e de Portugal, após a mudança da sede do governo, no final de 1807 [sic].

O Brasil, ao abrir seus portos ao comércio de todas as nações, obteve uma vantagem muito importante ; portanto, pagou desde então menos pelos alimentos e produtos industriais de outras nações, enquanto encontrou saídas mais diretas e, portanto, mais vantajosas para os alimentos do solo, a única riqueza de um país puramente agrícola. Ao mesmo tempo, as artes, o conhecimento e a civilização receberam um grande impulso através da livre comunicação com os estrangeiros que vieram em massa para se estabelecer no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro e na Bahia. No entanto, para além destas vantagens reais, o país teve de suportar encargos muito pesados e foi vítima de abusos que, desde essa altura, continuaram a aumentar e a ameaçar a sua existência futura. Diversos impostos vieram pesar sobre a pequena população livre, para cobrir as enormes despesas da corte, ainda aumentadas pela má administração, pela dilapidação monstruosa, pela prodigalidade do Rei, pela improvidência e imoralidade de seus ministros e dos oficiais da coroa. A criação do Banco foi, na realidade, apenas uma forma de emitir papel-moeda, cujos

efeitos desastrosos se fazem sentir há muito tempo, e que fez desaparecer o efetivo de ouro do país, e que está atualmente a sofrer uma depreciação de mais de 40 por cento. Os projetos gigantescos, absurdos e caros atestam tanto a incapacidade como a vaidade infantil dos ministros. Não só foram enganados por ofertas pomposas de Suíços infelizes que pensavam que iam enriquecer no país do El Dorado, como contrataram um Instituto inteiro em Paris, para ir cultivar as artes plásticas, onde as artes mecânicas mal tinham sido introduzidas ; e fizeram vir pintores, escultores, arquitetos, e até mesmo um simples escritor de frases, o seu diretor, para montar uma academia, num país onde o arado mal era conhecido ! No entanto, a corte retirou imensas somas de dinheiro, munições e outros objetos de Portugal ; todos os rendimentos dos bens do Rei, da Rainha e dos Infantes passaram para o Brasil ; as letras de câmbio eram a todo momento sacadas no Tesouro do infeliz Portugal, que, além disso, forneceu tropas e marinheiros à sua antiga colônia, que se tinha tornado sua amante por enquanto. A pátria estava continuamente empobrecida, e todas as fontes de riqueza nacional diminuía com assustadora rapidez, sob uma regência fraca, pouco hábil, impotente para fazer o bem, embora muito ativa na perseguição e no vexame de indivíduos. O comércio era nulo ; o porto de Lisboa, outrora coberto de velas, era agora uma nudez desolada ; algumas costas e barcaças eram sobre os únicos navios portugueses que podiam ser vistos a navegar no Tejo. Os portugueses estavam puxando botas e roupas prontas da Inglaterra ; as artes mecânicas e o artesanato tinham sofrido o destino das fábricas, que estavam quase todas fechadas. O comércio com o Brasil era tão pequeno que no ano de 1820 apenas cinquenta e sete

navios portugueses da Europa entraram no Rio de Janeiro, e desse número só havia vinte e oito navios de três mastros ; todos os restantes eram bricks etc. ; se acrescentarmos três da Ásia, cinquenta e oito da África e trinta e cinco de portos americanos não brasileiros, temos um total de duzentos e doze ; enquanto em 1805 ele tinha entrado no mesmo porto oitocentos e dez navios portugueses ; em 1806, seiscentos e quarenta e dois ; em 1807, setecentos e setenta e sete ; em 1808, setecentos e sessenta e cinco ; e em 1810, doze centos [sic] e catorze, uma proporção que continuou até 1815. Portugal, arruinado pelo governo do Brasil, marchava assim para a sua aniquilação, mas o próprio Brasil dificilmente avançava para uma prosperidade duradoura. As colônias de África e dos Açores estavam a definhar, tal como Goa, que os britânicos tinham restituído a Portugal depois de a terem tomado a partir da ocupação francesa. Madeira foi sustentada pela natureza do seu produto exclusivo, o vinho. Os Ingleses também o tinham restituído depois de o terem guardado durante muito tempo. Aprenderam-na durante a invasão de Portugal em 1807, e Beresford tomou posse dela, já sabendo da partida do Príncipe para o Brasil.

Os comerciantes estabelecidos no Brasil, tendo outras relações comerciais antes da chegada do Regente, apenas com Portugal e suas posses, pouco ganharam com a abertura dos portos ; quase todos os lucros do comércio rapidamente passaram de suas mãos para as dos Ingleses, dos Estadunidenses¹, e depois para os Franceses, ao mesmo tempo em que a navegação nacional sofreu uma diminuição progressiva e assustadora ; as mercadorias volumosas que por si só constituíam um frete vantajoso para os navios mercantes portugueses, passaram a ser exportadas com justiça para Inglaterra, Alemanha e Itália em navios estrangeiros. Quanto aos produtores, eles não estavam mui-

¹N.T.: no original, “des Américains unis”.

to mais felizes, pois os alimentos coloniais caíram de preço devido ao aumento muito considerável da sua produção em Cuba e nos Estados Unidos ; só o açúcar era melhor apoiado pelo consumo cada vez maior na Inglaterra e no continente europeu.

Mas o que mais contribuiu para a ruína do Brasil foi o luxo desenfreado que o exemplo dos cortesãos e os baixos preços dos produtos da indústria estrangeira incentivaram no país e especialmente nas cidades, e que rapidamente levaram o capital acumulado pela sobriedade e economia : deixaram de comprar com a renda e logo começaram a comprar com o capital ; o Banco foi constituído depois de alguns anos em bancarrota permanente, e as casas comerciais mais fortes, especialmente no Rio de Janeiro, entraram em bancarrota. No que diz respeito à moral e à moral pública, pode ser assegurado que a corrupção aumentou a um grau que será difícil de ultrapassar ; a venalidade, a depravação e o amor ao jogo chegaram ao ápice ; o governo, ao permitir a introdução do infame cassino e da infernal roleta, fez muito para enraizar vícios que já existiam.

Acrescentemos a isto a imprudente expedição de Montevideú, aconselhada ao Regente por Araújo ; teve as consequências mais desastrosas para o comércio português ; primeiro saqueada pelos piratas dos Estados Unidos, sob a bandeira de Artigas, acabou por sofrer as maiores perdas com a guerra posteriormente levada a cabo contra Buenos Ayres, sendo esta cidade o mercado mais vantajoso para os negociantes da parte meridional do Brasil.

Tal era o estado de coisas em ambos os países quando a revolução na Ilha de Leão, no início do ano de 1820, despertou um povo cuja posição o tornava necessariamente dependente de qualquer grande mudança política que irrompesse entre os seus vizinhos, os espanhóis.

A Regência Portuguesa sentiu imediatamente o perigo da sua posição e tomou várias precauções, que tiveram por resultado, como normalmente acontece nestes casos, em acelerar uma revolução que se tinha tornado inevitável. O marechal Beresford decidiu ir ao próprio Rio de Janeiro, para pedir dinheiro e novos poderes ao rei por circunstâncias extraordinárias.

Partiu no início de abril e chegou em 9 de maio na capital do Brasil, na fragata inglesa *the Spartan*, tendo feito a travessia no curto espaço de vinte e oito dias. João VI, informado por ele sobre o estado de coisas, enviou imediatamente um navio com dinheiro para pagar os atrasados, e instruiu a regência de Lisboa para fazer as mudanças na administração interna que parecessem capazes de acalmar a opinião pública. Mas estes paliativos estavam tanto atrasados como impotentes. A efervescência aumentava diariamente, manifestava-se de todos os lados, e logo os descontentamentos estavam em condições de agir. Determinados a aproveitar a ausência do marechal Beresford, comandante-chefe do exército, vários deles reunidos no Porto, na noite de 23 a 24 de agosto, na casa do coronel do 18º regimento, Bernardo Correa de Castro e Sepúlveda. A partir daí, os principais oficiais da guarnição, depois de se consultarem sobre os seus planos, partiram para reunir os seus soldados aos gritos de : *Viva o rei, os cortes e a constituição !* eles conseguiram sem dificuldade ; as autoridades da cidade e toda a população se emprestaram ao mesmo movimento. Foi dada atenção imediata à nomeação de uma junta suprema do governo provisório, cujos membros foram retirados de todas as ordens e fileiras do Estado¹. Esta junta começou por

¹O presidente desta junta era o mesmo António da Silveira Pinto

[próxima pg.:]

da Fonseca que acabamos de ver, com o nome de Visconde de Canellas, entre os líderes da Oposição armada contra a constituição de D. Pedro.

publicar um manifesto, no qual pintou os erros e vícios da Regência de Lisboa ; a violação dos direitos, privilégios e liberdades da nação, a aniquilação do comércio e da indústria, a decadência da agricultura, o empobrecimento geral do país e todas as calamidades que se seguiram à partida do soberano. A junta também recordou o estado de esplendor e prosperidade de Portugal quando teve um governo livre e as cortes eletivas. Longe de articular qualquer queixa contra a Casa de Bragança, a junta assegurou que os princípios essenciais da monarquia seriam inviolavelmente respeitados. Durante esse movimento, os oficiais ingleses permaneceram neutros e não sentiram nenhum insulto ; nenhum acidente infeliz afetou a segurança pública. Nos dias seguintes, vários corpos de tropas, estacionados nas proximidades do Porto, declararam-se a favor da revolução. A regência de Lisboa, informada destes acontecimentos, fez esforços inúteis para impedir o avanço da revolução ; foi em vão que encarregou o conde de Amarante, desde o marquês de Chaves, e o general Vitória de marcharem sobre o Porto com todas as tropas que pudessem reunir. A junta insurrecional já tinha tomado a ofensiva, e os generais da regência logo se viram abandonados pelas suas próprias tropas que vieram juntar-se aos seus camaradas. Neste extremo, a regência de Lisboa tinha tomado a decisão de convocar as cortes de acordo com as antigas formas ; tinha suspenso os oficiais ingleses, e tinha finalmente decidido que o rei seria implorado para regressar a Portugal, ou para enviar para lá o príncipe, seu filho mais velho. Mas no dia 15 de setembro rebentou a própria revolução em Lisboa e

uma junta governamental derrubou a regência e tomou o poder na capital, de onde em breve a sua autoridade se espalhou por todo o reino¹. Entretanto, foi anunciada a chegada de lorde Beresford, que apareceu em frente à Lisboa no dia 12 de outubro, a bordo do navio inglês *The Avenger*, de 74 anos, e largou âncora em frente à Junqueira : ele havia deixado o Rio de Janeiro no dia 13 de agosto. A junta governamental ordenou imediatamente ao ministro da guerra que tomasse as medidas necessárias para impedir que ele desembarcasse. Exibiu em vão os novos poderes que recebeu do rei no Rio de Janeiro, o que lhe deu autoridade ilimitada como vice-governador do reino. Foi-lhe dito que a nação reconheceu o rei, mas que tinha retomado o exercício dos seus direitos ; que o seu desembarque poderia pôr em perigo a tranquilidade pública, e que, se o fizesse, a sua pessoa não seria punida. Tendo sido inúteis todos os procedimentos posteriores de lorde Beresford, ele não tinha outro rumo senão velejar para Inglaterra. É a partir daí que a aversão pronunciada deste homem orgulhoso ao partido patriota em Portugal e a sua parcialidade para com os absolutistas. Contudo, a junta, após uma manifestação hostil por parte das tropas, provocada pelo astuto Silveira com opiniões ambiciosas, decretou que a constituição espanhola de Cádiz serviria de base para a que seria elaborada em Portugal, que deveria ser ainda mais liberal do que a de Espanha. Antonio da Silveira, cujos desígnios tinham sido frustrados, renunciou e retirou-se para as suas próprias terras.

¹O Barão de Molellos, nomeado ministro dos assuntos estrangeiros por esta junta, foi também um dos indivíduos que tinham acabado de participar na revolta do marquês de Chaves contra a constituição real de 1826.

No entanto, o Governo do Rio de Janeiro, nas primeiras notícias dos acontecimentos no Porto, pensou que ainda era tempo de dominar a revolução, por um lado, concedendo uma anistia geral e, por outro, autorizando a convocação das Cortes, feita pela regência real ; mas quando estas determinações chegaram a Lisboa, a 16 de dezembro de 1820, já não se tratava da regência, tampouco da velha forma feudal de formar as Cortes. Deputados, eleitos de forma democrática, chegaram de todas as províncias à capital, e estavam na véspera de serem constituídos. A resposta de João VI, que deu aos Portugueses a esperança do seu regresso, foi recebida com respeito. Mas já as notícias da Europa haviam despertado as mesmas paixões no Brasil ; a inquietação dos espíritos havia penetrado no próprio coração do palácio. As tropas portuguesas que se encontravam no Rio de Janeiro se mostraram todas a favor da revolução, na esperança de que ela decidisse em breve o seu regresso a Portugal. Os negociantes das principais cidades mostraram a mesma vontade. Algumas agitações surgiram primeiro na província de Pernambuco, e exigiram o uso da força armada. Os prisioneiros levados nestas circunstâncias foram entregues aos tribunais e executados, mas este exemplo de severidade não impediu a efervescência do povo, o que, embora ainda progredindo, levou finalmente à revolta que levou à adoção da constituição das Cortes de Lisboa. Em 10 de fevereiro de 1821, a constituição foi proclamada na Bahia, a segunda maior cidade do Brasil ; e as tropas apreenderam o capitão general Felisberto Caldeira Brant, que a princípio resistiu, mas acabou concordando com a nova ordem de coisas ; foi nomeada uma junta governamental, foram enviadas ordens para a eleição dos

deputados da província, foi feito um juramento prévio à constituição que seria feita em Portugal e, ao mesmo tempo, foi renovado um juramento de fidelidade a João VI e à sua dinastia. Já tinha sido conduzido da mesma maneira em Madeira, nos Açores e no Pará, quando o movimento foi finalmente consumido na capital. Durante muito tempo, o tribunal esteve na maior perplexidade. Medidas contraditórias foram propostas e rejeitadas por sua vez ; contudo, em 24 de fevereiro, o rei emitiu uma declaração, datada do dia 18, na qual anunciou a resolução de enviar o seu filho mais velho, D. Pedro de Alcântara, a Lisboa, para ouvir as queixas do povo português e levá-las ao pé do seu trono, a fim de poder julgar, por este meio, se a constituição que poderia servir a Portugal seria de molde a adaptar-se aos costumes e necessidades dos povos do Brasil. Estas medidas dilatórias não satisfizeram ninguém, mas obviamente deram uma força considerável aos inovadores. O rei estava na sua casa de campo em São Cristóvão quando, na manhã de 26 de fevereiro, tropas de todas as armas, lideradas pelo brigadeiro Carretti na praça do grande teatro, captaram todas as avenidas e colocaram nelas canhões. Depois um conselho dos líderes da insurreição reuniu-se no salão do teatro. Ao som desta notícia, o Príncipe real, correndo para a praça, é saudado pelos aplausos de :
Longa vida ao rei, longa vida à constituição ! Promete devolver fielmente ao rei a expressão do desejo do povo ; é-lhe pedido que revogue os decretos emitidos no dia 24 e que promulgue a constituição de Lisboa ; o Príncipe promete ambos : para levar as ordens do rei, faz várias viagens sucessivas do teatro ao seu local de residência ; finalmente, reapareceu na varanda do

teatro e leu ao povo e às tropas reunidas um decreto em que João VI aceita a constituição tal como seria feita pelas Cortes de Portugal. O Príncipe hereditário, em nome do Rei seu pai e em seu próprio nome, fez imediatamente um juramento sobre o livro dos evangelhos. Então o povo, com entusiasmo, foi à casa do Rei para levá-lo e sua família de volta em triunfo ao seu palácio no Rio de Janeiro. Ao longo de todo o caminho, ouvia-se um forte aplauso e, no delírio da sua alegria, os homens brancos juntaram-se à carruagem do Rei, onde mais tarde foram substituídos por negros. Quando o Rei chegou ao palácio, apareceu na varanda e renovou as promessas já feitas por seu filho. João VI, depois de ter mudado todos os seus ministros e emitido vários decretos para completar a revolução, um dos quais relacionado com a nomeação de nove deputados para as Cortes de Lisboa, publicou um novo a 17 de março, anunciando a sua resolução de regresso a Portugal. Esta resolução, cuja necessidade foi sentida por todas as pessoas sensatas, suscitou no entanto uma preocupação generalizada, que teve consequências infelizes. A assembleia de eleitores reunidos na Bolsa resolveu enviar uma delegação ao Rei para lhe pedir um governo provisório, do qual o Príncipe hereditário, que devia tomar o título de Regente durante a ausência do seu pai, seria apenas o presidente. O Rei acolheu inicialmente esta deputação e parecia disposto a aceder ao seu pedido ; mas, nas representações do Príncipe real, que se viu descontente por ser destituído de autoridade soberana, João VI decidiu que não haveria qualquer mudança até que a constituição de Portugal estivesse concluída. Como resultado, foram dadas ordens para que a Bolsa, onde os

eleitores continuaram a deliberar, fosse evacuada imediatamente. Um grande número de cidadãos havia se reunido ali ; foram convocados a se retirar e, no mesmo momento (eram três horas da manhã), um batalhão de caçadores disparou um tiro na porta da frente e, entrando no corredor, matou três pessoas e feriu várias que não tinham tempo de fugir, e correu para a rua pelas janelas. Esta cena de carnificina, que ocorreu na noite de Páscoa¹, mergulhou a cidade do Rio de Janeiro em luto.

No entanto, concluídos os preparativos para a partida do Rei, o príncipe, acompanhado da sua família, dos seus ministros, do corpo diplomático e dos deputados das Cortes para a província do Rio de Janeiro, embarcou a 26 de abril de 1821 a bordo do transatlântico português *o Dom João VI*. Vários outros navios o acompanharam e levaram a sua comitiva de cerca de quatro mil pessoas. Esta frota entrou no porto de Lisboa no dia 3 de julho às onze horas da manhã e ancorou perto de Belém. As salvas da artilharia dos fortes e da marinha real assinalaram a sua presença, as Cortes declararam-se permanentes, e decretaram que aqueles que levantassem gritos que não os de : “Religião viva, cortes, a constituição, o rei constitucional e sua família”, seriam punidos como arruaceiros. Decretaram ainda que, até o estabelecimento da constituição, o Rei não podia dar emprego a nenhum estrangeiro sem o consentimento das Cortes, que não podia demitir ou mudar

¹ É certo que este terrível golpe foi obra do conde dos Arcos, que, tendo sido nomeado primeiro-ministro sob o Príncipe real, não podia suportar que a sua autoridade fosse cerceada ; ele queria governar como mestre, e aconselhou a dispersão da assembleia de eleitores pela violência.

os comandantes militares de Lisboa e do Porto, nem o superintendente da polícia de Portugal, e que algumas das pessoas que o acompanhavam seriam afastadas da capital. O conde de Palmella era um deles. O Rei, e os infantes D. Miguel e D. Sebastião, desembarcaram em 4 de julho, por volta do meio-dia, e se dirigiram, acompanhados por um brilhante cortejo, primeiro à igreja patriarcal, onde foi cantado um *Te Deum*, e depois à sala das Cortes, onde, com a mão no livro dos evangelhos, renovou o juramento às bases da Constituição, decretado em 9 de março. O Rei acrescentou : “Tudo isso é verdade, e eu juro de todo o meu coração”. Um discurso do presidente, José Joaquim Ferreira de Moura, ao qual o rei respondeu por escrito, concluiu a cerimônia.

A diplomacia da Santa Aliança viu, com desgosto fácil de conceber, estabelecer-se em Portugal a constituição democrática de Cádiz, sem perturbações, sem violência e sem qualquer manifestação externa de repugnância por parte do Rei : por isso, foram feitos todos os esforços para semear a discórdia e derrubar o edifício.

O congresso nacional, cujas eleições foram realizadas da forma mais ordeira, e do qual o arcebispo da Bahia, um dos deputados, foi o primeiro presidente, trabalhou incansavelmente na elaboração da constituição, enquanto tratava dos assuntos mais urgentes da administração, e ouvia reclamações de todos os lados contra antigos e novos abusos. Vários deputados se distinguiram pelo seu patriotismo iluminado, pela sua eloquência, e até alguns deles demonstraram conhecimentos práticos que dificilmente deveriam existir em Portugal. Apesar da falta de experiência e das dificuldades de todo tipo, o congresso tomou medidas muito sábias, fez reformas muito úteis e colocou uma rara

REI DE PORTUGAL. 77

moderação em todos os seus atos, tendo atacado os interesses de ninguém, e tendo exigido dos privilegiados apenas os sacrifícios indispensáveis à felicidade pública, e até mesmo os mais leves. As Cortes expressaram a intenção de reformar mesmo os abusos mais monstruosos apenas lentamente, e de abolir as ordens religiosas apenas gradualmente. Em poucas palavras, nunca antes uma revolução foi realizada com tanta calma e unanimidade, e nunca foi realizada por meios mais suaves e regulares ; mas nunca antes uma assembleia revolucionária foi tão míope e tão lenta em consumir seu trabalho. Contentes em não fazer mal, não pensaram em fazer todo o bem possível no menor tempo possível ; enganados pelo silêncio dos inimigos de toda a liberdade, nos primeiros meses após a explosão do voto nacional, porque reconheceram-se demasiado fracos para se lhe oporem abertamente, os líderes patriotas, entregando-se a uma segurança ilusória, perderam tempo, negligenciaram oportunidades e fecharam os olhos à tempestade que se aproximava sobre os Pireneus. Queriam fazer tudo de uma vez, e fizeram menos do que podiam ; lançaram-se em abstenções, entregaram-se a assuntos de interesse secundário e distante, e negligenciaram o reforço das fundações do edifício que iriam erguer num terreno fraco, pelo único meio capaz de sustentar novas instituições que eram repelidas pelos preconceitos de muitas pessoas, e que, desde o seu primeiro estabelecimento, não podiam produzir resultados que só o tempo pode produzir. Em vez de aproveitar as excelentes disposições de João VI para estabelecer uma guarda nacional, para reformar prontamente a ordem judicial, cujos vícios são o cancro inveterado que rói em Portugal ; em vez de abolir com mão audaz os impostos destrutivos da indústria

e da agricultura, e de compensar o déficit temporário através de empréstimos no estrangeiro, que os banqueiros londrinos então avidamente ofereciam em condições muito favoráveis, o Congresso, adotando apenas um tímido passo, querendo poupar todos os interesses, todas as paixões, e mesmo satisfazer todas as exigências, começou a perder a sua força moral, a ser menos respeitado pelo grosso da nação e menos temido pelos privilegiados. Habilidadeiros agentes da Santa Aliança, alguns dos quais, como o general Pamplona, haviam entrado no congresso, aproveitaram habilmente os vícios do regulamento, aumentaram a complicação das discussões e a desordem produzida pela multiplicidade de assuntos que a assembleia queria tratar ao mesmo tempo, e apreenderam todos os incidentes que poderiam atrasar a conclusão do ato constitucional e das leis orgânicas sem as quais uma constituição é apenas uma quimera. Em outros, a vaidade e o desejo de brilhar e de contrariar, ou talvez motivos menos desculpáveis, cooperaram no mesmo objetivo, e o ato constitucional não foi concluído até 23 de setembro de 1822.

Deve-se contar um dos erros mais graves das Cortes, sua conduta em relação ao Brasil. Deixando-se guiar pelas velhas prevenções e preconceitos dos comerciantes portugueses residentes em Lisboa, Porto, Brasil e sobretudo na Bahia, onde eram os mais numerosos e ricos, o Congresso cometeu duas faltas : uma era apressar a legislação para os Estados da América, ferindo a vaidade dos crioulos e mostrando uma intenção demasiado forte de recuperar uma ascendência agora incompatível com o estado relativo da pátria mãe e suas antigas colônias ; a outra era empurrar até o limite o Príncipe real, prescrevendo-lhe que deixasse o Brasil e viajasse para a Europa. Este príncipe, dotado de gran-

de penetração e habilidade, e além disso, firme e resoluto, parecia inicialmente querer obedecer, enquanto desaprovava o decreto das Cortes, enquanto que os Brasileiros, cujo único objetivo era a independência absoluta e dos quais muitos dos mais ambiciosos e hábeis, pretendiam governar o país à sombra do D. Pedro e talvez de erigir o Brasil como uma república federada, endereçando representações enérgicas a este príncipe de todos os lados, exortando-o a permanecer entre eles e a resistir às Cortes, declarando-se imperador do Brasil. A família Andrada foi a que, por sua influência na província de São Paulo, mais contribuiu para colocar a coroa imperial sobre a cabeça de D. Pedro. Depois de alguma hesitação real ou aparente, ele deu um passo decisivo e aceitou o título que lhe foi oferecido. A cidade da Bahia recusou-se a reconhecê-lo, assim como o Pará, Maranhão e Pernambuco. No entanto, as Cortes de Lisboa fizeram ainda a falta de enviar tropas para reforçar as da Bahia e de Pernambuco, e enviar uma esquadra para o Rio de Janeiro para trazer o príncipe rebelde. Todas estas medidas só agravaram o mal e apressaram a separação definitiva do Brasil, que declarou guerra a Portugal, sequestrou as suas propriedades e tirou-lhe alguns navios. Pernambuco se levantou contra os Portugueses ; a Bahia resistiu por muito tempo, mas a guarnição, sem comida, acabou sendo obrigada a desistir do lugar e se retirar para a Europa, e o almirante português, ao invés de trazer o Príncipe de volta, deixou uma fragata no Rio de Janeiro, que o governo brasileiro apreendeu. Mais tarde, a frota portuguesa, muito mais forte e melhor equipada do que a brasileira comandada pelo famoso lorde Cochrane, que D. Pedro tinha engajado recentemente ao seu serviço, deixou escapar o navio almirante montado por este oficial, no momento em que os marinheiros portugueses, comendo

mais de metade da sua tripulação, se recusavam a servir contra os seus compatriotas : em vez de apreender este navio, deixado sozinho em frente de toda a esquadra portuguesa, o almirante português deu a volta ao navio, no momento em que lorde Cochrane já se olhava a si próprio como seu prisioneiro. Para explicar este fato, e muitos outros semelhantes ocorridos durante a defesa da Bahia, basta refletir que a querela das Cortes com o Brasil, não sendo a de João VI com seu filho e seu sucessor ao trono, o Rei teve que procurar anular as medidas do Congresso e fazer fracassar seus planos, dando ordens secretas aos comandantes da terra e do mar para fugir das ordens ostensivas, e fazer apenas uma guerra simulada aos brasileiros. Este plano era até o mais sábio, pois o triunfo momentâneo do Príncipe no Brasil era a única forma praticável de conservar aquele país na Casa de Bragança, e talvez até mesmo de proporcionar alguns laços entre ele e a pátria mãe depois ; enquanto uma vez expulso o príncipe, a independência republicana ou anárquica tornaria-se inevitável, no estado enfraquecido em que Portugal se encontrava. Tudo considerado, D. Pedro comportou-se como um homem hábil, tornou-se imperador do Brasil sem renunciar a Portugal, e não tardou a colher os frutos da sua política. Aqui está uma passagem do manifesto que ele publicou no Rio de Janeiro em 1823, que ele dirigiu a todas as potências.

Depois de testemunhar a maior insatisfação com a conduta das Cortes, à qual ele endereça veementes reprovações, acrescenta : “[...] Vendo a urgência dos assuntos, e ouvindo a voz do povo, chamei uma assembleia constituinte e legislativa para trabalhar pela felicidade permanente da nação. Desta forma, cumpri o desejo do povo, que considera

meu augusto pai e rei privado de liberdade, e sujeito aos caprichos dos facciosos que dominam as Cortes de Lisboa, e dos quais seria absurdo esperar as medidas exigidas pela situação no Brasil, ou nada que tendesse para a felicidade geral de toda a nação portuguesa”. Na sequência desta proclamação, foram tomadas medidas para transportar as tropas portuguesas no Brasil para a Europa. O príncipe tomou o título de *Defensor Perpétuo*, e depois o de *Imperador constitucional do Brasil*.

Em 1 de outubro de 1822, João VI, acompanhado pelo infante D. Miguel e os grandes dignitários do reino, foram ao salão das Cortes para prestar o juramento final à Constituição acabada. Esta cerimônia foi celebrada com toda a pompa de que foi capaz. O Rei fez um discurso em tom firme no qual, depois de enumerar tudo o que tinha feito para a felicidade geral, acrescentou : "Não só estou satisfeito por ter ganho a confiança e o amor da nação, mas também por ver a chegada deste dia feliz, celebrado pela segunda vez nos esplendores da história portuguesa ; transmitirá à posteridade o exemplo quase único de uma nação regenerada sem perturbar a tranquilidade. O primeiro rei constitucional dos Portugueses, sabendo fazer-se digno da confiança do seu povo, provou como é doce governar sobre os corações. Tal é, senhores, a glória a que aspiro, e tais são as razões que me determinam a aceitar e a jurar pela Constituição da monarquia”. O presidente das Cortes respondeu ao discurso do Rei ; depois do qual, acompanhado por dois secretários, subiu aos degraus do trono e apresentou o livro dos Evangelhos ao monarca. João VI tomou-o nas suas mãos e disse : “Quero dizê-lo em voz alta, para que todos possam ouvir-me”. Depois, repou-

sando a mão sobre o livro, acrescentou : “Aceito, e juro defender e fazer cumprir a Constituição política da monarquia portuguesa que as Cortes gerais da nação acabam de decretar”. Depois de descansar um momento, ele acrescentou : “Juro, com o maior prazer e de todo o meu coração”¹. O Rei veio, paralelamente, em grande cerimônia, fechar as Cortes, a 4 de novembro de 1822.

A nova ordem foi reconhecida por todas as potências, excepto a Rússia e a Áustria, que se recusaram a receber os novos ministros nomeados pelo Rei constitucional. O barão de Thuyt, ministro russo no Rio de Janeiro, tendo regressado a Lisboa, retomou a causa do cônsul geral da Áustria, que alegou estar ofendido, e saiu abruptamente do país, depois de ter dirigido uma nota muito insolente ao ministro dos assuntos estrangeiros, que respondeu com grande dignidade e decência. Esse cônsul geral, não tendo se esclarecido por ocasião do juramento feito pelo Rei sobre as bases da Constituição, o povo atirou pedras contra seus cruzados ; o oficial da patrulha que tinha sido expressamente colocado para impor o respeito a sua casa, sobre a qual tinha negligenciado em colocar as armas da Áustria, pôs imediatamente fim ao tumulto e subiu à casa do cônsul para lhe dar satisfação. Ele reclamou, porém, ao governador português, que demitiu o oficial ; mas nada poderia satisfazer o irascível cônsul.

No dia 1 de dezembro, as Cortes ordinárias abriram a sua primeira sessão. Desta vez, o Rei pediu desculpas pela sua saúde,

¹Esta Constituição foi assinada por cento e quarenta e um deputados, trinta e seis dos quais eram brasileiros. Entre os signatários estavam Sepulveda, Pamplona e Barão de Molellos, tendo os dois primeiros ajudado a derrubá-la. O terceiro fez mais ; encontrou-se, em 1826, com o marquês de Chaves contra a Constituição de D. Pedro.

e não compareceu pessoalmente para abrir a sessão. Uma questão delicada devia ocupar as primeiras sessões ; a Rainha, esposa do Rei, recusou-se a fazer o juramento à Constituição. Sobre esta recusa, o Rei ordenou uma reunião do conselho de Estado para dar o seu parecer sobre como conciliar a execução da lei com a consideração devida à alta patente de Sua Majestade. Tendo expirado o prazo para fazer o juramento, e persistindo a Rainha em recusar-se a fazê-lo, foi notificada por dois decretos reais, datados de 4 de dezembro, de que tinha perdido todos os seus direitos civis e políticos, e que tinha de se retirar para o palácio de Ramalhão, onde foi incontinente. No mesmo dia, uma carta do ministro do interior anunciou às Cortes que a Rainha, tendo se recusado a prestar juramento à Constituição da monarquia, o Rei tinha decidido que se executaria, a seu respeito, o decreto das Cortes, que a exilou do reino e privou dos direitos de cidadão português a quem se recusasse a prestar juramento; mas que a Rainha tinha apresentado que o mau estado de sua saúde não lhe permitia viajar, Sua Majestade, após consultar os médicos sobre o incidente, emitiu um decreto para que a Rainha se retirasse para a casa de repouso de Ramalhão, levando consigo as pessoas necessárias para o seu serviço ; recusando-lhe, porém, pelo mesmo decreto, o direito de levar as infantas suas duas filhas ; ficando entendido que essa aposentadoria duraria apenas enquanto a saúde da Rainha não lhe permitisse deixar o reino. Esta decisão foi tomada, e a Rainha viveu no castelo de Ramalhão até à revolução de junho de 1823.

Contudo, as Cortes nada fizeram para consolidar a revolução ; a impunidade dos inimigos patentes do novo regime, convencidos de que tinham conspirado para a

derrubar, encorajou os seus cúmplices, que a cada dia se tornavam mais enérgicos. A 23 de fevereiro de 1823, o conde de Amarante (Manoel da Silveira Pinto da Fonseca), estando em Villa Real, sua terra natal, tinha os seus servos e camponeses armados, e emitiu uma proclamação na qual chamava os Portugueses às armas, “para libertarem o seu país do jugo das Cortes e do *flagelo das revoluções*, para libertarem o Rei, e para restaurarem a felicidade e as leis justas ao seu povo”. Pouco a pouco esta insurreição foi ganhando terreno. A 4 de março foi emitido um decreto real privando o conde de Amarante de todos os seus títulos e honras, e foi feita uma proclamação para proteger os portugueses “contra as seduções da astúcia e da impostura, com a ajuda da qual homens mal intencionados queriam mergulhar a pátria nos horrores da guerra civil”. A boa capacidade de alguns generais dos exércitos constitucionais, e as medidas enérgicas das Cortes puseram fim a esta insurreição, e o conde d'Amarante, banido na Espanha, veio, acompanhado por dois ou três mil homens, a oferecer os seus serviços a Monsenhor o duque de Angoulême, que os recusou, uma vez que a França não estava em guerra com Portugal : em efeito, o governo português tinha apenas recordado o seu encarregado de negócios de Paris, e as relações entre as duas potências continuaram através dos cônsules.

A 31 de março, o Rei veio pessoalmente encerrar a sessão ordinária das Cortes ; felicitou-os pela sabedoria e o patriotismo que tinham demonstrado e tranquilizou-os pela sua cooperação na causa da liberdade nacional. Pouco depois, João convocou Cortes extraordinárias, cujas circunstâncias motivaram suficientemente a reunião. No dia 15 de maio, dia da abertura da sua sessão, o Rei reiterou as suas promessas de defender a

Constituição e a liberdade e dignidade da nação em todas as circunstâncias. Naquela época, o exército francês ocupava Madrid, e já era claro que a Espanha constitucional estava fora de condições de resistir seriamente. O ministério português, temendo o espírito das tropas indisciplinadas que os chefes descontentes tinham conseguido vencer à custa de dinheiro, e no meio do mais irritante desânimo dos espíritos, tomou e pôde tomar apenas meias medidas, e deixou exposta a sua impotência. Finalmente, cedendo aos gritos dos patriotas, ele decidiu formar um exército de observação na província da Beira. Ao amanhecer de 27 de maio, tendo o 23º regimento partido para esse destino, foi insurgido pelo seu antigo coronel, sob o pretexto de libertar o Rei e o país do jugo sob o qual, disse ele, estavam a gemer, e conduzido por este líder a Vila Franca. Na mesma noite, o infante D. Miguel tinha fugido do palácio de seu pai com cerca de trinta cavaleiros do 4º regimento ; ao sair, tinha deixado uma carta para ser entregue ao Rei na qual pedia desculpa por ter deixado o palácio de Sua Majestade sem a sua permissão. Ele disse que, como sabia bem que não poderia ter obtido essa permissão de sua prudência, nem poderia ter visto mais o que chamou de rebaixamento do trono contra a vontade de todo o reino, ele tinha tomado um partido que Sua Majestade não podia desaprovar, embora ela pudesse ser obrigada a tomar medidas externas contrárias ao seu coração real. Chegando a Vila Franca de Xira, quase logo após o 23º regimento, o Infante, liderado pelo general Pamplona, que havia enviado para sua campanha em Subserra, perto de Alhandra, onde vivia há algum tempo isolado, mas não ocioso, emitiu uma proclamação na qual anunciou que havia pegado em armas para libertar o Rei e a

nação do jugo sob o qual, disse ele, estavam gemendo, acrescentando que Sua Majestade, livre, daria ao seu povo uma constituição livre do despotismo e da licença.

Esta conspiração já durava há algum tempo e era conhecida do Rei ; a Rainha participou dela, como fez em todas as intrigas que tinham ocorrido desde o retorno do Brasil¹. Ela estava em ativa correspondência com seu irmão Ferdinando, por intermédio de vários agentes astutos que tinham conseguido enganar a vigilância da polícia das Cortes, entre os quais devemos mencionar o famoso Tor conhecido como coronel Forte e de marquês de Guarany, agente do Dr. Francia, chefe supremo do Paraguay, e da facção apostólica. Este homem hábil e intrigante disfarçou-se de pastor, e sob este disfarce obteve livre acesso à Rainha, que permanecia na sua zona rural, em Ramalhão, perto de Lisboa.

O Rei não contribuiu de forma alguma para o derube da Constituição, sob a qual desde então confessou a várias pessoas que estava muito feliz ; mas assim que viu que estava ameaçada, procurou persuadir os membros mais influentes das Cortes a modificá-la para evitar a sua completa ruína ; esta insinuação foi rejeitada, pois era óbvio que só podia ser uma armadilha montada pelos absolutistas para despopularizar completamente as Cortes, colocando-as em contradição consigo mesmas. Alguns indivíduos de fato cederam a essa armadilha, e é certo que o

¹ No seu regresso do Brasil, a Rainha começou a mostrar as opiniões mais constitucionais, como já tinha feito na sua correspondência com a Regência de Cádiz durante a guerra de Napoleão contra a Espanha. No Rio de Janeiro, durante o juramento feito nas Bases da Constituição, ela disse em voz alta ao povo, da varanda onde se tinha colocado: "*Sempre fui constitucional*". Ela só mudou de ideias quando viu, contra a sua esperança, que o Rei era.

general Sepúlveda estava entre eles. Quanto ao Rei, assim que viu que o último regimento tinha sido conquistado, apressou-se até Vila Franca para assegurar a sua coroa e impedir qualquer plano de usurpação por parte do seu filho e da Rainha. No entanto, o astuto Pamplona ganhou a sua confiança fazendo-o acreditar que tais planos tinham realmente existido, e que só ele os tinha contrariado.

O ministro da justiça apressou-se a informar as Cortes dos acontecimentos que se passariam, através de uma carta escrita em nome do Rei. Esta carta anunciou a fuga do Infante, o envio de um assessor¹ para o trazer de volta ao serviço, e assegurou-lhes “que Sua Majestade continuaria a tomar as medidas necessárias para evitar qualquer dano que pudesse resultar de uma ação tão extraordinária”. Em 28 de maio, o Rei, a pedido das Cortes, renovou todo o seu ministério². No dia 29, dia de Corpus Christi, João seguiu a procissão do Santíssimo Sacramento a pé pelas ruas de Lisboa, e tudo se passou na maior ordem. Na noite seguinte, porém, o general Sepúlveda, governador de Lisboa, que tinha sido um dos principais autores da revolução de 1820,

¹ No original, “chambellan”.

² O ministério foi então composto da seguinte forma : Silvestre Píneiro Ferreira, nos assuntos estrangeiros ; José de Silva Carvalho, na justiça ; Felipe Ferreira de Araújo e Castro, no interior ; Sebastião José de Carvalho, nas finanças ; Miranda, que tinha substituído Cândido José Xavier na guerra ; e finalmente Ignacio de Costa Quintella, na marinha. Na formação do novo ministério, que tinha apenas um ou dois dias de existência, Guerreiro obteve justiça. Este digno ministro, convidado pelo Rei para manter a sua pasta após a queda da Constituição, recusou, dizendo “que um ministro do Rei constitucional não devia servir o Rei absoluto”. Ele foi o mesmo que foi ministro da justiça após a promulgação da Constituição de 1826, e que as intrigas do partido servil forçaram a sua demissão. Ele é deputado nas atuais Cortes, tendo sido nomeado por três colégios eleitorais.

deixou à frente de cerca de dois mil homens para se juntar ao infante D. Miguel, que o recebeu como um traidor, mandou prendê-lo e enviá-lo ao forte de Peniche, para ser julgado de acordo com os rigores das leis militares. Afirma-se que a razão deste tratamento foi que Sepúlveda não tinha raptado o Rei durante a procissão, como tinha sido prometido. A partir daí, a segurança da capital e as esperanças dos constitucionais repousaram quase inteiramente no patriotismo dos regimentos de artilharia e da guarda nacional de Lisboa, comandada pelo general Jorge Davilez, que defendeu a causa da liberdade até o último momento. Numa proclamação emitida na manhã do dia 30, o Rei declarou que puniria a rebelião do seu filho. O novo ministro da justiça, José António Guerreiro, com a boa fé um pouco demais confiante que o caracteriza, garantiu às Cortes que Sua Majestade permaneceria fiel aos seus sermões : um momento depois, o mesmo ministro anunciou que o novo ministro da guerra tinha passado aos insurgentes e que o Rei tinha nomeado três novos ministros em substituição àqueles que não estavam dispostos a aceitar suas funções. Durante a sessão, o general Davilez fez uma revisão geral do que restava das tropas em Lisboa com as quais acreditava poder contar. O 18º regimento estava lá ; tendo recebido ordem para regressar aos seus aposentos após a revisão, os soldados se dirigiram à residência real de Bemposta, onde o resto do seu regimento estava de serviço, e, chegando debaixo da grande varanda, começaram a gritar : *Viva o rei absoluto ! abaixo a Constituição !* A estes gritos repetidos pela guarda e por numerosos grupos de baixo povo, o Rei se mostrou entre as duas princesas suas filhas ; ele quer fazer silêncio, chamar a tropa de volta aos seus deveres ;

respondem-no pisando no galo constitucional e repetindo os mesmos gritos. Foi então que João cedeu ao movimento popular. “Como queres vós”, gritou ele, “como queres a nação, *viva o rei absoluto !*” Uma carruagem foi acionada no pátio, o Rei entrou com suas duas filhas, e deixou a cidade escoltado pelo regimento e por alguns da ra-
lé, que se juntaram aos soldados apenas entre os habitantes de Lisboa ; pois a burguesia se mostrou, até o último momento, muito apegada à ordem constitucional. Após a partida do Rei, o general Davilez, apoiado pela guarda nacional, continuou a manter a ordem e o reinado das leis. Este guarda salvou Lisboa da pilhagem e de um massacre geral, que ameaçou a cidade com a tentativa dos insurgentes de abrir as prisões e de soltar os malféitores.

Na manhã do dia 31, a municipalidade enviou uma delegação ao Rei, convidando-o a regressar à sua capital. As Cortes reuniram-se no horário ordinário. Durante a noite, foi afixada em Lisboa uma proclamação do Rei, datada do mesmo dia. Foi concebida com grande moderação, anunciando uma mudança na Constituição existente, mas prometendo a sua substituição por uma nova¹. 2 de Junho foi o último dia

¹ Eis o texto desta primeira proclamação, publicada na Vila Franca de Xira em 31 de maio de 1823 :

“HABITANTES DE LISBOA,

A salvação dos povos é sempre uma lei suprema, e para mim uma lei sagrada. Esta convicção, que tem sido o meu guia nas difíceis circunstâncias em que a Providência me colocou, ditou-me imperiosamente a resolução que tomei ontem, com a maior tristeza, de me separar de vós durante alguns dias, cedendo às preces do povo, aos desejos do exército que me acompanha ou me precede.

Habitantes de Lisboa, não se preocupem ; jamais negarei

da existência das Cortes : alguns dos membros desta assembleia já estavam ausentes ; outros tinham

o amor que tenho por vós. Por vós, eu me sacrifico, e em pouco tempo seus mais queridos desejos serão satisfeitos.

A experiência, esse sábio diretor dos povos e governos, tem demonstrado de uma maneira muito dolorosa para mim e funesta para a nação, que as instituições existentes são incompatíveis com a vontade, os costumes e a consciência da maior parte da monarquia. Os fatos provam-no pela sua obriedade. O Brasil, essa parte interessante da monarquia, separou-se com esforço. No reino, a guerra civil fez com que o sangue português fosse derramado pelos Portugueses. A guerra estrangeira é iminente e, nesta flutuação, o Estado está ameaçado de uma ruína total, a menos que as medidas mais rápidas e eficazes sejam adotadas de imediato. Nesta infeliz crise, cabe a mim, como rei e como pai dos meus súbditos, salvá-los da anarquia e da invasão, reconciliando as partes que se tornaram inimigas.

Para alcançar um fim tão desejado, é indispensável alterar a Constituição. Se isso tivesse sido feito em benefício da nação, eu continuaria a ser o seu principal fiador ; mas quando a maioria de um povo se declara tão aberta e tão hostil contra as suas instituições, elas necessitam ser reformadas.

Cidadãos, eu nunca desejo e nunca desejarei poder absoluto, e ainda hoje o repudio. Meu coração repele o despotismo e a opressão ; eu desejo a paz, a honra e a prosperidade da nação.

Habitantes de Lisboa, não temam pelas vossas liberdades ; elas serão garantidas para que a dignidade da coroa seja assegurada, e os direitos dos cidadãos respeitados e mantidos.

Entretanto, obedeçam às autoridades ; não haverá vinganças particulares ; sufoquem o partidarismo ; evitem a guerra civil ; e, em pouco tempo, receberão as bases de um novo código que garantirá a segurança de pessoas, a propriedade e os empregos legalmente adquiridos, em qualquer época, pelo atual governo. Este código dará todas as garantias que a sociedade exige, unirá todas as vontades e trará prosperidade a toda a nação.

João VI, com rubrica.

Publicado por ordem, escrito e assinado por Sua Majestade, e entregue à secretaria de assuntos estrangeiros neste dia ; o original permanece em meu poder.

José-Xavier MOUSINHO DA SILVEIRA.

Do gabinete nacional de impressão.”

vindo fazer a sua submissão ao Rei, que os recebeu amavelmente. Aqueles que ficaram, depois de votar graças à municipalidade constitucional da cidade de Lisboa, aos voluntários do comércio, à guarda nacional, às milícias e ao povo daquela cidade, pela sua conduta sábia, firme e patriótica, assinaram, no número de sessenta e um, que era cerca de metade do total dos membros da assembleia, uma declaração na qual protestavam contra a violência que os impediria de continuar e realizar as suas liberações e, ao mesmo tempo, contra qualquer alteração que pudesse ser feita à Constituição do ano de 1822¹. Uma nova declaração do rei, publicada em Lisboa em 3 de junho, e datada desse dia, começou a falar com um tom severo da Constituição e dos seus aderentes. Mas terminou com estas palavras : – “Portugueses ! o vosso rei, livre no trono dos seus antecessores, vos fará felizes : ele vos dará uma Constituição da qual serão proscritos os princípios que a experiência tem demonstrado serem incompatíveis com a duração pacífica do Estado. O vosso rei só se acreditará feliz quando vir reunidos todos os Portugueses. Ele põe as opiniões passadas em descanso, exigindo fidelidade na conduta futura”.

Quando D. Miguel, que estava em Santarém, soube da chegada do seu pai, o rei, a Vila Franca, correu para se atirar a seus pés. O Rei, sempre dissimulado e temeroso, levantou-se e felicitou-o pela coragem que tinha demonstrado, pelo serviço que acabava de lhe prestar, e nomeou-o generalíssimo do exército português. Então João VI compôs um novo ministério. Chamou o conde de Palmella, que trouxe consigo do Brasil,

¹ Ver *Documentos de Apoio*, nº 5.

ao ministério dos assuntos estrangeiros ; ao departamento de guerra, o general Pamplona, conde de Subserra ; ao interior, J. P. Gomes de Oliveira ; à justiça, M. Marinho Falcão de Castro, o ministério das finanças só foi entregue no final de junho ao barão de Teixeira Sampayo, que, inicialmente um pobre comerciante, tinha adquirido imensa riqueza durante a guerra na península, como agente do comissariado inglês.

João VI voltou à sua capital em 5 de maio, no meio de um grande concurso popular. Cerca de cinquenta oficiais e *fidalgos*, aproveitando um uso reservado em outro lugar para a população, aproveitaram seu coche e o arrastaram pelas ruas¹ até a catedral, onde o Rei foi agradecer a Deus pelos acontecimentos que acabavam de acontecer, e ao seu palácio em Bemposta, em meio ao testemunho vívido de seu maior entusiasmo. No entanto, no meio dos aplausos, felicitações e arengas que invocavam o poder absoluto, João se deleitava em repetir suas primeiras declarações, que queria impedir a vingança, reinar pelas leis e dar uma constituição a seus povos.

O novo ministro dos assuntos externos enviou uma circular a todas as cortes estrangeiras na qual, embora admitindo que o Rei tinha jurado a Constituição de sua livre vontade, acreditando que estava de acordo com a vontade da nação, afirmou que era também para satisfazer a *bem expressa* vontade nacional que ele estava derrubando a constituição que o ministro chamou de *subversiva*. Neste documento ele deu o mais pomposo elogio à coragem e virtudes do infante D. Miguel, a quem, segundo o Sr. de Palmela, era devida a salvação de Portugal. É estranho ver os

¹O Rei criou uma condecoração para recompensar estes indivíduos ; o público deu-lhe o nome de *Ordem da poeira*, e os cavaleiros da carruagem caíram no maior desprezo.

inimigos da democracia e das revoluções militares invocando uma sublevação militar como uma manifestação legal da vontade de uma nação, e preferindo (quando lhes convém) ao voto calmo expresso pelo corpo de proprietários, pela imprensa livre e pelos cidadãos pacíficos, um voto sancionado por um rei gozando da sua plena liberdade.

A liberdade foi substituída pelo poder arbitrário ; a imprensa foi de novo acorrentada, os exílios e as destituições começaram. Para acalmar a efervescência dos cidadãos que, com o seu silêncio monótono, deixaram claro o medo que a mudança provocou, o Rei nomeou, por um decreto de 11 de junho, uma junta de quatorze membros, presidida pelo conde, ora marquês de Palmela, para redigir um projeto de lei fundamental. Vários dos membros tiveram a coragem de dizer que era inútil fazer uma constituição, já que a que acabara de ser derrubada havia sido jurada pela Nação e pelo Rei, e que poderia subsistir se fosse emendada ; acrescentaram que ao adotar esta marcha o Rei se encontraria de acordo consigo mesmo e não distorceria seus sermões. Após alguns meses de deliberações, alternadamente repetidas e abandonadas, de acordo com os receios e esperanças dos ministros e a necessidade de poupar a opinião pública, que ainda temiam, a junta terminou seus trabalhos e apresentou ao Rei um projeto de constituição que ficou sem efeito : foi dissolvido em 1824. O marquês de Palmela declarou em nome do Rei que não havia necessidade de adotar uma constituição, pois a nação não queria outra senão a que existia desde o início da monarquia. Esta determinação foi sugerida ao Rei pelo Arcebispo de Évora, ele próprio um membro da junta. O Sr. de Palmela, que em mais de uma oca-

sião opinou por uma constituição representativa em duas Casas, afirma que a rejeição deste projeto foi obra de Pamplona e das intrigas dos estrangeiros ; mas concorda que “após um intervalo de calma, aqueles que detém a autoridade voltaram a cair no velho e fatal erro da sua casta, de colocar toda a sua segurança na manutenção do mesmo poder ilimitado que havia causado a sua ruína”¹. Isto significa que os inimigos da Constituição de 1820 não querem nada mais que a monarquia absoluta.

No curto espaço de tempo que decorreu desde a reunião das Cortes até à sua dissolução, o Congresso, de acordo com o Rei, que não recusou o seu consentimento a nenhuma lei, fez muito pela felicidade pública ; aboliu vários direitos feudais, melhorou a administração, pagou mais regularmente ao exército, à marinha e aos funcionários públicos, e reduziu os impostos que dificultavam a pesca e a agricultura ; criou um banco cuja utilidade foi universalmente reconhecida, e que o ministério absolutista conservou e distorceu em seu próprio benefício ; as tropas receberam vários meses de salário atrasado, o crédito começou a ser restaurado, e o papel-moeda aumentou de valor. Uma lei muito sábia sobre a admissão dos cereais era muito favorável à agricultura ; enfim, uma série de projetos úteis, já amadurecidos, aguardavam apenas a sanção do Congresso e do Rei antes de serem postos em prática. O regresso do poder arbitrário, ou melhor, da anarquia, causado pela luta entre alguns absolutistas mais gentis e razoáveis e os seus ferozes rivais, sanguinários e estúpidos, destruiu todo o bem que tinha

¹ Ver o artigo intitulado *Portugal na Edinburgh Review* de dezembro de 1826, p. 208. Este artigo foi escrito sob os olhos do marquês de Palmela, embaixador de Portugal em Londres.

começado e agravou grandemente os males que durante tanto tempo pesaram sobre o desafortunado Portugal. As Cortes tinham providenciado todas as despesas, e mesmo aquelas incorridas por expedições muito desastrosas na América, com os únicos recursos ordinários da nação. Mas assim que a Constituição foi derrubada, um empréstimo teve de ser contraído.

Desde a contrarrevolução, o Rei, que se tinha tornado o brinquedo da facção dominante dos absolutistas, liderada pela Rainha, revogou imediatamente o decreto de banimento que lhe tinha sido apresentado, por ocasião da sua recusa em prestar juramento à Constituição ; por outro decreto datado de 2 de junho de 1823, declarou que tinha sido obrigado a assinar os de 4 de dezembro de 1822, e devolveu à Rainha os seus direitos, honras e dignidades. Ele até condescendeu em ir ao Ramalhão para felicitá-la pelos felizes acontecimentos que a devolveram à sua família ; um passo muito doloroso para João VI, que, ainda que seu poder fosse absoluto, evitou a presença de sua esposa, e viveu separados dela por tantos anos. A Rainha também regressou a Lisboa, e após uma longa separação, reuniu-se com seu marido no palácio de Bemposta, mas para se separar dele uma vez mais e para sempre.

Poucos dias depois, o conde de Amarante entrou na capital à frente de oito mil homens ; recebeu o título de marquês de Chaves, e uma renda fundiária de 12.000 francos, para ele e seus descendentes, até a terceira geração. A partir daí, a polícia, liderada pelos absolutistas, iniciou suas perseguições contra os partidários do sistema constitucional. Membros das Cortes, oficiais, funcionários públicos e comerciantes foram exilados para as províncias, e os eclesiásticos foram encarcerados em mosteiros. As

sociedades secretas foram violadas e relatadas como perigosas para o trono e para o altar, especialmente os maçons, aos quais atribuía-se a maior influência na insurreição do Porto. O infante D. Miguel, generalíssimo do exército português, cujo estado maior compunha-se tão somente de membros da alta nobreza, inimigos declarados da liberdade, substituiu quase todos os antigos oficiais por pessoas do seu partido, o que levou a um grande laxismo na disciplina militar. Ao mesmo tempo, o corpo diplomático começou a tomar parte na gestão dos assuntos. O novo embaixador francês, o Sr. Hyde de Neuville, foi recebido com extraordinária solenidade. Vários soberanos da Europa, nomeadamente o imperador da Rússia, felicitaram o monarca e o Infante pela restauração da antiga ordem política e enviaram-lhes as decorações das suas Ordens.

O governo britânico não podia, contudo, ver sem ciúmes a extraordinária ascendência que levava, dia após dia, o embaixador francês, a cuja disposição o rei de Portugal acabava de colocar os seus arsenais e a sua marinha para competir no cerco de Cádiz, e a quem tinha feito regressar, não obstante as pretensões do conde de Póvoa, ministro do Tesouro e o mais zeloso partidário dos Ingleses, tudo o que tinha sido apreendido durante sete anos sobre o comércio francês. A Inglaterra, portanto, apressou-se, para combater essa influência, a enviar, como ministro, o cavaleiro Edward Thornton, que, de todos os Ingleses, foi o homem que mais agradou ao Rei. O cavaleiro Thornton tinha residido há muito tempo na corte do Brasil, onde tinha conciliado a estima geral.

Lord Beresford apareceu novamente nesta capital ; mas ele não voltou às suas funções anteriores. O governo português, tendo-se oferecido para se

juntar à França na Guerra da Espanha, continuava, no entanto, a procurar a amizade de todas as grandes potências da Europa, na esperança de reconquistar o Brasil com a sua ajuda. A primeira abordagem do rei ao seu filho mais velho no Rio de Janeiro sobre este assunto não foi bem sucedida. Os comissários portugueses foram proibidos de desembarcar, e o imperador D. Pedro recusou-se a receber cartas do rei seu pai. A guarnição da Bahia, única cidade que permaneceu leal à metrópole, voltou a Portugal em dezembro de 1823 ; no final de novembro do mesmo ano, a guarnição portuguesa de Montevidéu havia evacuado este lugar ; as tropas brasileiras do general Lecor, barão de Laguna, tomaram posse dele em 2 de março de 1824. Uma expedição contra o Brasil foi preparada em Lisboa, mas o Tesouro estava esgotado, e a estagnação do comércio tinha reduzido significativamente as receitas públicas. Para fazer face às despesas mais urgentes, o governo foi forçado a contrair um empréstimo de um milhão e meio de libras em Londres, cuja utilização ainda não é bem conhecida até hoje. Foi uma operação obscura, feita no interesse de uma liga de cortesãos e incumbentes.

Mas o que mais prejudicou o progresso do ministério foi a animosidade partidária ; por capricho dos absolutistas, dos quais os dois ministros Marinho e Gomes foram os principais órgãos, não atingiu com força suficiente os constitucionais. O Rei não podia tomar medidas decisivas ; o decreto pelo qual ele revogou todos os atos do governo das Cortes tinha sido assinado em 18 de dezembro de 1823, e só foi publicado em 18 de março de 1824. Falou-se três vezes de um decreto de anistia ; três vezes o crédito da Rainha fez com que fosse rejeitado. Entretanto, o duque de

Villa Hermosa, o embaixador espanhol, compareceu à corte em Lisboa. O partido da Rainha, ao qual pertenciam alguns membros do alto clero, crendo-se inteligente com a junta apostólica da Espanha, resolveu esmagar, com um golpe decisivo, todas as esperanças dos seus adversários, e derrubar o sistema de moderação que tinha sido seguido até então. Já o marquês de Loulé¹, neto do Rei, que o honrou com a sua confiança, tinha perecido como vítima da sua ligação a João VI e à Constituição ; ele foi assassinado na noite de 1 de março, no palácio de Salvaterra.

A investigação que o Rei tinha ordenado sobre este assassinato ainda não tinha sido concluída quando a explosão de 30 de abril eclodiu. O Príncipe generalíssimo chamou os soldados às armas e emitiu uma proclamação, concebida nos termos mais violentos. Em outra proclamação, dirigida ao povo, ele disse que iria completar a obra iniciada em 27 de maio de 1823, e exterminar a seita fedorenta dos maçons, que premeditavam a ruína da Casa de Bragança ; que as constituições permaneciam impunes, porque o Rei, influenciado por um partido, não era livre. Terminou

¹ O marquês de Loulé tinha servido sob o regime de Napoleão na legião lusitana, e tinha voltado à graça através da intervenção de Sua Majestade Luís XVIII, a quem tinha seguido até Gante. Esta bênção tinha-o tocado tão profundamente que ele aproveitou todas as oportunidades para mostrar o seu entusiasmo e sua devoção à França. Talvez até tenha ido longe demais em alguns momentos, num país onde a Inglaterra ainda tinha tantos apoiantes. Deve-se dizer também, em louvor ao marquês de Loulé, que nunca mais se mostrou gratidão pelo benefício do seu próprio soberano. Tendo voltado em favor de João VI, dedicou-lhe toda a sua existência, e tornou-se-lhe de alguma forma indispensável pelos comovedores cuidados que nunca deixou de lhe dedicar. Foi nomeado escudeiro maior sob o regime das Cortes, e mostrou-se constantemente apegado à Constituição.

com essas palavras : “*Morte aos maçons !*”. Ele também se expressou numa carta ao seu pai, na qual lhe pedia para aprovar a sua *nobre e real abordagem*. No mesmo dia, por ordem do Infante, foram detidos os ministros do Rei, entre os quais o marquês de Palmela, alguns chefes militares, o diretor da alfândega e o intendente da polícia encarregado da investigação do assassinato do marquês de Loulé. O ministro das finanças Sampayo, conde de Póvoa, que teria, diz-se, adiantado fundos para ganhar as tropas, permaneceu em liberdade sozinho ; o ministro da guerra, Pamplona, empossado desde a contrarrevolução conde de Sub-serra, refugiou-se na casa do embaixador da França, e alguns dias depois, a bordo de uma fragata inglesa. O palácio Bemposta tinha sido fechado a todos, incluindo o corpo diplomático ; mas o embaixador francês, Sr. Hyde de Neuville, conseguiu, pela sua firmeza, apresentar-se ao monarca, que declarou que o que estava a acontecer não era de sua autoria. Este embaixador chegou ao ponto de dizer aos líderes dos revoltosos que lhe recusaram a passagem, com o pretexto de que era necessária uma ordem do Infante para chegar ao Rei : “O Infante é apenas um súbdito, e nós sabemos aqui apenas o Rei : Vós que ousais ignorar o vosso legítimo soberano, o único líder de quem tendes de receber ordens, pensai bem no que estais a fazer : nós perdoamos os filhos dos reis que se desviam, mas enforcamos os seus cúmplices”. Vários membros do corpo diplomático que apoiavam estas nobres palavras, um Português leal, o cavaleiro de Mascarenhas, que tinha sido ajudante de ordens¹ do Infante, levantou a voz e disse que o Rei só era mestre no seu palácio. Os facciosos foram intimidados, as baionetas cruzadas se separaram, e o corpo diplomático finalmente chegou ao Rei, a quem encontraram

¹ N.T.: no original, “aide-de-camp”.

esmagado pela mais profunda dor, e tendo com eles apenas um de seus servos e lorde Beresford, a quem a passagem, negada ao corpo diplomático, havia sido concedida sem dificuldade. O monarca declarou que ele era prisioneiro do seu filho. Beresford queria levantar a voz para desculpar o Infante, com quem parecia estar de acordo, e o ministro Thornton foi obrigado a silenciá-lo.

Logo o Infante se apresentou, e declarou que tinha que tomar suas medidas para frustrar uma trama tecida contra a vida do Rei e da Rainha. O Rei respondeu que não havia *nenhuma conspiração, exceto a que o mantinha cativo no seu palácio*. A pedido dos embaixadores, e após as mais enérgicas admoestações do embaixador da França, dirigidas em nome do corpo diplomático, e na oração do Rei, ao Infante D. Miguel, as tropas foram ordenadas a regressar aos seus aposentos ; o Infante prometeu que todas as pessoas detidas seriam postas em liberdade, e algumas o foram de fato ; mas ao mesmo tempo, o Rei tinha a fraqueza de ordenar um processo sumário contra os cúmplices da alegada conspiração ! Ele perdoou o Infante, vista a urgência do caso, por ter excedido os limites da sua autoridade.

D. Miguel continuou a realizar atos arbitrários. Ele nomeou o general Manoel de Brito Mo-zinho como chefe de seu estado maior ; falava-se em mudar o ministério. O embaixador da França declarou publicamente (o que o Rei, que não cedeu, estava muito disposto a fazer) que não reconheceria ministros nomeados sob a influência de baionetas ; e, para tornar mais claro, dirigiu uma carta oficial ao Sr. de Palmela, ministro dos assuntos estrangeiros, *que estava na prisão*. No entanto, foram feitas mais detenções e o rei foi observado de perto. Até se falava

em fazer de D. Miguel regente do reino.

Seguindo o exemplo do Sr. Hyde de Neuville, *quase* todo o corpo diplomático tinha protestado contra os atos de violência de 30 de abril e, através deste diplomata e de sir Ed[ward] Thornton, tudo foi preparado a bordo do *Windsor-Castle*, um navio inglês da linha do Tejo, para entregar o rei das mãos dos facciosos. No dia 9 de maio ele conseguiu escapar da vigilância deles ; com o pretexto de ir à sua campanha em Caxias, ele foi com as duas princesas suas filhas a bordo do *Windsor-Castle*¹, onde todo o corpo diplomático se reuniu.

Imediatamente, o monarca emitiu um decreto, pelo qual retirou o comando do exército de D. Miguel, a quem foi ordenado que comparecesse diante de seu pai. O Infante obedeceu, e confessou que tinha sido seduzido e enganado. De acordo com o *Morning-Chronicle*, ele deu detalhes sobre o assassinato do Marquês de Loulé, e nomeou seus principais conse-

¹ Foi com grande tristeza que João VI determinou passar a bordo do *Windsor-Castle* ; pois foi a bordo de um navio francês que ele tinha formado o plano de retirada. Para isso, o embaixador da França tinha enviado o marquês de Bethune a Cádiz. O almirante Des Rotours, ao receber a carta do embaixador, zarpou imediatamente ; mas os ventos perturbaram tanto o *Santi-Petri* que, em vez de quarenta e oito horas, levou onze dias para chegar ao Tejo. Foi o próprio embaixador da França que, vendo as preocupações do monarca e os perigos a que estavam expostos os detidos, foi suficientemente generoso para propor a João VI que fosse a bordo do *Windsor-Castle*. Lorde Beresford opôs-se tanto a este projeto que o Rei, para evitar a sua resistência, veio a dissimular e disse-lhe que tinha renunciado totalmente a ele. O resultado desta ação, que garantiu a salvação do rei de Portugal, foi tão desagradável para o governo britânico, que o cavaleiro Thornton, que tinha assistido o embaixador da França, foi chamado e destituído pelo seu governo pela sua conduta, enquanto lorde Beresford, que foi ordenado por João VI a deixar Portugal, foi perfeitamente acolhido no seu regresso a Inglaterra.

lheiros e cúmplices¹. O seu pai perdoou-lhe novamente e, a seu pedido, permitiu-lhe viajar para a Europa. No dia 12, o Infante embarcou numa fragata portuguesa, que partiu para Brest ; de lá foi primeiro para Paris, e depois para Viena. No entanto, todos os antigos ministros tinham retomado as suas funções, a bordo do *Windsor-Castle* ; a da guerra, o conde de Subserra, que era considerado como sendo particularmente devoto ao partido francês, tinha sido excluído pela primeira vez, como resultado dos animados apelos do Lorde Beresford e seus amigos. O monarca estava determinado a separar-se do seu primeiro-ministro e a enviá-lo como embaixador em França, sem sequer permitir que ele aparecesse a bordo do navio. O Rei, porém, não quis tomar este lado definitivamente sem consultar o embaixador da França. Ele o fez na presença do próprio lorde Beresford, e depois de ouvir o Sr. de Neuville, que lhe representou que estaria cedendo aos facciosos para mandar embora um servo contra o qual eles foram principalmente desencadeados, o soberano disse firmemente àqueles que lhe haviam dado este tímido conselho : “Que a fragata vá buscar o conde de Subserra”, e ele o recebeu em seus braços no meio da multidão reunida no convés do navio.

Numa circular datada de 10 de maio, o marquês de Palmela transmitiu a todos os embaixadores estrangeiros os sentimentos de gratidão que Sua Majestade tinha sentido pela assistência e firmeza com que eles tinham

¹ Entre os conselheiros do Infante, os jornais da época citaram o marquês de Abrantes filho ; entre os agentes do partido que levantaram as tropas estava o coronel Pontes. O advogado Raposo e o franciscano Sampayo escreveram as proclamações que foram enviadas de volta à zona rural da Rainha em Ramalhão.

protestado contra os atos arbitrários e ilegais de 30 de abril. O embaixador francês foi nomeado conde de Bemposta¹, o embaixador inglês, conde de Cacilhas, e o embaixador da Espanha, conde de Mouta²; outros ministros e oficiais do *Windsor-Castle* receberam ordens e presentes. O Sr. Borel, encarregado dos assuntos da Rússia, recebeu o título de barão de Palência. Todos aqueles que haviam sido presos ilegalmente desde 30 de abril foram imediatamente libertados, e uma proclamação aos Portugueses, emitida a bordo do *Windsor-Castle* em 9 de maio não deixou dúvidas quanto à tentativa revolucionária de 30 de abril. O povo explodiu na maior alegria; no dia 11 de Maio, cinco regimentos enviaram ao Rei os seus protestos contra o empreendimento criminoso do Infante. Os oficiais que tinham sido afiliados a certos clubes e sociedades secretas e que tinham contribuído em parte para os infelizes acontecimentos de 30 de abril foram demitidos. A Rainha foi ordenada

¹ O Rei disse que, ao dar ao embaixador da França o nome do seu próprio palácio, ele quis consagrar para sempre o serviço e o reconhecimento.

² Uma coisa digna de nota, e que temos de uma fonte muito respeitável, é que quase nenhum tribunal nesta ocasião aprovou a conduta do seu ministro em Lisboa. O rei da Grã-Bretanha até se recusou a nomear o cavaleiro Thornton como embaixador frente a João VI, que o tinha pedido; e é bastante singular que Beresford estivesse no segredo do Infante. Quanto ao Sr. Borel, encarregado dos assuntos da Rússia, ele sabia há muito tempo, diz-se, da conspiração cujo plano lhe tinha sido comunicado com os nomes dos principais conspiradores; ele transmitiu-o à sua corte, e fez todos os esforços para desviar os seguidores do Infante do seu propósito. É provável que, vendo a desaprovação de um diplomata em cujo apoio tinham confiado insensatamente, tenham fingido desistir do plano. O Sr. Thornton não foi autorizado pelo seu soberano a tomar o título que lhe foi conferido por João VI. O imperador da Rússia deu ao Sr. Borel a sua plena satisfação e nomeou-o ministro plenipotenciário do rei de Portugal.

a deixar de aparecer na corte, e até convidada a viajar para a Itália ; mas a pretexto de doença, ela ficou no palácio de Queluz. Foi só depois destas várias medidas que o rei deixou o *Windsor-Castle* e regressou ao seu palácio em Bemposta.

Entre os atos do governo de João VI desde aquela época, citaremos os seguintes. Por um decreto, que não foi executado, decreto que a embaixada da França havia solicitado e obtido, o porto de Lisboa foi declarado porto livre. A investigação ordenada no momento da morte do marquês de Loulé foi retomada, e o marquês de Abrantes filho, acusado de ser um dos autores do crime, foi preso quando tentava escapar.

Quando esta investigação foi concluída, assim como os procedimentos instituídos durante a insurreição de 30 de abril, o Rei nomeou uma comissão extraordinária, presidida pelo conselheiro de Estado António Gomes Ribeiro, para proferir a sentença final ; mas esta nunca foi pronunciada. Para restabelecer a tranquilidade pública, no dia 5 de junho de 1824, aniversário da sua restauração ao trono absoluto, o monarca emitiu um decreto de anistia para os partidários das Cortes e os autores da insurreição do Porto ; nove oficiais foram os únicos a serem dispensados, embora tenham sido expulsos do reino.

No mesmo dia foi promulgado um decreto que colocou novamente em vigor a antiga constituição do reino, convocou as antigas Cortes, compostas por deputados do clero, da nobreza e do terceiro estado [sic], e criou uma comissão para preparar a sua convocação. Contudo, quando quiseram modificar a antiga constituição de Portugal, de acordo com as exigências dos tempos, encontraram uma série de obstáculos. A Espanha, além disso, colocou tudo em jogo para impedir a convocação das Cortes, e o partido da Rainha começou a recuperar algum crédito. Descobriram-se, ainda, novas

conspirações dirigidas contra o Rei e os ministros, e várias prisões foram feitas em 25 de outubro de 1824 ; mas as maiores dificuldades vieram da divisão que reinou no ministério e das negociações sobre a independência do Brasil. Enquanto elas continuavam em Londres, o governo português não só cessou os preparativos para a expedição contra as colônias, mas também libertou todos os prisioneiros brasileiros e permitiu o comércio com o Brasil sob a bandeira portuguesa. O conde de Suberra e o arcebispo de Évora, dedicados à Santa Aliança, que tinha preponderância no gabinete desde 9 de maio, opuseram-se fortemente a uma transação em favor da independência do Brasil, que foi apoiada pelo Sr. de Palmela e pela parte do ministério que era pela Inglaterra. Finalmente, em outubro de 1824, o governo português concordou que o Brasil conservaria o título de império, que deveria ser regido de acordo com suas próprias leis e sistema constitucional pelo Príncipe real na qualidade de Imperador regente, mas sob a dependência da metrópole. Consequentemente, o Sr. Canning enviou sir William A'Court, que ocupou as funções de embaixador na corte de Madrid, na mesma qualidade em Lisboa, a fim de restaurar a influência do gabinete britânico, que já tinha colocado no seu interesse os ministros Palmela, Póvoa e Oliveira Leite de Barros. Diz-se que o gabinete de Santiago solicitou oficialmente a demissão do conde de Suberra, que utilizou todo o seu crédito para impedir a renovação do tratado de comércio entre Portugal e Inglaterra, tão favorável a esta última potência¹. Ao mesmo tempo, foi estabelecido um estado

¹ Diz-se também que o conde de Suberra, incitado pela sua família que

de incompreensão em relação ao gabinete de Madrid, e o Duque de Villa Hermosa partiu de Lisboa com uma licença de vários meses, enquanto se aguardava a publicação do decreto sobre a convocação das Cortes. A 5 de janeiro, o embaixador francês também deixou a capital de Portugal, sob o pretexto de vir sentar-se à Câmara dos Deputados, da qual era membro, mas aparentemente por alguma outra razão, e de acordo com o rei D. João VI que esperava o seu pronto regresso. No entanto, o partido francês foi privado do seu mais forte apoio. Mas o Rei tinha decidido, como acabamos de fazer saber, mudar o ministério, dividido em interesses e pontos de vista. Em 15 de janeiro de 1825, pôs em prática este projeto e confiou a pasta da guerra ao conde de Barbacena (Francisco), chefe do estado maior, e a pasta do interior a José Joaquim de Almeida de Araújo Correa de Lacerda, que tinha sido relator dos julgamentos relacionados ao assassinato de Loulé e à insurreição de 30 de abril. D. Miguel Antonio de Mello foi nomeado ministro das finanças ; Fernando Luiz Pereira de Souza Barradas, ministro da justiça, e Almirante Joaquim José Monteiro Torres, ministro da marinha. No mês de fevereiro seguinte, a pasta dos assuntos estrangeiros, na sequência da recusa de Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro sob o Rei constitucional no Brasil, e pela maior parte da duração deste regime em Portugal, foi entregue a D. Antonio de Saldanha conde do Porto Santo, absolutista ultrajado e chefe

o viu rodeado de perigos, implorou ao Rei que aceitasse a sua demissão, e que o embaixador da França, consultado pelo monarca, o aconselhou a demitir, e o ministro que se acreditava ser devoto à França, e os outros três que se acreditava serem devotos da Inglaterra.

O monarca disse ao embaixador francês, que estava na véspera de aproveitar uma licença de ausência que tinha recebido do seu governo : “Seguirei o vosso conselho, mas voltem para mim e o mais depressa possível”.

dos congregacionistas ou apostólicos em Portugal, o mesmo que se apresentou no Congresso de Laybach, e implorou a intervenção da Santa Aliança contra a Constituição portuguesa : tornou-se então embaixador na corte de Madrid. O conde de Suberra e o marquês de Palmela mantiveram o título de ministros de Estado com uma pensão de 1600 mil réis. O primeiro também tinha o mais rico comando do reino e foi enviado como embaixador à Madrid ; o Sr. de Palmela foi para Londres na mesma qualidade. O arcebispo de Évora, que atualmente é cardeal, foi nomeado ministro da justiça.

As negociações sobre o Brasil, que se realizaram em Londres, sob a mediação da Áustria e da Inglaterra, e que foram dificultadas sobretudo pela questão da sucessão ao trono de Portugal, foram rompidas em fevereiro de 1824 ; os comissários brasileiros tendo recusado, na presença do Sr. Canning e do príncipe Esterhazy, a aceitar a última declaração do gabinete de Lisboa e persistiram em exigir a separação irrevogável e a plena independência. Consequentemente, sir Charles Stuart, destinado à embaixada no Rio de Janeiro, foi ordenado a ir primeiro à Lisboa, onde o novo ministério, na visão puramente portuguesa, embora não muito favorável à política britânica, se mostrava disposto a reconhecer a independência do Brasil, apoiado pela Áustria e Grã-Bretanha ; somente ele pediu que os dois Estados, embora governados por dois soberanos diferentes, permanecessem unidos.

A instrução do procedimento relativo aos movimentos sediciosos de abril e outubro de 1824, tinha posto sem dúvida o objetivo da trama e dos conspiradores : era fazer o Rei abdicar, colocar a Rainha e o Infante à frente de uma regência ; finalmente, dar poder ao partido que não queria nem a liberdade nem a independência nacio-

nal. No entanto, João VI, cedendo sempre a impulsos excessivamente pusilânimes, fez publicar um decreto de anistia a 24 de junho de 1824, dia da sua festa, para os acontecimentos de 19 de fevereiro (assassinato do marquês de Loulé), 30 de abril e 19 de outubro, dos quais Sua Majestade apenas excluiu alguns dos indivíduos mais comprometidos, nomeadamente o marquês de Abrantes, limitando a sua sentença ao exílio. Este decreto denuncia ao mundo os autores do ataque de 30 de abril e a dor que haviam penetrado no coração de um monarca, de um marido e de um pai... Sua Majestade considerou as regras da justiça, que não admite nos seus julgamentos a aceitação de ninguém ; mas “o amor de um pai que prevalece no seu coração sobre a inflexibilidade de um rei, tinha-o determinado a abraçar neste conflito os conselhos da sua suprema clemência...”. O Rei fez mais : queria que todos os documentos do processo neste assunto fossem queimados, de modo a não deixar nenhum vestígio, nenhuma preocupação ; mas a sua generosidade foi enganada, como era facilmente previsível. O partido anistiado se tornou ainda mais insolente, e as intrigas continuaram a se agitar, o que a vizinhança espanhola parecia a partir de então favorecer, e que a fraqueza do governo encorajava a cada dia.

O último ato importante na vida de João VI foi o reconhecimento da independência do Brasil. Esta negociação, conduzida em nome do rei pelo embaixador extraordinário da Grã-Bretanha, sir Charles Stuart, revelou com grande brilhantismo o triunfo da política da Grã-Bretanha em Portugal.

O tratado assinado no Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1825 foi ratificado pelo Rei em Lisboa em 5 de novembro do mesmo ano. Por sutileza diplomática, João VI cedeu a soberania do Brasil ao seu filho mais velho, nomeando-o *Imperador do Brasil e Príncipe real de*

Portugal e do Algarve, pelas cartas régias patentes de 13 de maio de 1825, levadas por sir Charles Stuart. Pelo tratado, João VI confirmou esta transferência, reservando apenas para si o título vago de imperador e rei.

D. Pedro comprometeu-se a pagar o último empréstimo feito por Portugal e as indenizações devidas por ambas as partes foram estipuladas no interesse de ambos os países. Não havia, no entanto, nenhuma cláusula no contrato relativa ao modo de sucessão das duas coroas, que garantisse a independência futura a cada uma delas. Era evidente que D. Pedro tinha em mente a ideia de unir as duas coroas na sua cabeça, pelo menos por um período indefinido, e não era menos claro que este plano tinha a aprovação da Inglaterra e o reconhecimento de João VI. Foi, a nosso ver, um golpe de mestre, pois, embora não prejudicando de forma alguma os interesses brasileiros, ofereceu o único meio de salvação para Portugal, ameaçado no caso da morte de João VI, para ser novamente entregue, e talvez sem retorno, à facção absolutista e sangüinária que, no momento em que escrevemos este artigo¹, ainda procura apoderar-se do governo e derubar as instituições livres acordadas por D. Pedro IV.

O gabinete de Santiago adquiriu também uma influência permanente nos dois países, e a sua intervenção durante uma longa série de anos tornou-se absolutamente indispensável para a posse temporária das duas coroas, onde quer que fosse a sua residência habitual ; pois, se se tornou difícil governar o Brasil enquanto residia em Lisboa, seria impossível, nas atuais circunstâncias, que um soberano colocado no Rio de Janeiro governasse Portugal, ameaçado pelos seus vizinhos apoiados por partidários em seu interior. Numa palavra, D. Pedro extraiu do seu gênio as inspirações a que a Ca-

¹ Maio de 1827.

sa de Bragança pode dever a posse do Brasil e de Portugal.

João VI sempre gozou de excelente saúde, desde o desconforto que sentiu em 1805, com exceção das pernas inchadas, uma doença hereditária na família. Em 4 de março de 1826, após uma refeição com os monges Jerônimos, no caminho de volta ao palácio de Bemposta, ele caiu de repente doente, teve vômitos, convulsões e desmaios ; no dia seguinte, o vômito redobrou depois de ter tomado um caldo de galinha ; os boletins que foram publicados sobre o seu estado anunciavam que nos dias 5 e 6 a doença tinha piorado ; dos dias 6 a 9 foi publicado que tinha havido alguma melhora, e aproveitaram esse intervalo para obter do Rei um ato que derogou a regência à sua filha, a infanta Isabel, assistida por um conselho de ministros. Na noite do dia 9 surgiu uma nova crise, e o Rei morreu no dia 10 às seis horas da noite. Não há acordo sobre a natureza da sua doença. O seu corpo foi depositado na igreja de São Vicente de Fora, local de sepultamento dos monarcas de Portugal. Para deixar as coisas claras ao leitor, deve ser acrescentado que nesta ocasião houve rumores sobre a verdadeira causa da morte de João VI, que muitas pessoas acreditavam ter sido por envenenamento. Na impossibilidade de esclarecer um ponto tão delicado, só vamos notar que esta suspeita é partilhada por muitas pessoas, e mesmo por alguns dos médicos que trataram o paciente. O doutor Vieira, um dos que o trataram, morreu pouco tempo depois, quase subitamente. Se o abominável crime foi cometido, só poderia ter sido obra daqueles que durante muito tempo conspiraram contra João VI : certamente os constitucionais são inocentes disso.

A infanta Isabel tomou imediatamente e sem a menor

oposição as rédeas do governo, e as instruções foram recebidas prontamente do herdeiro da coroa, D. Pedro de Alcântara, que, reinando no Brasil com o nome de Pedro I, tomou o título de Pedro IV como rei de Portugal. Em 25 de abril de 1826, ele deu aos Portugueses uma constituição representativa, com duas Câmaras, uma das quais composta de pares hereditários e de bispos e arcebispos do reino. A 26 de abril confirmou a regência designada pelo seu pai até à promulgação do ato constitucional. Ao mesmo tempo abdicou da coroa de Portugal em favor da sua filha mais velha, Maria da Glória, nascida a 4 de abril de 1819, a quem prometeu como esposa ao infante D. Miguel, seu irmão. No entanto, essa renúncia, para ter pleno efeito, estava sujeita a duas condições : a primeira era que a Constituição fosse aceita e jurada ; e a segunda, que o casamento da princesa dona Maria da Glória ao infante D. Miguel fosse *executado* : o ato acrescentou estas palavras : “e esta renúncia e rendição não terá lugar, se alguma destas duas condições for violada”¹. É mais do que provável que a Inglaterra, por intermédio de sir Charles Stuart, tenha participado ativamente nestas sábias disposições. Bem-aventurada aquela nação que, finalmente, adotando uma política generosa, parece ter sentido que os interesses do seu poder estão intimamente ligados à causa da liberdade dos povos e do progresso da sua civilização !

A vida de João VI torna o seu carácter bastante conhecido, e já delineamos as suas características mais notáveis. Algumas anedotas, cuja autenticidade podemos garantir, mostrarão ainda mais claramente a exatidão do julgamento que fizemos dele.

¹ *Veja o Diário Fluminense* de 2 de maio de 1826, e o artigo já citado da *Edinburgh Review*.

Quando, durante a travessia do Brasil para Portugal, um dos seus conselheiros lhe propôs modificar as bases da Constituição, estabelecendo uma Casa dos Pares, pronunciou-se fortemente contra tal projeto, declarando que nunca iria aderir a ele, e que uma única Casa eletiva lhe parecia infinitamente preferível para os interesses do povo e para os da realeza. Na mesma viagem, lendo pela primeira vez bases da Constituição portuguesa, ele parou no artigo que afirma que a religião católica é a religião do Estado, e gritou : “Aqui está algo absurdo ; eu sou católico e estou tão apegado como qualquer outra pessoa à minha religião ; mas eu gostaria que, no código político fundamental de uma nação, não tenha nenhuma menção à religião. O que é que a política e a religião têm em comum ?” O mesmo espírito ditou a resposta que ele deu ao papa quando ele restabeleceu os Jesuítas : João VI ordenou a José Manoel Pinto¹, então ministro de Portugal em Roma, que declarasse formalmente ao santo pai que a Companhia de Jesus não seria restabelecida em Portugal enquanto lá ele reinasse.

Grandes eventos ocorreram sob o seu reinado, e deixaram sementes férteis para o futuro em ambos os dois Mundos. Uma característica singular deve honrar particularmente a memória de João VI. Foi com franqueza sem reservas que ele abdicou do poder absoluto² ; foi com pesar e violência que ele retomou seu exercício, ou melhor, que ele consentiu em deixá-lo ser exercido em seu nome. Se ele não era suficientemente firme para salvar as insti-

¹ Ver *Crônica religiosa*, tomo II, p. 119.

² No seu regresso do Brasil, vários cortesãos aconselharam-no a parar nos Açores para negociar com as Cortes de lá, mas ele recusou, dizendo que queria ir diretamente para Lisboa.

tuições livres que jurara, era suficientemente virtuoso para ter sido um dos últimos a abandoná-las.

Seu exterior não era nada atencioso ; ele era de tamanho médio, bastante corpulento, e sua fisionomia estava longe de sugerir a extensão de seu espírito ; ele tinha características comuns, não muito regulares, e o lábio inferior era grande e pendurado.¹

João VI teve de Carlota Joaquina de Bourbon, filha de Carlos IV Rei de Espanha, e de Marie Louise, com quem se casou em 1790, os seguintes filhos :

1º. DONA MARIA THERESA, nascida a 29 de abril de 1793, viúva do infante espanhol D. Pedro Carlos, que morreu no Brasil em 1812.

2º. DOM ANTONIO, nascido em 21 de maio de 1795 ; morto em 1802.

3º. DONA MARIA ISABEL, nascida em 19 de maio de 1797, casou-se com Fernando VIII rei de Espanha, e morreu em Madrid em 1818.

4º. D. PEDRO DE ALCÂNTARA, atual rei de Portugal e imperador do Brasil, nascido em 12 de outubro de 1798, casado em 13 de maio de 1817 com Maria Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, falecida no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1826.

5º. DONA MARIA FRANCISCA, nascida a 12 de abril de 1800 ; esposa do infante D. Carlos, irmão de Fernando, rei de Espanha.

6º. DONA ISABEL MARIA, nascida a 4 de julho de 1801, atual regente de Portugal.

7º. D. MIGUEL, duque de Beja, nascido a 26 de outubro de 1802.

8º. DONA MARIA DA ASSUMPÇÃO, nascida a 25 de julho de 1805.

9º. DONA ANNA DE JESUS MARIA, nascida a 23 de dezembro de 1806.

¹ JOÃO gostava de acumular ; apesar do embaraço financeiro de Portugal, ele tinha vinte milhões de francos em ouro na sua cassete quando partiu para o Brasil. Esta soma foi mais do que duplicada no seu regresso em 1821. Ele deve ter deixado cerca de 50 milhões de francos em espécie. Afirma-se que após a sua morte apenas uma pequena parte foi encontrada, tendo o resto sido subtraído.

DOCUMENTOS DE APOIO.

-----***-----

Nº 1.

Tratado secreto concluído em Fontainebleau entre Sua Majestade o imperador dos Franceses e Sua Majestade católica o rei de Espanha.

Napoleão, pela graça de Deus, etc., etc., tendo lido e examinado o tratado concluído e assinado em Fontainebleau, em 27 de outubro, pelo general de divisão Michel Duroc, grande marechal do nosso palácio, etc., etc., em virtude dos plenos poderes que lhe demos para este fim, juntamente com don Eugenio Izquierdo de Ribera y Lezaun, conselheiro de Estado honorário de Sua Majestade o rei de Espanha, também com plenos poderes do seu soberano, que o tratado diz o seguinte :

Sua Majestade o imperador dos Franceses, rei de Itália, etc., etc., e Sua Majestade católica o rei de Espanha, desejando, com o seu pleno movimento, regular os interesses dos dois Estados e determinar a condição futura de Portugal, de forma coerente com a política das duas nações, nomearam como seus ministros plenipotenciários, nomeadamente : Sua Majestade o imperador dos franceses, o general de divisão Michel Duroc, grande marechal do palácio, etc. ; e Sua Majestade católica o rei de Espanha, dom Eugenio Izquierdo de Ribera y Lezaun, seu conselheiro de Estado honorário, etc. ; que, depois de trocarem seus plenos poderes, concordaram com o seguinte :

JOÃO VI, REI DE PORTUGAL. 115

ARTIGO I. As províncias entre o Minho e o Douro, juntamente com a cidade do Porto, serão de plena propriedade e soberania de Sua Majestade o rei da Etrúria, sob o título de rei da Lusitânia setentrional.

ARTIGO II. O reino do Alentejo e o reino do Algarve serão dados em plena propriedade e soberania ao príncipe da Paz, a ser gozado sob o título de príncipe do Algarve.

ARTIGO III. As províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura portuguesa, permanecerão sob custódia até à obtenção da paz geral, onde serão dispostas de acordo com as circunstâncias, e da forma então determinada pelas altas partes contratantes.

ARTIGO IV. O reino da Lusitânia setentrional será possuído pelos descendentes hereditários de Sua Majestade o rei de Estrúria, de acordo com as leis de sucessão adotadas pela família reinante de Sua Majestade o rei de Espanha.

ARTIGO V. O principado do Algarve será hereditário à descendência do príncipe da Paz, de acordo com as leis de sucessão adotadas pela família reinante de Sua Majestade o rei de Espanha.

ARTIGO VI. Na ausência de descendente ou herdeiro do rei da Lusitânia setentrional, ou do príncipe dos Algarves, estas terras serão dadas por forma de investidura a Sua Majestade o rei de Espanha, na condição de nunca se unirem numa só cabeça, nem se unirem à coroa de Espanha.

ARTIGO VII. O reino da Lusitânia setentrional e o principado dos Algarves também reconhecem Sua Majestade católica o rei de Espanha como seu protetor, e os soberanos deste país não devem em caso algum fazer a guerra ou a paz sem o seu consentimento.

ARTIGO VIII. No caso das províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura portuguesa forem mantidas sob sequestro, serão, pela paz geral, devolvidas à Casa de Bragança em troca de Gibraltar, a Trindade e outras colônias que os Ingleses conquistaram dos espanhóis e seus aliados, o novo soberano destas províncias ficará vinculado a Sua Majestade, o

rei de Espanha, às mesmas obrigações que ligaram o rei da Lusitânia setentrional e o príncipe dos Algarves a ela.

ARTIGO IX. Sua Majestade o rei da Etrúria cede em plena propriedade e soberania o reino da Etrúria a Sua Majestade o imperador dos Franceses, rei de Itália.

ARTIGO X. Quando tiver sido efetuada a ocupação definitiva das províncias de Portugal, os respectivos príncipes, que serão colocados na sua posse, designarão conjuntamente os comissários para fixar os limites adequados.

ARTIGO XI. Sua Majestade o imperador dos Franceses, rei da Itália, garante a Sua Majestade católica o rei de Espanha a posse dos seus Estados no continente europeu a sul dos Pirenéus.

ARTIGO XII. Sua Majestade o imperador dos Franceses, rei da Itália, consente em reconhecer Sua Majestade católica o rei de Espanha como imperador das duas Américas, no momento a ser determinado por Sua Majestade católica para tomar este título, que terá lugar em paz geral ou, o mais tardar, dentro de três anos.

ARTIGO XIII. Fica entendido entre as duas altas partes contratantes que devem partilhar em partes iguais as ilhas, colônias e outros bens marítimos de Portugal.

ARTIGO XIV. O presente tratado deve ser mantido em segredo. Será ratificado, e as ratificações serão trocadas em Madrid o mais tardar vinte dias após a data de assinatura.

Feito em Fontainebleau,

DUROC, E[ugenio] Izquierdo.

Mais abaixo está escrito :

Pelos presentes, aprovamos e endossamos o tratado anterior e todos e cada um dos artigos nele contidos. Declaramos que é aceito, ratificado e confirmado, e prometemos que será inviolavelmente observado.

REI DE PORTUGAL. 117

Em testemunho de onde assinamos estes presentes com as nossas próprias mãos, depois de termos tido o nosso selo imperial afixado.

Em Fontainebleau, 29 de outubro de 1807.

NAPOLEON.

O ministro das relações exteriores,

CHAMPAGNY.

O ministro secretário de Estado,

H. B. MARET.

-----***-----

Nº 2.

Carta da deputação portuguesa aos seus concidadãos.

“Senhores,

A confiança que depositastes no grande príncipe, a quem temos a honra de ser os interlocutores dos vossos sentimentos e desejos, foi inspirada menos pelo instinto dos interesses do nosso lado do que pelo desejo de confiar a decisão do nosso destino ao poderoso monarca, que foi capaz de passar da restauração da pátria para a constituição da Europa.

O tempo da nossa estadia nas fronteiras da França, que precedeu a chegada de Sua Majestade Imperial e Real, mostrou-nos em toda a sua extensão o império que este poderoso monarca exerce sobre todos os corações. A aclamação cada vez maior dos seus súditos anunciava o momento de preencher a felicidade deles e começar a nossa.

No primeiro dia de sua chegada a Bayonne, Sua Majestade Imperial deu a seus súditos (esta é a homenagem ordinária de sua solicitude por eles) ; ele se dignou a nos conceder o segundo.

O conhecimento de Sua Majestade de todas as partes da vossa posição, das vossas necessidades, dos vossos interesses, precedeu

tudo o que tínhamos a dizer-lhe. Se alguma coisa pode igualar a sua genialidade, é a grandeza da sua alma e a generosidade dos seus princípios.

No momento em que Sua Majestade se dignou falar-nos das nossas circunstâncias políticas com a amabilidade mais tranquilizadora, acrescentou as observações mais comoventes para a nossa felicidade, manifestando os mais altos princípios sobre o uso dos direitos que as circunstâncias lhe davam. Não é em vão que Sua Majestade entrou em sua casa e que ela quer permanecer lá, ela sabe que você nunca esteve em guerra com ela ; demasiada distância separa seu império de sua pátria para que ela possa cuidar dela com a atenção que nunca a abandona para seus outros estados, e isso pode ser suficiente para suas necessidades e para seu amor por aqueles que têm a felicidade de ser seus súditos. Demasiadas desvantagens acompanham a delegação de grandes poderes a grandes distâncias. Sua Majestade não retém sentimentos de rancor, ódio ou vingança contra o príncipe que nos governou, nem contra a sua família ; ela está ocupada com objetos mais nobres : é apenas um assunto para ela ligá-lo com as outras partes da Europa ao grande sistema continental do qual ela está ocupada, e do qual devemos formar o último anel. É uma questão de o afastar das influências estrangeiras que o têm dominado durante tantos anos. O Imperador não pode tolerar uma colônia inglesa no continente ; o Imperador não quer e não pode permitir embarcar em Portugal o príncipe que o deixou, confiando-se à custódia de navios ingleses.

Sua Majestade Imperial e Real, considerando os diferentes relatórios da vossa situação, deu-nos a entender que o nosso destino estava nas nossas mãos, que dependia do espírito público que seríamos capazes de mostrar, da força com que nos apegaríamos ao sistema geral do continente, com o qual contribuiremos para os acontecimentos já preparados, e da nossa vigilância e constância em repelir as insinuações e intrigas que possam ser temidas e que, sem nenhuma vantagem real para aqueles que seriam os autores ou os objetos deles, só poderiam se tornar infelicidade para nós : que

seria por esses sinais que ela julgaria se ainda somos dignos de formar uma nação digna de apoiar o príncipe que nos governaria, de tomar o nosso lugar entre as nações novamente, ou de ser confundida com aquilo que a sua posição nos aproxima, enquanto tais poderosos motivos nos impedem de o fazer.

Vereis com admiração e reconhecimento, nestas sábias disposições, o profundo conhecimento de Sua Majestade ; ela deseja pronunciar-se sobre o destino de uma nação apenas de acordo com o seu desejo expresso pelas suas ações. É para os magistrados e autoridades existentes entre vós, é para todos vós dar a maior expressão às intenções benéficas de Sua Majestade Imperial e Real. Não negareis as garantias que lhe demos em vosso nome ; e quando do fundo do nossos corações o grito unânime de permanecer uma nação se elevar, estamos certos de que então, mais do que nunca, fomos os vossos verdadeiros órgãos.

Mostre a Sua Majestade que, depois de tantas tempestades, soube fazer de sua pátria o primeiro país da terra, que a nossa não merece ser a última.

O Imperador conhece as privações que faz vocês experimentarem quando o comércio é momentaneamente interrompido. Este estado não tem nada para vós que seja estranho ao resto da Europa e à América : é a continuação de uma luta cujo resultado deve compensar-vos pelos sofrimentos do tempo presente. A entrada de um exército francês no seu território é um mal que não lhe escapou. É para evitar o retorno desta desgraça que Sua Majestade Imperial e Real aspira ; ele parecia ser afetado pela sobrecarga da contribuição com que Portugal foi atingido, e a sua bondade fê-lo pronunciar a garantia de que seria reduzido a limites justos, àqueles que são compatíveis com os nossos meios. Os nossos concidadãos que tinham sido mantidos prisioneiros em França já gozam, graças à sua clemência, da sua liberdade.

É com a autorização de Sua Majestade Imperial e Real que vos informamos das suas intenções. Estamos convencidos de que não encontrarão entre vós senão

gratidão, e a mais sincera e aguçada vontade de os cumprir. Continuaremos a cumprir uma missão com Sua Majestade, e segundo as suas ordens, o que já não é difícil, pois a bondade do Imperador junta-se à sua sabedoria para simplificar os nossos maiores interesses.

Bayonne, a 27 de abril de 1808.

Marquês DE PENALVA ; marquês DE VALENÇA ; marquês DE MARIALVA ; NUNO CAETANO ALVARES PEREIRA DE MELLO ; JOSÉ, marquês DE ABRANTES ; conde DE SABUGAL ; o bispo DE COIMBRA ; o inquisidor geral ; visconde de BARBACENA ; LOURENÇO DE LIMA ; JOSÉ PRIOR MÓR DE AVIS ; JOAQUIM ALBERTO JORGE ; ANTONIO THOMAS DA SILVA LEITÃO”.

-----***-----

Nº 3.

Esboço para a Constituição de Portugal.

“Os portugueses, lembrando que são de origem francesa, como descendentes daqueles que conquistaram este belo país dos Mouros em 1147, e que devem à França, sua pátria-mãe, a bênção da independência que recuperaram como nação em 1640, apressam-se a recorrer com respeito e gratidão à proteção paterna que o maior dos monarcas deseja conceder-lhes. O imortal Napoleão se dignou fazer-nos conhecer a sua vontade através do corpo dos nossos deputados ; ele quer que sejamos felizes e indissolivelmente ligados ao sistema continental da família europeia ; quer que as nações que compõem esta grande família vivam em união, e em elas possam em breve gozar da doçura de uma longa paz à sombra de governos sábios, fundados sobre as grandes bases da legis-

lação, da liberdade dos mares e do comércio. Isto é do nosso único interesse como Portugueses, como é do interesse dos outros povos confederados. Que a nossa deputação continue, portanto, próxima de Sua Majestade Imperial e Real, a intérprete dos nossos desejos unânimes, e que ela lhe diga :

Senhor, desejamos ser ainda mais do que éramos quando abrimos o Oceano a todo o universo.

Pedimos uma Constituição, e um rei constitucional que seja um príncipe do sangue de vossa família imperial.

Ficaremos felizes em ter uma Constituição semelhante em todos os sentidos àquela que Vossa Majestade Imperial e Real achou por bem dar ao grão-ducado de Varsóvia, com a única diferença que os representantes da nação sejam eleitos pelas Câmaras municipais, a fim de se conformarem aos nossos antigos costumes.

Queremos uma Constituição na qual, como em Varsóvia, a religião católica, apostólica e romana seja a religião do Estado ; na qual sejam admitidos os princípios da última concordata entre o Império francês e o Santa Sé, pela qual todos os cultos sejam livres e gozem de tolerância civil e exercício público ;

Em que todos os cidadãos são iguais perante a lei ;

Na qual o nosso território europeu está dividido em oito departamentos, e onde a circunscrição eclesiástica corresponda à divisão política, de modo que há apenas um arcebispo e sete bispos;

Na qual as nossas colônias, fundadas pelos nossos antepassados e encharcadas de seu sangue, sejam consideradas como províncias ou departamentos, e façam parte integrante do reino, para que os seus representantes nomeados a partir de agora encontrem na nossa organização social os lugares que lhes pertencem, logo que venham ou possam vir a ocupá-los ;

Na qual haverá um ministério especial para dirigir e supervisionar a educação pública ;

Na qual a imprensa seja livre, pois a ignorância e o erro trouxeram a nossa decadência ;

Na qual o poder executivo seja assistido das luzes de um conselho de Estado, e só possa agir através de ministros responsáveis ;

Na qual o poder legislativo seja exercido por duas Câmaras, com a participação do poder executivo ;

Na qual o poder judiciário seja independente, o Código Napoleônico colocado em prática e os julgamentos feitos com equidade, publicidade e prontidão ;

Na qual as funções públicas sejam exercidas exclusivamente pelos nacionais mais meritórios, tal como estabelecido no título II da Constituição polaca ;

Na qual os bens de mão morta¹ sejam postos em circulação ;

Na qual os impostos sejam repartidos de acordo com os meios e a riqueza de cada indivíduo, onde não haja isenção e onde a cobrança seja fácil e não opressiva para os tributados ;

Na qual a dívida do Estado seja consolidada e garantida em toda a sua extensão, uma vez que não há falta de recursos para a satisfazer.

Queremos também que a organização dos órgãos da administração civil, econômica e judiciária seja regulada segundo o modelo do Império francês e, conseqüentemente, que o imenso número dos nossos funcionários públicos seja reduzido ; mas queremos e exigimos que todos os empregados e funcionários removidos recebam durante a sua vida o seu vencimento ou, pelo menos, uma pensão proporcional aos rendimentos dos empregos que tinham, e que, à medida que surjam vagas, sejam substituídos de preferência por qualquer outro.

Sem dúvida era desnecessário recordar ao grande Napoleão esta medida de equidade ; mas Sua Majestade Imperial e Real, ao querer conhecer a nossa opinião sobre o que é certo para nós, prova-nos de forma óbvia que ele é ainda mais nosso pai do que nosso soberano ; uma vez que, como um bom pai, ele se dignou consultar os seus filhos e proporcionar-lhes os meios de serem felizes. *Viva o Imperador !*”

N. B. Este discurso, escrito pelo doutor G. J. de Seixas,

¹ N.T.: no original, “les biens de main-morte”.

em concertação com vários homens distintos pelas luzes e o carácter, foi apresentado em nome das corporações de officios da cidade de Lisboa, pelo *Juiz do povo*, às autoridades francesas, logo que o conde de Ega foi acusado por Junot de acrescentar aos membros da *junta dos Três Estados* alguns outros provenientes das diversas corporações. Esta ação do *Juiz do povo* deu origem ao discurso nº 4 abaixo, contra o qual ele protestou solenemente como um ato ilegal emanado de uma assembleia sem autoridade. Era um tanoeiro chamado José de Abreu Campos ; ele foi chamado ao quartel general e severamente repreendido por Junot. O *juiz do povo* é eleito anualmente pelas corporações de officios de que é delegado ou representante, e sempre foi muito respeitado, mesmo pelos Reis, perante os quais estes magistrados populares expressaram mais de uma vez as queixas e os desejos da nação. Um grande número de municipalidades do reino aderiu a este discurso ao Imperador, que não o conhecia na altura. O general Foy attribuiu-o erroneamente a três pessoas que não eram os autores.

-----***-----

Nº 4.

O seguinte discurso foi escrito em nome do clero secular e regular, das ordens militares, do corpo de nobres, do supremo tribunal conhecido como *Desembargo do paço*, dos outros nove conselhos judiciais e administrativos, do Senado municipal de Lisboa, do juiz do povo e dos chefes das vinte e quatro corporações de officios.

"Senhor,

Os representantes da nação portuguesa, desta nação conhecida nos anais do Mundo, e ousamos acrescentar, famosa pelas suas conquistas e pela sua lealdade, têm a honra de

comparecer perante o trono de Vossa Majestade Imperial e Real.

Portugal teve de sentir as repercussões dos acontecimentos extraordinários que agitaram a Europa inteira ; foi uma vítima inocente dos erros políticos do seu governo.

Considerando os interesses e as relações que hoje constituem o sistema federativo da Europa, e confiando na disposição benevolente que Vossa Majestade Imperial se dignou mostrar para com Portugal, nós estamos fundados em conceber as mais doces esperanças de um futuro feliz, e já acreditamos que o desfrutamos sob a égide e a magnânima proteção do herói do Mundo, o árbitro dos reis e dos povos, o único que pode curar as feridas da nossa pátria, preservá-la dos perigos da escravidão e dar-lhe este distinto lugar entre as potências da Europa que a política profunda de Vossa Majestade parece já ter marcado.

A nossa situação atual e o cálculo das probabilidades futuras nos fazem conhecer claramente a causa dos males que sofremos, e o único remédio que pode fazer-lhes cessar.

Como intérpretes e guardiães do coração de toda a nação e em seu nome, suplicamos a Vossa Majestade que nos permita formar um dia uma parte da grande família da qual é o chefe e o todo-poderoso e benéfico pai, e ousamos lisonjear-nos de que merecemos esta graça.

O representante de Vossa Majestade, o general chefe e todo o seu exército podem atestar o espírito público da nossa nação, que nem as privações nem os grandes sacrifícios que as circunstâncias nos impuseram foram capazes de enfraquecer ; reconheceram que todos nós professamos a Vossa Majestade os sentimentos de admiração, respeito e reconhecimento, que as intrigas, as insinuações dos inimigos da nossa tranquilidade, e sobretudo o exemplo detestável dos nossos vizinhos, só fizeram nos fortificar, desenvolvendo aquele antigo germe de afeto que sempre subsistiu entre as duas nações.

REI DE PORTUGAL. 125

Os portugueses não esqueceram que o seu primeiro soberano, o conde Henri, foi um príncipe francês ; eles estão plenamente convencidos de que Portugal só pode manter a sua independência, recuperar a sua antiga energia e o sentimento da sua própria dignidade, com o apoio das disposições benevolentes de Vossa Majestade.

Feliz se Vossa Majestade nos julgar dignos de ser contados entre os seus fiéis súditos !

Mas se, em sua sublime concepção, Vossa Majestade pensou que nossa situação geográfica ou alguma outra razão política não deveria nos permitir desfrutar dessa felicidade, que Vossa Majestade se digne dar-nos um príncipe de sua escolha ; entregar-lhe-emos com tanto respeito quanto confiança a defesa de nossas leis, nossos direitos, nossa religião e dos interesses mais sagrados de nossa pátria.

Sob os auspícios da Providência, asseguradas pela gloriosa proteção de Vossa Majestade, e regeneradas pelo governo tutelar, que por unanimidade suplicamos a Vossa Majestade que nos conceda, esperamos, Senhor, que Portugal, fortalecido para sempre pelo afeto do maior dos monarcas, e vinculado aos destinos da França por uma mesma constituição política, veja revividos os dias felizes de sua antiga grandeza, que sua prosperidade seja sólida como vossa glória, e tão eterna quanto vosso nome.

Lisboa, 24 de maio de 1808”.

Este discurso foi assinado por todos os nobres e outros *fidalgos* então em Lisboa. O marquês *das Minas* foi o único que se recusou a assiná-lo. A assembleia foi presidida pelo conde da Ega, que tinha acabado de falecer em Lisboa alguns meses antes. Os signatários não representavam de forma alguma a nação e tinham pouca preocupação com os seus interesses ; queriam apenas obter de Napoleão a preservação das vantagens e privilégios que Filipe II e João IV tinham garantido aos seus ancestrais. A *junta dos Três Estados*, da qual o conde de Ega era presidente, tinha apenas atribuições administrativas, não havendo qualquer

semelhança entre este órgão e os Estados Gerais ou as Cortes do reino. O *Juiz do povo* foi forçado a assinar este discurso, contra o qual ele protestou pela primeira vez.

-----***-----

Nº 5.

Protesto das Cortes portuguesas.

Os representantes da nação portuguesa, presentemente reunidos em Cortes extraordinárias, tendo sido abandonados pelo poder executivo encarregado da execução das suas resoluções, e abandonados pelas forças armadas, declaram que não podem cumprir a missão que os seus poderes lhes conferiram, em relação aos fins para que foram convocados ; e como a continuação da sua sessão poderia trazer o perigo de a nação ficar comprometida na pessoa dos seus representantes, sem qualquer esperança de benefício público, interrompem as suas sessões até que a deputação permanente, que continuará as suas funções, ou o presidente das Cortes, julguem conveniente convocar os deputados : os representantes também protestam, em nome dos seus eleitores, contra qualquer alteração ou modificação que possa ser feita à Constituição de 1822.

Lisboa, 2 de Junho de 1823.

(Seguem 61 assinaturas).

-----***-----

Nº 6.

Tratado concluído em 29 de agosto de 1825, entre Sua Majestade Imperial e Sua Majestade Mais Fiel, relativo ao reconhecimento do Imperador do Brasil,.

Em nome da santíssima e indivisível Trindade.

Sua Majestade mais fiel tendo sempre presente no seu pensamento real o desejo mais vivo de restaurar a paz, a amizade e o bom entendimento entre duas nações de que os laços mais sagrados se devem unir numa aliança perpétua ; para alcançar este importante objetivo, para aumentar a prosperidade geral e assegurar a existência política e os destinos futuros de Portugal e certamente aqueles do Brasil, e desejando remover qualquer obstáculo que possa impedir a referida aliança entre os dois Estados, reconhece, pelo seu diploma de 13 de maio de 1825, ao Brasil, o título de império independente e separado do reino de Portugal e do Algarve, e ao seu amado e estimado filho D. Pedro como imperador, cedendo e transferindo de sua plena e livre vontade a soberania do referido império para seu filho e seus legítimos sucessores, reservando apenas para si o mesmo título ; e os dois augustos soberanos, concordando com a mediação de Sua Majestade Britânica para decidir todas as questões preliminares, relativas à separação dos dois Estados, nomearam como seus plenipotenciários, a saber :

Sua Majestade Imperial, o ilustríssimo e excelente Luiz José de Carvalho e Mello, conselheiro de Estado, dignitário da Ordem imperial do Cruzeiro do Sul, comandante das Ordens de Cristo e da Conceição, e ministro secretário de Estado para os assuntos estrangeiros ; o ilustríssimo e excelente barão de Santo Amaro, grande do império, dignitário da Ordem imperial do Cruzeiro do Sul, etc. ; assim como o ilustríssimo e excelente Francisco Vilela Barbosa, conselheiro de Estado, ministro da marinha, grande cruz da Ordem imperial do Cruzeiro do Sul, etc.

Sua Majestade Muito Fiel, o muito honrável e muito excelente sir Charles Stuart, conselheiro privado de Sua Majestade Britânica, grande cruz das Ordens da Torre e da Espada, e do Banho ;

Cujos plenipotenciários, tendo apresentado e trocado os seus plenos poderes, concordaram, de acordo com os princípios estabelecidos no preâmbulo, em fazer o seguinte tratado :

ARTIGO I. Sua Majestade Mais Fiel reconhece que o Brasil detém a posição de império independente e separado do reino de Portugal e do Algarve, e reconhece seu amado e estimado filho D. Pedro como imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do referido império para seu filho e seus legítimos sucessores, Sua Majestade Mais Fiel reservando apenas o título e para si mesmo.

ARTIGO II. Sua Majestade Imperial, como sinal de respeito e afeição por seu augusto pai e senhor, D. João VI, consente que Sua Majestade Mais Fiel tome em sua própria pessoa o título de imperador.

ARTIGO III. Sua Majestade Imperial promete não aceitar ofertas de outras colônias portuguesas para se juntarem ao Brasil.

ARTIGO IV. A partir de agora haverá paz e aliança e perfeita amizade entre o império do Brasil e os reinos de Portugal e Algarve, e completo esquecimento de todas as dissensões que existiram entre as duas nações.

ARTIGO V. Os súditos das duas nações, Brasileiros e Portugueses, serão tratados nos respectivos Estados como os das nações mais amigas e favorecidas, e os seus direitos e bens serão religiosamente protegidos : entende-se sempre que os proprietários de domínios serão mantidos na posse pacífica dos seus bens.

ARTIGO VI. Todos os bens, móveis ou imóveis, confiscados ou sequestrados, pertencentes aos súditos dos dois soberanos do Brasil ou de Portugal, serão restituídos aos proprietários com suas prestações, após dedução das despesas da administração, ou os proprietários devem ser compensados de outra forma, de acordo com a modalidade estabelecida no artigo VIII.

REI DE PORTUGAL. 129

ARTIGO VII. Todas as embarcações e cargas capturadas serão restituídas, ou os proprietários serão indenizados da mesma maneira.

ARTIGO VIII. Uma comissão nomeada pelos dois governos, e composta por igual número de Brasileiros e Portugueses, será responsável pelo exame dos casos tratados nos artigos VI e VII ; mas entende-se sempre que as reclamações devem ser feitas no prazo de um ano após a formação da comissão, e que, no caso de diversidade de opiniões e de igualdade de votos, o representante do mediador soberano decidirá : os governos decidirão sobre os fundos a serem utilizados para pagar a indenização reclamada.

ARTIGO IX. Todas as reivindicações públicas entre os dois governos serão reciprocamente recebidas e decididas, quer pela via da restituição do objeto reclamado, quer pela indenização pelo valor total : e para fazer justiça a essas reivindicações, as duas altas partes contratantes acordarão em fazer um acordo direto e especial.

ARTIGO X. Doravante as relações civis das nações brasileira e portuguesa serão restabelecidas através do pagamento recíproco de um direito de quinze por cento, como direito provisório de consumo ; os direitos de reexportação e os direitos sobre o transporte de carga de um navio para outro permanecerão sempre como estavam antes da separação.

ARTIGO XI. A troca recíproca da ratificação do tratado será feita na cidade de Lisboa, no prazo de cinco meses, ou menos, se possível, a contar da data da assinatura do presente tratado.

Em testemunho de que nós, os plenipotenciários abaixo assinados de Sua Majestade Imperial e de Sua Majestade Mais Fiel, em virtude dos nossos respectivos plenos poderes, assinamos o presente tratado e afixamos-lhe os nossos selos de armas.

Assinado CHARLES STUART ; LUIZ JOSÉ DE CARVALHO

E MELLO, Barão de SANTO-AMARO [;] FRANCISCO,
VILLELA BARBOSA.

N. B. Segundo este tratado, é fácil convencer-se de que João VI cedeu a soberania do Brasil ao seu filho apenas durante a sua vida, e que D. Pedro não renunciou de forma alguma à sucessão de Portugal : é por isso que o pai toma para si o título de *Imperador do Brasil*. Ele sabia que o sucessor imediato seria tanto o imperador do Brasil como o rei de Portugal. Foi de propósito que, nas cartas patentes de 13 de maio de 1825, João VI deu a D. Pedro o título de *Príncipe Real de Portugal e do Algarve*. É preciso ter em mente que foi sob a mediação da Grã-Bretanha que este tratado foi concluído, e que esta potência o garantiu.

FIM.

EXTRATO
DO CATÁLOGO
DA LIVRARIA
DE PONTHEIU E CIA,
PALÁCIO REAL, A PARIS.

-----***-----

ANUÁRIO ANECDÓTICO, ou Recordações contemporâneas.

O ano de 1826, 2ª edição, in-18. 4 francos.

O ano de 1827, 2ª edição, in-18. 4 francos.

ANUÁRIO NECROLÓGICO, ou Complemento Anual e continuação de todas as Biografias e Dicionários históricos, contendo a vida de todos os homens notáveis por seus atos ou por suas produções, que morreram no decorrer de cada ano, a partir de 1820 ; escrito e publicado por A. Mahul. In-8º, decorado com retratos.

1º ano, por 1820. 5 francos.

2º ano, por 1821. 7 francos. 50 cêntimos.

3º ano, por 1822. 7 francos. 50 cêntimos.

4º ano, por 1823. 8 francos.

5º ano, por 1824. 8 francos.

6º ano, por 1825. 8 francos.

ATLAS DE ROTAS DA FRANÇA, ou Guia dos Viajantes

em todas as partes do reino ; elaborado por A. M. Perrot, membro de várias sociedades eruditas. 1826. In-12, cartonado. 13 francos.

BARRICADAS (as), Cenas históricas. Maio de 1598. 1826. Terceira edição. Volume I. in-8º. 6 francos.

BIOGRAFIA DOS CONTEMPORÂNEOS ; por Napoleão. 1826. I volume. in-8º. 6 francos.

- BIOGRAFIA DOS QUARENTA MEMBROS DA ACADEMIA FRANCESA. 2ª edição. 1826. Volume I. in-8º 6 francos.
- COLEÇÃO DE MEMÓRIAS SOBRE ARTE DRAMÁTICA, contendo Memórias da Senhorita Bugler, de Duménil, de Molière, de Bellamy, de Lekain, de Molé, de Préville, de Dazincourt, de Ifland, de Goldoni, de Brande, etc., publicadas pelos Senhores Andrieux, Barrière, Félix Bodin, Déprés, Évariste Dumoulin, Dussault, Étienne, Merle, Moreau, Picard, Talma e Léon Thiessée. 14 volumes. in-8º 84 francos.
- CONJURAÇÃO DO GENERAL MALET, contra Napoleão ; por Saint-d'A..., ex-diretor geral da polícia. Hamburgo. I volume. in-12. 3 francos.
- DICIONÁRIO DAS ARTES DO DESENHO, a Pintura, a Escultura e a Arquitetura ; por Boutard. 1827. I grande volume. in-8º. 10 francos. 50 cêntimos.
- ESTADOS DE BLOIS (os), ou a Morte de Senhora de Guise, Cenas históricas. Dezembro de 1588 ; pelo autor das *Barricadas*. 2ª edição. I volume. in-8º, com o plano de Blois. 7 francos. 50 cêntimos.
- ESTADO ATUAL DA NAVEGAÇÃO E DO COMÉRCIO NA INGLATERRA (do), Discurso do Senhor Huskisson, presidente da junta comercial, proferido em 12 de maio de 1826 ; traduzido por Senhor Pichon, conselheiro de Estado ; acompanhado de diversos documentos, e seguido do Discurso do Senhor Huskisson, sobre o comércio das colônias, proferido na sessão de 22 de maio de 1825. I volume. in-8º. 4 francos.
- CARTAS SOBRE A HISTÓRIA DA FRANÇA, para servir de introdução ao estudo desta história ; por Augustin Thierry. Um volume. in-8º. 7 francos. 50 cêntimos.
- RELAÇÃO dos Eventos que precederam e acompanharam o licenciamento da guarda nacional de Paris. Um volume in-8º. 2 francos. 52 cêntimos.

SOB A PRENSA.

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MOISE E DO POVO HEBREU ; por T. Salvador. Dois volumes in-8º.

Este trabalho deve apresentar um quadro vivo das instituições primitivas dos Hebreus, das vicissitudes pelas quais passaram e das suas relações com as principais instituições antigas e modernas.

